

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)
Mestrado em Museologia e Patrimônio

A MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO
LITERÁRIO NO BRASIL:
instâncias de consagração da literatura brasileira em
questão.
(1890-2003)

Daniela Carvalho Sophia

UNIRIO / MAST - RJ, Março de 2019

**A MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO
LITERÁRIO NO BRASIL:**
*INSTÂNCIAS DE CONSAGRAÇÃO DA LITERATURA
BRASILEIRA EM QUESTÃO (1890-2003)*

por

Daniela Carvalho Sophia

*Aluno do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 01 – Museu e Museologia*

**Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-Graduação
em Museologia e Patrimônio**

Orientador:
Professor Doutor Bruno Brulon Soares

UNIRIO/MAST - RJ, Março de 2019.

FOLHA DE APROVAÇÃO

A MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LITERÁRIO NO BRASIL: instâncias de consagração da literatura brasileira em questão (1890-2003)

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por:

Prof. Dr. _____
BRUNO BRULON SOARES (ORIENTADOR)

Prof. Dr. _____
LUIZ CARLOS BORGES

Prof. Dr. _____
ANA LÍGIA MEDEIROS

2019/março

Sophia, Daniela Carvalho.
A Musealização do patrimônio literário no Brasil: instâncias de consagração da literatura brasileira em questão (1890-2003) / Daniela Carvalho Sophia. - 2019.
115 f.: il., ix; 30cm.
Orientador: Prof. Dr. Bruno Brulon Soares.
Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins/Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2019.
Bibliografia: f. X-X.
1. Museologia. 2. Patrimônio Literário - Teoria. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. *Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio*. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins (*Brasil*). IV. Título.

SOPHIA, Daniela Carvalho. **A Musealização do patrimônio literário no Brasil: instâncias de consagração da literatura brasileira em questão (1890-2003)**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2018. 115p. Orientador: Prof. Dr. Bruno Brulon Soares

RESUMO

O objetivo da dissertação é examinar a musealização do patrimônio literário brasileiro, mapeando as suas esferas de consagração no campo institucional. Examinaremos as Associações e a das premiações literárias brasileiras como elementos característicos de consagração desse campo. Centrado na exposição de um amplo material para pesquisa, consiste na apresentação dos desafios da Fundação Casa de Rui Barbosa na delimitação e preservação desse patrimônio, especificamente por meio das atividades do Arquivo Museu de Literatura Brasileira, que se ocupa da musealização de parte desse patrimônio. Com isso, pretendemos contribuir para o aprofundamento dos debates sobre o processo de musealização do patrimônio literário no Brasil.

Palavras-Chaves: *Museologia; Musealização; patrimônio; patrimônio literário; Fundação Casa de Rui Barbosa; Arquivo-Museu de Literatura Brasileira.*

SOPHIA, Daniela Carvalho. **The Musealization of literary heritage in Brazil: instances of consecration of the Brazilian literature in question (1890-2003)**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2018. 115p. Orientador: Prof. Dr. Bruno Brulon Soares

ABSTRACT

The main objective of the dissertation is to examine the musealization of the Brazilian literary heritage, mapping its spheres of consecration in the institutional field. We will examine the Associations and the Brazilian literary awards as characteristic elements of consecration of this field. Focused on the exhibition of a large material for research, it consists of presenting the challenges of the Casa de Rui Barbosa Foundation in the delimitation and preservation of this patrimony, specifically through the activities of the Archive of Brazilian Literature Museum, which deals with the musealization of part of this patrimony. With this, we intend to contribute to the deepening of the debates about the process of musealization of literary heritage in Brazil.

Palavras-Chaves: *Museology; Musealization; patrimony; literary heritage; Archive-Museum of Brazilian Literature.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Colar de acadêmico pertencente à Manuel Bandeira obtido por ocasião de seu ingresso na ABL.....	27
Figura 2: Chapéu de acadêmico pertencente à Gilberto Amado, utilizado em cerimônia de posse na ABL.....	28
Figura 3: Plínio Doyle abraçando Américo Jacobina Lacombe no Sabadoyle. RJ, s.d.....	78
Figura 4: Plínio Doyle em seu gabinete de trabalho, set. 1980.....	78
Figura 5: Correspondência oficial de Plínio Doyle contendo agradecimento pela doação do acervo ao AMLB. 25.11.1986.....	79
Figura 6: Documento resumo do relatório da Comissão . s.d.....	82
Figura 7: Imagem da capa da publicação intitulada ' Catálogo de periódicos da Coleção Plínio Doyle', editado pela FCRB em 2000.....	82
Figura 8: Foto de capa do catálogo da exposição ' Memória Literária XIV- Dedicatórias: Falam os amigos- Homenagem à Plínio Doyle', realizada em 2001.....	85
Figura 9: Poster do Sabadoyle em exposição na sala do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira.....	88
Figura 10: Poster do Sabadoyle em exposição na sala do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Academias de Letras no mundo (século XVIII e XIX).....	35
Quadro 2: Academias Literárias (século XVIII e XIX).....	38
Quadro 3: Quantidade de Academias Literárias por estado da Federação (1890-1930).....	40
Quadro 4: Quantidade de Academias Literárias por região (1890-1930).....	40
Quadro 5: Academias Literárias por década de surgimento (1890-1930).....	41
Quadro 6: Academias Literárias por antiguidade.....	44
Quadro 7: Associações Literárias por ano de fundação.....	45
Quadro 8: Quantidade de Academias Literárias por estado da Federação (1930-1945).....	46
Quadro 9: Quantidade de Academias Literárias por região (1930-1945).....	46
Quadro 10: Academias Literárias por ano de surgimento (1930-1944).....	47
Quadro 11: Quantitativo de academias literárias por estado da federação (1945-1964).....	49
Quadro 12: Quantitativo de academias por estado da Federação (1964-1985).....	50
Quadro 13: Quantitativo de academias por região (1964-1985).....	50
Quadro 14: Academias literárias por periodo de surgimento (1964-1985).....	51
Quadro 15: Quantitativo de academias literárias por estado da federação (1990-1995).....	53
Quadro 16: Quantitativo de academias por região (1990-1995).....	54
Quadro 17: Academias literárias por ano de surgimento (1990-1995).....	54
Quadro 18: Quantidade de academias literárias por estado da federação (1995-2003).....	55
Quadro 19: Quantidade de academias literárias por região (1995-2003).....	55
Quadro 20: Quantitativo de academias literárias por ano de nascimento (1995-2003).....	56
Quadro 21: Quantitativo dos titulares do AMLB contemplados em premiações literárias.....	56
Quadro 22: premiações por estado.....	59
Quadro 23: Premiações concedidas por editoras.....	64
Quadro 24: Premiações concedidas pelos governos estaduais.....	72
Quadro 25: Tabela contendo dedicatória à Plínio Doye.....	86
Quadro 26: Exposições literárias.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....1

CAPÍTULO 1 AS ASSOCIAÇÕES LITERÁRIAS NA CONFORMAÇÃO DO ACERVO DO AMLB.....26

1.1	Gênese e função das associações literárias.....	32
1.2	Breve Histórico das academias e associações literárias ou surgimento das academias literárias: Brasil Colônia (séculos XVII e XVIII).....	35
1.3	As academias literárias na Primeira República (1890-1930)	39
1.4	As academias literárias no Estado Novo (1930-1945).....	45
1.5	As academias literárias em 1945-1964	48
1.6	As academias literárias em 1964-1985	50
1.7	As academias literárias em 1985-1990	52
1.8	As academias literárias em 1990-1995.....	53
1.9	As academias literárias em 1995-2003.....	55
1.10	Breves comentários sobre o levantamento realizado.....	56

CAPÍTULO 2 PREMIAÇÕES E DISTINÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO

LITERÁRIO DO AMLB57

2.1	Século XIX e o incentivo à produção literária no Brasil: breve relato	62
2.2	Prêmios concedidos por academias literárias	62
2.3	Prêmios de iniciativa de associações profissionais de escritores	64
2.4	Prêmios literários brasileiros concedidos por editoras.....	65
2.5	Premiações literárias como instrumento de políticas públicas.....	66
2.5.1	As premiações literárias no âmbito das políticas públicas estaduais	69

CAPÍTULO 3: OS ELEMENTOS DE CONSAGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LITERÁRIO: O CASO DO ARQUIVO-MUSEU DE LITERATURA BRASILEIRA DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA.

..... 73

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 94

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....97

INTRODUÇÃO

Em 11 de julho ainda desse ano, no Suplemento Caderno B do *Jornal do Brasil*, foi publicada a crônica “Museu: Fantasia?”, de Carlos Drummond de Andrade. Nela, o poeta ressaltava a necessidade de criação de “um órgão especializado, de um museu vivo que preservasse a tradição escrita brasileira, constante não só de papéis como de objetos relacionados com a criação e a vida dos escritores” (ANDRADE, 1972, pg. 5). Disse Drummond:

Meu sonho é ver reunidos, em sala bem arrumada, o manuscrito de *Iracema*, o tinteiro de Alphonsus de Guimarães, o caderno de exercício de alemão de Machado de Assis e uma lembrança de Lima Barreto e mais isso ou aquilo que nos restitua a presença, o esforço criador, a esquecida memória dos que, no Brasil, praticavam o ofício da palavra (ANDRADE, 1972, pg.5).

A partir de meados da década de 1970 cria-se, na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB). Seu surgimento está vinculado a um conjunto de fatores que perpassam o campo político, a articulação institucional e a adoção de estratégias que justificam e valorizam sua existência, manutenção, crescimento e consolidação. A criação do AMLB teve no seu percurso forte relação com as transformações que vinham ocorrendo no contexto político brasileiro e, conseqüentemente, na própria Fundação Casa de Rui Barbosa. É preciso lembrar aqui que, entre 1969 e 1973, o país passava pelo denominado “milagre econômico”, combinando um grande crescimento com taxas baixas de inflação (FAUSTO, 2001, p. 268). Nessas circunstâncias tão propícias, a Casa de Rui Barbosa – em intensa reforma por um longo período, a partir de janeiro de 1972 – é reaberta ao público, em 1972, mesmo ano de fundação do Arquivo-Museu.

O AMLB foi instituído por meio da Portaria nº 5, de 18 de outubro de 1972, publicada no Diário Oficial do Estado da Guanabara em 4 de dezembro de 1972, e tinha como objetivo conservar e expor manuscritos e objetos que pertenceram a grandes vultos do mundo literário, recebidos diretamente deles ou de seus familiares. Integram o acervo do AMLB: *i*) correspondências; *ii*) originais de obras literárias; *iii*) coleções de jornais e revistas completas ou seus recortes; *iv*) documentação iconográfica e fonográfica; e *v*) objetos pessoais. De acordo com o conteúdo da portaria de criação, o Arquivo-Museu deveria ser dirigido por um especialista notoriamente reconhecido, cuja designação, aprovada pelo presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (CRB), caberia ao diretor-executivo da CRB, a quem ficaria subordinado.

O evento de inauguração, no dia 28 de dezembro daquele mesmo ano, foi o primeiro grande movimento da CRB no intuito de angariar acervos para o arquivo-museu

recém-criado. Naquele momento, em sintonia com o clima de inauguração promovido, tinha-se como propósito criar uma entidade que pudesse ter como alicerce a salvaguarda da memória literária. Assim ressaltou o então diretor do centro de pesquisas da CRB, Maximiano de Carvalho e Silva, durante a solenidade de abertura do AMLB: “Se não havia o hábito de conservarem, em ambiente adequado, os originais manuscritos ou datilografados das obras literárias, é tempo de se corrigir essa omissão, criando-se instituições especificamente com tal finalidade” (CARVALHO E SILVA, 1972, p.3).

Explicamos aqui o motivo pelo qual tal arquivo foi escolhido como tema de estudo: o período compreendido entre 1972 – ano de sua criação - e 2012 – ano de publicação do Guia de Acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira- foi caracterizado pelo recebimento de novos arquivos e pelo aprimoramento do sistema de consulta. De fato, durante os 40 anos de funcionamento da instituição, o AMLB expandiu suas atividades e se destacou tanto pelo aprimoramento dos seus procedimentos técnicos, em especial dos seus instrumentos de pesquisa, bem como pelo aumento do número de pesquisadores atendidos (VASCONCELLOS & XAVIER, 2012;12).

Esta dissertação trata de um objeto teórico-crítico: a musealização do patrimônio literário brasileiro a partir do estudo de caso que abordará a constituição do acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira e, especificamente, dos elementos que estiveram envolvidos na formação e constituição do AMLB.

As reflexões que aqui se põem resultam de um trabalho que venho desenvolvendo desde 2011, decorrente das minhas atividades como pesquisadora da Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (2011-2015); e como analista em Ciência e Tecnologia na coordenação do Projeto Memória e História do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, implementado na Fundação Casa de Rui Barbosa (2016-2018). Nesses dois ambientes, lidei diretamente com questões referentes ao patrimônio e aos instrumentos necessários à sua preservação. Vivenciei diariamente inúmeros problemas e questões de ordem política e administrativa: dificuldades na execução orçamentária, recursos humanos nem sempre preparados para lidar com assuntos da máquina pública, academia e administração sobrepondo-se em discussões nem sempre apropriadas à melhor definição das medidas a serem implementadas e dificuldades orçamentárias advindas da própria gestão do Ministério do Planejamento.

É no contexto dessa experiência concreta que foi elaborada esta dissertação. A intenção em empreender este trabalho moveu-se, em muitas circunstâncias, por um desejo de interferência prática na reflexão e na pesquisa acadêmica, com um objeto capaz de atrair a colaboração de gestores públicos, amigos pesquisadores e estudantes para os problemas administrativos e políticos advindos da dificuldade em estabelecer

uma definição clara do patrimônio literário brasileiro em seu processo contínuo de musealização.

Nessa direção, foi bastante útil minha permanência, durante o curso desta pesquisa, no próprio Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa (AMLB/FCRB), o que se constituiu como uma excelente oportunidade para me aproximar do tema e realizar tal empreitada. O AMLB reúne um acervo de 134 arquivos privados de escritores nacionais, uma coleção de documentos avulsos e um acervo museológico, formado por cerca de 1.400 peças (VASCONCELLOS, 2012). Ao conservar, estudar, expor e transmitir o patrimônio material concernente ao fazer literário e ao seu meio, o AMLB, como principal instituição envolvida na musealização desse patrimônio, tornou-se um importante local para preservação de acervos dessa natureza. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, examinei suas principais características e o desenvolvimento de alguns indicadores que criei na ocasião. As conclusões apontaram para a necessidade de manutenção e aperfeiçoamento do AMLB como instrumento de incentivo à formação de coleções e arquivos para conservação e memória da produção literária brasileira.

A oportunidade que tive na condução desta pesquisa, além de incrementar o diálogo com profissionais e estudantes motivados pelo tema, me propiciou compreender de forma mais extensa os problemas e desafios que a preservação do que denominara ali de “patrimônio literário” representava. Essa reflexão está sistematizada – em parte – nos artigos publicados na *Revista Museologia e Patrimônio*: “O acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira: histórico, perfil e função” (SOPHIA, 2017); e “Divulgação em cultura: levantamento preliminar das estratégias do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira” (SOPHIA, 2018); e foi desenvolvida também em eventos, congressos e palestras da área.

À medida que estudava e me aproximava da experiência da identificação e implementação de ações para manutenção e conservação daquele patrimônio, ia percebendo a estreita relação mantida entre os gestores e intelectuais na tentativa de delimitar e definir o que ali se identificava como patrimônio literário a ser conservado e mantido pela Casa. Não obstante, era ainda nebulosa a afirmação do AMLB como local para recebimento, conservação e guarda de arquivos de intelectuais do campo da literatura – identificados como integrantes de uma “memória literária”, cujos objetos e arquivos pessoais deveriam ser adquiridos, tratados e mantidos sob a guarda do Arquivo-Museu. Ainda no âmbito institucional, a conceituação daquilo que se constituía como patrimônio literário a ser musealizado não aparentava ser clara e definitiva, mas um

conceito fluido, poroso às vicissitudes da política, fato que parecia caracterizar qualquer tentativa de explicitação do referido patrimônio.

Concomitantemente, devo citar minha aproximação às pesquisas e reflexões levadas à cabo pelo Professor Bruno Brulon Soares. Por meio de minha inserção na disciplina por ele ministrada – Seminários de Pesquisa em Museus e Museologia I – , assim como da leitura dos trabalhos por ele elaborados- aqui cito especificamente sua dissertação de doutorado intitulada ‘Máscaras guardadas- musealização e descolonização’, vislumbrei um interessante campo de estudos, a saber, o da investigação dos processos de musealização.

Além da leitura dos trabalhos por ele produzidos acerca do tema (BRULON SOARES, 2015), destaco que minha aproximação às discussões levadas á cabo pelo Grupo de Pesquisa por ele coordenado – Grupo de Pesquisa em Museologia Experimental e Imagem (MEI) também contribuiu para minha aproximação às questões e temas relacionados ao processo de musealização e suas diferentes interfaces. No caso das discussões empreendidas no âmbito do MEI, ressaltam-se aquelas relacionadas à experimentação social dos processos museológicos e da aplicação prática da Teoria da Museologia e à análise da praxis museal e sua influência na constituição do campo museológico.

Dessa forma, considereei ser necessária uma ruptura instauradora, como nos diz Michel de Certeau, que não supõe apagar as marcas da experiência e do conhecimento acumulados, “mas redirecionar o esforço intelectual no sentido de entender os limites desse saber, questioná-los e instaurar princípios de um novo saber, produzido por um outro modo de olhar” (ARAÚJO, 2000). Logo, parece que toda investigação – e esta não foge à regra –, em certo momento, leva o pesquisador por caminhos que fogem ao seu objetivo inicial.

Essa dissertação insere-se em um quadro mais geral dos estudos que abordam os museus, a preservação do patrimônio e seu processo de musealização no século XX. No bojo dessa discussão e temática a que tivesse acesso por meio de minha aproximação às diferentes perspectivas abertas através de meu contato com o Professor Bruno Soares, passei a identificar a existência de características implícitas e explícitas à determinados objetos considerados por ‘patrimônio literário’ passível de musealização e que nos permite falar de uma corrente de pensamento voltada para o tema.

Uma de minhas premissas consiste justamente em questionar a abordagem segundo a qual a musealização do patrimônio literário se constitui meramente na

operação que tende a extrair, física e conceitualmente, um objeto de seu meio natural ou cultural de origem e dar-lhe um *status* de museu, transformá-lo em objeto do museu (ou museália)” (DESVALLES; MAIRESSE, 2011, p. 251-270). O processo de musealização – como é aqui entendido – não consiste tão somente em tomar um objeto para colocá-lo dentro do recinto ‘museu’. A musealização também não implicaria tão somente em um complexo processo de identificação, patrimonialização, seleção, “tesaurização” e preservação, operando-se aí uma mudança no *status* do objeto. Em geral, os que estabelecem a conduta a partir dessa definição, tendem a operar com a conhecida separação entre sujeito e objeto, assim como restringi-la ao ambiente do museu.

Discordando dessa perspectiva, passo a considerar, do ponto de vista epistemológico, a musealização como ‘o processo marcado, de um lado, pela necessidade humana de transmissão da cultura e, por outro, pelas particularidades inerentes ao contexto histórico’ (BRULON SOARES, 2015;44). Afinal,

“os museus, em sua história, foram criados para servir de meio ou instrumento à disseminação de certos valores fundamentais para a cultura hegemônica do ocidente. A musealização, assim, é a finalidade a ser alcançada pelos processos ideológicos que constituíram as identidades dominantes e, logo, transmissoras do patrimônio musealizado. Nesse sentido, sem correr o risco de cometer um anacronismo, poderíamos afirmar que a musealização criou os museus” (BRULON SOARES, 2015; 59)

Sob esse ponto de vista, encontra-se em jogo no processo de musealização inúmeros elementos como a identidade, alteridade, razão, vida, morte, continuidade, finitude, percepção e conhecimento do belo, todas as características presentes como espelho de múltiplas faces das representações humanas (SCHEINER 2013;19). A história dos signos, os símbolos exibidos, as obras de criação – essas carregadas de tanta memória também são consideradas relevantes para a compreensão desse processo. A definição vai ao encontro do que postula Stransky (2014;25) ao afirmar que *o objeto da museologia não é e não pode ser o museu. O museu é uma instituição que serve a uma finalidade. Stransky rompe com a ideia de uma museologia relacionada estritamente do estudo dos museus, compreendendo-a como uma das possibilidades de se materializar essa postura humana específica com a realidade* (SOARES &BARAÇAL, 2014;10).

Em toda extensão desse entendimento, encontra-se a dimensão simbólica do patrimônio literário, abordagem que será empregada neste trabalho. Aqui, lembra-se o suposto aberto por Ernst Cassirer, para quem o ser humano, compreendido como “animal

simbólico”, organiza sua experiência por meio de formas culturais simbólicas (CAUNE, 2014): o símbolo exprime, pois, o invariável. Entendo, como dizia o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu (GEERTZ, 2008).

No limite, o que se encontra em jogo no processo de musealização, em síntese, é a atribuição de valores. Nesse caso, considera-se aqui, para efeito de delimitação conceitual, a ideia de patrimônio literário como valor. A materialidade do objeto do patrimônio literário, de ordem histórica, se constitui a partir de sua inserção e imersão no complexo histórico-cultural específico de cada sociedade e relaciona-se aos elementos simbólicos e imaginários desta. Borges (2012) delimita a noção de patrimônio como “valor-coisa” em contraposição à ideia de patrimônio como “coisa-valor”. Enquanto a primeira definição designa o patrimônio produzido em uma sociedade que passa a incorporar e acumular determinados valores, a segunda refere-se à ideia de que o patrimônio, produto do trabalho humano, é portador de valor intrínseco (BORGES, 2012). Considera-se, nessa abordagem, o patrimônio como portador de valor inalienável, já que é gerado no âmbito de uma sociedade e de seu sistema dinâmico de valores.

Fazendo um paralelo com a musealização do patrimônio literário brasileiro, me parece que sua delimitação relaciona-se à formação de um campo literário que terá como núcleo catalisador as instituições e lugares nos quais o fazer e a produção literária estão presentes, tais como as Academias Literárias, instituições que abordaremos no primeiro capítulo. Trata-se de uma reflexão fundamental a ser feita a partir dessa investigação com relação ao processo de musealização, reflexão essa que deverá abarcar o patrimônio procurando compreendê-lo e identificá-lo em função do campo ao qual se vincula, observando a relação simbólica entre os integrantes do campo literário e os bens culturais. Acredito que o resultado do levantamento das instituições literárias aqui feito pode auxiliar a definir se um bem é (ou não) compreendido como patrimônio literário brasileiro, determinado, no limite, pelos agentes que compartilham das mesmas regras de funcionamento desse campo.

Observa-se, ademais, que instituições literárias, como as Academias literárias, se constituem, sobretudo, em instâncias de consagração cultural. Com o intuito de entender aquilo que se denomina aqui por instâncias de consagração chamamos atenção para o fato de que *o ato de consagrar é o ato de construir a realidade como tal*. Quando escolhemos um livro ou um autor, não nos encontramos à frente de uma realidade evidente e dotada de propriedades intrínsecas. Bourdieu afirmara:

“A classe (ou o povo, ou a nação, ou qualquer outra realidade social de outro modo inapreensível) existe se existirem pessoas que possam dizer que elas são a classe, pelo simples fato de falarem publicamente, oficialmente, no lugar dela, e de serem reconhecidas como legitimadas para fazê-lo por pessoas que, desse modo, se reconhecem como membros da classe, do povo, da nação ou de qualquer outra realidade social que uma construção do mundo realista possa inventar e impor”. (BOURDIEU, 1990, p.168)

Sendo assim, uma realidade dada não existe *a priori*, mas, tão somente como consequência da percepção, do reconhecimento, da rotulação. Com isso, quero dizer que uma das características inerentes ao patrimônio literário é seu poder de revelação simbólica. Após o anúncio de algum tipo de prêmio ou da obtenção de acesso a associações ou grupos literários, por exemplo, por vezes se instauram polêmicas envolvendo variados grupos, que coexistem em um mesmo setor de produção cultural e que se vêem chamados a manifestar-se. Essas ocasiões são muito propícias a produzir uma radiografia das relações de poder simbólico em jogo num certo momento. Para além de sua função de produzir certificados para orientar o consumo, as instâncias de consagração, tendo seus vereditos apropriados em múltiplos debates de gosto, são então capazes de revelar os padrões de julgamento majoritários e minoritários que disputam espaço campo literário.

Dessa forma, integrantes do campo literário (críticos, artistas e estetas, dentre outros) lutam pelo privilégio da consagração, ou seja, pela autoridade final de dizer quem é e quem não é artista, o que é e o que não é arte. Assumindo diferentes posições no campo, lutam para impor seu posicionamento artístico como definitivo. Assim sendo, haverá os que sustentam que Machado de Assis é literatura, enquanto Paulo Coelho não; que Rui Barbosa seria possuidor dos requisitos para ocupar um lugar na Academia Brasileira de Letras, enquanto o empresário Roberto Marinho não. Munidos da estética e da crítica pertinentes ao seu posicionamento, duelam contra aqueles que tentam impor uma outra verdade ao campo (BOURDIEU, 1992).

Contribui para essa reflexão a dimensão aberta por Stephen Greenblatt acerca do poder do objeto de evocar no espectador forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é o representante. Trata-se da ideia de um objeto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, processo que Greenblatt denomina como “ressonância” (1991, p. 42).¹ Ao me referir à ressonância,

¹No original: “By resonance I mean the power of the displayed object to reach out beyond its formal boundaries to a large world, to evoke in the viewer the complex, dynamic cultural forces from which it has emerged and for which it may be taken by a viewer to stand. By wonder I mean the power of the display object to stop the viewer in his or her tracks, to convey an arresting sense of uniqueness, to evoke an exalted attention” (GREENBLATT, 1991, p. 42).

neste trabalho, em sintonia com Borges (2012), refiro-me à potencialidade que um objeto ou acontecimento tem para influenciar um sujeito, provocando nele efeitos de memória relativos a esse acontecimento ou objeto (BORGES 2012).

Além do conceito de ressonância, podemos destacar o de “aderência”, fundamental para a construção do entendimento acerca da ideia de patrimônio literário como aqui se deseja nominar. O conceito de aderência refere-se ao fato de que a ressonância, por meio da evocação, não atinge da mesma forma e com a mesma intensidade sujeitos possuidores de distintas referências culturais (BORGES, 2012). Tome-se por exemplo o clássico chinês *Tao Te Ching*, base da referência cultural chinesa e um dos textos mais lidos por aquela cultura. Imaginemos que esse livro está sendo lido por um monge taoista, pertencente ao mesmo contexto cultural da obra, ao passo que outra leitora, a professora catedrática do *College de France* Anne Cheng, por exemplo, pertence a um contexto cultural no qual a obra não é uma referência, embora seja essa professora uma especialista na história e cultura chinesas. Nesse caso, não obstante que em ambos tenha se manifestado a ressonância, a evocação provocada pela obra para esses leitores não é a mesma, uma vez que ela provoca neles diferentes sentimentos. Para um monge taoista, remete-se a uma busca espiritual e ao estar no templo e em sua cultura, já que a relação entre ele e o texto é de proximidade, pertencimento e familiaridade. Há, pois, uma relação de aderência em relação ao texto. Para a especialista em história da China Antiga, cujas referências culturais se encontram no âmago da cultura ocidental, essa evocação remete-se a uma construção intelectual determinada por referências culturais europeias; no caso de Anne, francesas. Nesse caso, como diria Borges (201, p. 119), “*quanto maior a distância cultural entre o objeto e o sujeito, menor será a possibilidade de aderência*”.

O recurso a esses dois conceitos atende à tarefa a que esta investigação se propõe, a saber, a de refletir a respeito da construção do conceito de patrimônio literário, examiná-lo e interpretar tais instituições como espaços de sociabilidade, circulação de ideias e de produção literária. Os conceitos de consagração, de ressonância e de aderência ajudam a pensar o quanto um objeto ou traço cultural é relevante para uma comunidade. No caso do patrimônio literário em processo de musealização, para aqueles que fazem parte do campo, isso significa compreender como e o que esse objeto evoca, além *do quanto e do que ele representa para essa comunidade* (BORGES, 2012). Um objeto, um livro, um texto, um manuscrito poderá ser considerado patrimônio literário quando— uma vez “consagrado no campo” —, *por exemplo, estiver investido de um alto grau de ressonância e um grau elevado de aderência* (BORGES, 2012). Ao aproximar-se

de uma dada formação histórica e cultural e, no caso desta pesquisa, de um campo de conhecimento – o campo da literatura –, é preciso ter em conta que não basta um ato legal para que um bem seja reconhecido como patrimônio (BORGES, 2012).

O conceito de patrimônio literário com o qual aqui trabalho não se refere somente à ideia de coisa, propriedade ou herança, nesse caso, tratando-se do patrimônio instituído ou formalizado; define-se, pois, como *valor*. Ressalte-se, em sintonia com Nathalie Heinich (2009), que uma forte mudança geracional opera-se no próprio sistema de valores e que tal fato deverá ser considerado no avançar da discussão sobre a constituição do patrimônio literário.

Dessa forma, há que se destacar que alguns valores parecem encontrar-se em declínio acentuado, como a decência, e outros mudam, como o valor da honra, que passou do duelo viril para a “reputação” nas redes sociais. Na obra *La Fabrique du Patrimoine* (2009), Heinich mostra, no âmbito do patrimônio cultural, que os valores do significado e da autenticidade tornaram-se predominantes e, em seu lugar, relativizou-se o valor da antiguidade e relegou-se o valor da beleza ao fundo. No limite, não seria essa a questão em torno da qual se configura o patrimônio literário? Quais seriam os princípios superiores que organizariam hoje as avaliações e os sistemas de valores no campo literário?

Há que se pensar, no limite, como, por que e para quê a musealização do patrimônio; nesse caso, aquele relacionado ao literário. A resposta talvez seja encontrada na investigação das formas sensíveis, na reflexão relacionada à natureza primacial do ser, à maneira aristotélica capaz, talvez, de fornecer um fundamento à geração do patrimônio. Porém, será descartada neste trabalho a dimensão metafísica da abordagem do patrimônio. Patrimônio será compreendido neste trabalho *como uma convenção dialógica, fundado e instituído em uma relação entre sujeito e objeto e entre sujeito e corpo social, cuja inteligibilidade impõe ao exegeta tanto a observância dos valores inerentes ao campo literário como a compreensão dos atores na textura de sua própria cultura*.

Diante do processo de musealização, apreender o patrimônio literário a partir das estratégias individuais dos homens que foram postos diante dele implica incorporar à construção desse patrimônio a noção de signo e de semiose. A noção de patrimônio, essencialmente, relaciona-se ao entendimento dos signos que o compõem, os objetos identificados como patrimônio, como se emitissem signos a serem descobertos e interpretados. Todo o patrimônio – assim considerado – emite signos. Um objeto só se torna patrimônio quando alguém se torna, pois, sensível aos signos por ele emanados.

Parafraseando Clifford Geertz (2008) ao referir-se à passagem de Max Weber segundo a qual o homem é amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo o patrimônio como sendo resultado e causador dessas teias. Observá-lo, portanto, implicaria a necessidade do que o próprio Geertz (2008) denomina como descrição densa, no intuito de determinar uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em cujos termos o patrimônio é percebido e interpretado e sem as quais ele não existiria. Nesse trabalho, pretendemos investigar, por meio de um estudo de caso, como essas teias de significados se constroem.

Outra reflexão me foi especialmente importante: deve-se, pois, ter em vista que a noção de musealização do patrimônio literário relaciona-se, ao fim e ao cabo, com a compreensão da gênese social de um campo literário e a apreensão daquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga e das coisas materiais e simbólicas que nele se geram.

Para os propósitos da pesquisa, realizamos ainda uma aproximação ao *conceito de campo* estabelecido por Pierre Bourdieu (2001), que se constitui em um espaço simbólico, no qual lutas dos agentes determinam, validam e legitimam representações. Aqui, compreendemos como campo o estado da relação de força entre os agentes ou instituições engajadas. Para que um campo funcione, faz-se necessária a existência de objetos de disputa e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis do jogo (BOURDIEU, 1983:89).

A noção de campo, nesta pesquisa, funciona como uma forma de perceber que o processo de formação do patrimônio literário não se encontra isolado de um conjunto de relações. De fato, o campo literário de que tratamos “começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido, segundo um princípio qualquer, dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento” (BOURDIEU, ANO, PG). Nesse caso, proponho que não basta que o gestor do patrimônio ou mesmo o pesquisador retome a linguagem dos integrantes do campo literário em questão, mas que faça dela *o indício de um trabalho de construção de identidades sociais plurais e plásticas que se opera por meio de uma rede de relações de concorrência, solidariedade, aliança, dentre outras* (REVEL, 1998), gerando ressonância e, em alguns casos, aderência. A complexidade das operações de análise decorrentes de um olhar em direção à essa abordagem do patrimônio requer, de fato, um alargamento do entendimento da noção do termo. É, pois, conveniente destacar – em sintonia com Gonçalves – que há uma forte *ambiguidade presente na categoria patrimônio, aspecto definidor de sua própria natureza, uma vez que é liminarmente situada entre o passado e*

o presente, entre o cosmos e a sociedade, entre a cultura e os indivíduos, entre a história e a memória (GONÇALVES, 2005).

No processo de identificação dessas instituições literárias – objeto dessa dissertação –, parece operar-se um trabalho cuidadoso de eliminação das ambiguidades. Substituem-se categorias sensíveis, ambíguas e precárias (por exemplo, cheiro, paladar, tato, audição) por categorias abstratas e com fronteiras nitidamente delimitadas, com a função de representar memórias e identidades (GREENBLATT, 1991).

Destacamos ainda, no âmbito dos comentários a serem feitos com relação ao processo de pesquisa, que, no processo de musealização, o objeto do patrimônio literário só adquire sentido se colocado em um contexto – político, econômico, social, cultural. Seu processo de musealização está vinculado ao entendimento de um conjunto de fatores que remetem ao campo do político, à articulação entre os agentes e à adoção de estratégias que justifiquem e valorizem sua existência. Com isso, quero dizer que tais objetos têm em seu percurso estreita relação não somente com as transformações que ocorreram no âmbito da educação e cultura brasileira, mas no contexto político brasileiro, resultado da ativa participação de grupos de interesse, agentes públicos, escritores, intelectuais, formadores de opinião. Refletir sobre sua constituição e delimitação significa – sobretudo, compreender os principais eventos que produziram a conjuntura do país. No caso do patrimônio literário, considerar-se-á as importantes transformações ocorridas no Brasil ao longo do século XX².

Nesse caso, não existe, pois, um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em função do qual os atores do campo literário determinam suas escolhas. No limite, esse é um convite para inverter o procedimento investigativo que consiste em partir de um contexto global para determinar aquilo que se denomina patrimônio. O que é proposto, ao revés, é identificar a pluralidade dos contextos que são necessários à compreensão dos comportamentos e das identidades observadas no campo literário (REVEL, 1998), levando em consideração os comportamentos por meio dos quais as identidades coletivas se formam.

Ao fim e ao cabo, pergunta-se aqui quais seriam as bases que regem o movimento em direção ao processo de musealização? Arriscaria propor a hipótese –

²Mais especificamente a partir de 1930 – momento de aceleração de mudanças sociais e políticas quando verifica-se nesse momento um grande progresso na formação de uma identidade nacional. O nacionalismo, incentivado pelo Estado Novo, se constituiu naquele momento no principal instrumento de promoção de uma solidariedade nacional. Além disso, importantes mudanças administrativas ocorrem, tendo sido criados no período instituições como o Ministério da Educação e da Saúde foram criados² (1930) e o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é criado por meio da Lei n° 378 de 13 de janeiro de 1937 (FONSECA, 2009), e o Instituto Nacional do Livro (1937).

concordando com Brulon Soares (2015) – que se encontra no cerne do movimento **a vontade humana da permanência pela transmissão**. Quando, por exemplo, ao falecer, Sir Hans Sloane deixara em testamento sua vontade de deixar ao Estado inglês as suas coleções privadas que originariam posteriormente o primeiro museu público britânico – o British Museum, o que estava em jogo se constituía, sobretudo, ao buscar eternizar suas coleções, buscava, também, fazer-se eterno (BRULON, 2015; 43).

O escritor francês George Bataille (1897-1962), explica tal ocorrência em seu livro ‘Erotismo’ (1987), afirmava que, para ganhar um sentido de permanência, os homens começaram a exteriorizar a sua existência em objetos, em ambientes, ou a relacioná-la a fenômenos e sentimentos regularmente produtores de um bem-estar físico e espiritual. A ideia do autor é que, diante da experiência da morte e da degeneração, o homem buscara ir ao encontro da exuberância, descobrindo, dessa forma, o erotismo. Seguindo o pensamento de Bataille, pode-se correlacionar a suposição de que, nesse processo, os homens passaram a discriminar ordenar e classificar os objetos, buscando um sentido de permanência, em que alguns objetos começaram a se repetir na experiência e, dessa forma, a noção de coleção propriamente dita tenha tido sua origem.

Com isso, quero dizer que a rigor, para além da mera função do colecionismo, ‘tout collection a un sens, une valeur’. As coleções- como afirma Pomian- se constituem em um meio que assegura a comunicação entre dois mundos e sua função é a de permitir aos objetos que a compõem o papel de intermediários entre os espectadores e os habitantes do mundo ao qual eles são exteriores (POMIAN, COLEÇÃO. ANO, 17.). Manifesta-se então como alicerce do processo de musealização as múltiplas e facetadas relações entre humano e realidade a partir de universais representações simbólicas. Esses são alguns dos desafios que o pesquisador, ao debruçar-se sobre a musealização do patrimônio literário, possivelmente enfrentará.

Desde já, considero aqui, destarte, como patrimônio “todo objeto ou conjunto, material ou imaterial, reconhecido e apropriado coletivamente por seu valor de testemunho e de memória histórica e que deve ser protegido, conservado e valorizado” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2009), um bem público cuja preservação deve ser assegurada pelas coletividades. Essa noção se remete ao conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo homem, materiais ou imateriais, sem limite de tempo nem de lugar, que sejam simplesmente herdados dos ascendentes e ancestrais de gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes das gerações futuras (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 74).

Feitas tais observações, destacamos que trataremos nesta dissertação de parte desse processo, a saber, a *identificação* e *delimitação* desse patrimônio. O trabalho que aqui apresento tem como propósito compreender os *processos de construção de valor do campo literário como parte do processo de musealização*. Está centrado na exposição de um amplo material para pesquisa e consiste na apresentação do vasto levantamento realizado, condição necessária e inerente, ao nosso ver, ao processo de musealização. Para tal empreitada, identificarei os elementos que constituem o universo simbólico dos intelectuais do campo da literatura no Brasil, que, ao produzir, conservar, estudar, expor e transmitir o patrimônio material concernente ao fazer literário brasileiro e ao seu meio, passam a atuar como agentes no campo e contribuem para formar o universo simbólico em torno do qual o patrimônio literário será constituído. O tema torna-se mais relevante se considerarmos que a literatura e, por conseguinte, o *patrimônio literário são alguns dos principais elementos constitutivos da identidade de uma nação*. Vejamos: o personagem Peri, do romance *Guarani*, por exemplo, desempenhou um papel fundamental na construção da identidade brasileira. Ou Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, criado em 1914, construído como símbolo do caboclo atrasado, abandonado por seus governantes à própria sorte, à indigência e às doenças, sendo constantemente renegado. Ou mesmo, mais adiante, na segunda década do século XX, em 1928, na corrente do Modernismo, Macunaíma, o anti-herói criado por Mario de Andrade em uma obra repleta de especificidades da cultura e do povo brasileiro, inserido em um movimento de identificação e articulação de um discurso em torno da “verdadeira” identidade nacional. Por fim, em um último exemplo, reporto-me aqui à célebre obra *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, um trabalho decorrente de uma viagem do escritor ao sertão mineiro nos idos de 1954, que põe em relevo problemas cruciais da história do país; a trajetória de Riobaldo, permeada de carga simbólica e mítica, relaciona-se a processos constitutivos de nossa sociedade.

Todos os temas de que se ocupa a história e a crítica literária são deveras interessantes e relevantes para o objeto em questão, mas é importante pontuar – em sintonia com as reflexões feitas por Anne Marie Thiesse – que *a literatura* de fato teve um importante desempenho *na formação da ideia de nação*, participando na construção do que Benedict Anderson (2011) denomina como “comunidade imaginada”. Aqui tratamos especificamente da formação e afirmação da nação brasileira.

Ora, se o que faz a nação é um legado rico de recordações, se pertencer à nação é ser um dos herdeiros desse patrimônio comum e indivisível, todo o processo de formação identitária consiste, pois, em determinar o patrimônio de cada nação e difundi-

lo. O tema se torna ainda mais relevante se considerarmos as mudanças estruturais pelas quais estão passando, no final do século XX, as sociedades modernas, deslocando as estruturas e processos sociais centrais e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2003).

É justamente na esfera da cultura, e especificamente na da literatura, que se estabelecem as bases das diversas nações (THIESSE, 2001). Qualquer nação possui ancestrais fundadores, uma língua, heróis, lugares de memórias, dentre outras diversas categorias (THIESSE, 2011). O patrimônio literário, uma vez identificado, seria uma dessas categorias de que fala Anne-Marie Thiesse (2001) e teria como função assegurar a totalidade da comunicação no interior da nação. No patrimônio literário deve a nação, pois, reconhecer-se e celebrar-se. É – no limite – um *museu vivo* composto por grandes ancestrais, depositário dos vestígios de sua cultura de origem e no qual, por meio da tradição, conservam-se os legados primitivos.

Com isso, quero dizer que as crenças, valores, códigos comportamentais e todo o conjunto coordenado de representações, símbolos e imagens produzidos pelo fazer literário se constituem no caleidoscópio por meio do qual tal patrimônio literário forma-se, tornando-se imprescindível seu entendimento e mapeamento no processo de musealização. O processo de formação identitária consiste, pois, em determinar o patrimônio de cada nação e difundi-lo. Assim, chego à questão que permeia todo o meu trabalho: como circunscrever o patrimônio literário de uma nação, nesse caso, da nação brasileira?

Uma direção possível em que este trabalho pretende se orientar é a de investigar experiências práticas e simbólicas constituintes do campo literário brasileiro. Trata-se de uma tarefa complexa e que supõe identificação e compreensão do universo simbólico e das relações que esse universo estabelece com outras formas de sociabilidade e seus lugares de encontro. No caso brasileiro, o universo simbólico que constitui os processos de construção de valor do campo literário e as distintas formas de sociabilidade na constituição de tal universo ainda se apresenta como território a ser mais bem explorado no âmbito do processo de musealização. O que será apresentado, neste trabalho, é apenas uma parcela das possibilidades de investigação que as discussões acerca do patrimônio literário suscitam, ainda mais se considerarmos que a literatura se trata de uma categoria cujo entendimento e significado são dotados de subjetividade e múltiplas acepções.

O termo “literatura”, da palavra em latim *litteratura*, de início era conceituado como “o ensino das letras, da leitura e da escrita” e passou a designar a arte literária ou mesmo

a *arte das belas letras* (NASCENTES, 1955). Tendo em vista que a literatura é um fenômeno relacionado à arte, e especificamente à arte literária, se faz necessário destacar a ideia de Terry Eagleton de que não é possível ver a literatura como categoria objetiva, pois teria ela suas raízes nas estruturas mais profundas de crenças “tão inabaláveis quanto o edifício Empire State” (EAGLETON, 1983, p. 17). Antonio Candido define a literatura como um “sistema por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens e de interpretação das diferentes esferas da realidade” (CANDIDO, 1981, p. 24). Como afirmou Otto Maria Carpeaux, trata-se a literatura de ser uma expressão estilística do espírito objetivo, autônomo e, ao mesmo tempo, um reflexo das situações sociais (CARPEAUX, 1978, p. 35). Podemos, inclusive, pôr em discussão a ideia estabelecida por Terry Eagleton (1983) e considerar a literatura como a escrita imaginativa no sentido de ficção. Todas as definições a que me reporto possuem, no entanto, um denominador comum, do qual tratarei neste trabalho: a subjetividade e o universo simbólico estão presentes, em maior ou menor grau, nas definições daquilo que se subentende ser literatura.

Assim, tendo em vista a complexidade de definir o próprio fenômeno literário e a importância que guarda tal patrimônio como aspecto constituinte de uma nação, desde já, destaco que qualquer reflexão sobre sua constituição enfrenta, de início, o dilema de saber se é viável (ou até que ponto é possível) precisar as *fronteiras que delimitam o fenômeno da literatura*. Perceba-se que, quando se fala em fronteiras da literatura, apesar da necessidade de inclusão de certos autores ou textos como pertencentes ao patrimônio literário e da exclusão de outros, não se deve deixar de vislumbrar a existência de situações híbridas que desvanecem a rigidez com que eventualmente intuía-se postular a existência de um patrimônio literário com margens solidamente definidas. Rui Barbosa, por exemplo, político e importante jurista brasileiro conhecido por seus trabalhos jurídicos e políticos, escreveu alguns poemas, compilados no segundo tomo de suas obras completas. O poeta Carlos Drummond de Andrade teria recusado o convite de prefaciar o volume – o que acabou sendo feito pelo amigo e então presidente da Casa Rui Barbosa, Américo Jacobina Lacombe –, por não reconhecer as qualidades poéticas do polímato brasileiro, identificando-o como jurista e político no lugar de poeta e escritor.

Assim, se é ineludível que o romance *Iracema* de José de Alencar ou *Dom Casmurro* de Machado de Assis inserem-se no campo da literatura, já os sermões de Padre Antônio Vieira poderiam ser lidos e percebidos como uma obra híbrida – nos dizeres de Carlos Reis, na medida em que nela se alternam eventos e situações

ficcionais e eventos e situações históricas (REIS, 1999). Em outra ocorrência, verifica-se a possibilidade de que haja uma mudança completa no estatuto de uma obra, causada pela forma como certos textos passam a ser lidos: até que ponto a Carta de Caminha, enviada ao rei dom Manuel informando a “descoberta” do Brasil, encontra-se (ou não) no campo da literatura (ARAUJO, 2011)?

Além disso, cabe mencionar ainda outros dilemas que acercam os debates sobre as fronteiras da literatura: por exemplo, quando se procura determinar as fronteiras de uma literatura nacional, em confrontação com outra literatura nacional e em relação direta com os movimentos da história geral. É nesse contexto que se aborda o dilema de saber quando a literatura brasileira começa como literatura independente da portuguesa, por exemplo. A questão, como aborda Carlos Reis, não é consensual, nem se resolve apenas tendo em atenção a independência do Brasil – nesse caso, a literatura brasileira forçosamente teria início no ano de 1822, mas muitos escritores e críticos literários brasileiros identificam sua origem para aquém do século XIX. Afrânio Coutinho (1981), por exemplo, afirma que a literatura iniciou-se no “instante em que o primeiro homem europeu aqui pôs o pé, aqui se instalou, iniciando uma nova realidade histórica, criando novas vivências, que traduziu em cantos e contos populares, germinando uma nova literatura” (p. 38).

Câmara Cascudo amplia ainda mais a fluidez das fronteiras da literatura ao abordar a literatura oral, expressão cunhada por Paul Sébillot e que abarca “aquilo que, para as pessoas que não leem, substitui a produção literária” (CASCUDO, 1978, p. 23).³ De início limitada aos provérbios, ampliou-se alcançando horizontes maiores, incluindo-se nessa abordagem o canto popular, as cantigas, os jogos infantis, as danças de roda, entre outras manifestações. Se, por um lado, visualiza-se a literatura “oficial”, chamada assim pela obediência aos ritos modernos ou antigos de escolas ou de predileções individuais, *o que expressa uma ação refletida e puramente intelectual, por outro lado, vislumbra-se uma literatura que age falando, cantando, representando, dançando no meio do povo, nos terreiros das fazendas, nos pátios das igrejas* (CASCUDO, 1978). Trata-se da descrição feita por Cascudo (1978), segundo o qual a literatura oral brasileira reuniria todas as manifestações da recreação popular, mantidas pela tradição. Neste trabalho parece pertinente, portanto, que se considere a literatura brasileira como um extenso âmbito de limites fluidos, já que a literatura parece invadir outros territórios e

³ No original: “ce qui, pour le peuple qui ne lit pas, remplace les production littéraires” (CASCUDO, 1978, p. 23).

domínios e imbricar-se neles, característica essa que não pode ser ignorada por sua musealização.

A apreciação do patrimônio literário como um campo próprio e específico relaciona-se não somente ao aspecto da linguagem literária e aos objetos e questões que a circundam, mas, sobretudo, ao *domínio institucional do patrimônio literário* – aquilo a que neste trabalho dedicarei maior atenção. As instituições, de fato, desempenham um importante papel na articulação das narrativas sobre o patrimônio literário brasileiro. É certo destacar aqui a relevância dada por Bronisław Kasper Malinowski às instituições, definidas por este como unidades autônomas, fundamentadas nas normas sociais, às quais se encarregará a tarefa de implantar a integração, a cooperação e a solidariedade, objetivando e organizando as relações humanas.

As instituições, que representam unidades de organização, são consideradas como dotadas de funcionalidades sociais e, mediante mecanismos materiais desenvolvidos por determinado grupo, seguem regras e procedimentos específicos. Legitimadas por uma marca dotada de significado simbólico, visam satisfazer as necessidades humanas de todas as espécies. Como acentuam Peter Berger e Thomas Luckman (2004), as instituições, pelo simples fato de existirem, controlam o comportamento humano estabelecendo padrões de conduta previamente definidos, canalizando a conduta do homem em uma direção, em oposição às muitas outras direções teoricamente possíveis.

É sobre esse ponto e abordagem que proponho dedicar-me nesta pesquisa, apresentando as instituições como unidades de organização que contribuem para conformar e delimitar o patrimônio literário brasileiro, definindo papéis e identificando o universo simbólico em torno do qual será constituído o campo literário.

É interessante perceber que, quando mencionamos a literatura como instituição, inevitavelmente conotações sobre o fenômeno literário vêm à tona. Pode-se sugerir, a despeito do termo, mentalidades e comportamentos estáticos, hierarquizados e pouco propensos à inovação (REIS, 1999). Defenderei que a questão fundamental sobre a instituição, no entanto, é o papel que ela representa na reprodução da ordem social no mundo; as instituições produzem, é certo, seus efeitos na sociedade por meio do peso mítico e simbólico de suas paredes no mundo exterior (IGNATIEFF, 1987). Peter Berger e Thomas Luckman (2004) apresentam semelhante exame ao afirmarem que a lógica das instituições não residiria nelas mesmas ou nas suas funções externas, mas na maneira como estas teriam sido tratadas, na reflexão de que se ocupariam: “a consciência impõe a qualidade de lógica à ordem institucional” (BERGER; LUCKMAN,

2004, p. 91). Dessa forma, quando, neste trabalho, me refiro à instituição literária, estou desde logo a me remeter a práticas e sujeitos reunidos em torno de organizações precisas, ordenadas no tempo e no espaço, que asseguram ao fenômeno literário sua configuração.

As instituições se constituem em um sistema de valores em nome do qual os homens se organizam. Desse conceito, excluem-se, portanto, nesta pesquisa, as atividades culturais que não conseguiram encontrar formas estáveis e organizadas no campo literário (CAUNE, 2014). A partir dessa abordagem, penso que, se passasse a questionar as instituições literárias, poderia começar a compreender como as instituições causam efeitos no domínio simbólico e imaginário e, sobretudo, demarcam aquilo que se considera como patrimônio literário, constituído, no seu limite, na consciência e na prática dos sujeitos que o integram. Afinal, para quem o patrimônio literário representa uma referência a ser conservada? Para quem ele pode ser descartado?

Dentre as formas de institucionalização da literatura, trabalhei na identificação e no mapeamento das *academias literárias* brasileiras que tiveram um importante papel na formação e circulação de ideias no país, já que estas estabelecem certa estabilidade e notoriedade ao fazer literário. Em resposta às necessidades de um processo de reconhecimento do homem de letras, as academias literárias representam a expressão dos movimentos de legitimação de um campo, sobretudo, no Brasil, a partir do século XX, *vis-à-vis* ao crescimento de um público leitor consumidor e ao advento de um mercado editorial nacional. As academias – em um sentido mais moderno do termo – se configuram como *espaços de aclamação*, recebendo escritores, poetas e intelectuais que gozam de prestígio e reconhecimento público por suas obras. No limite, as academias parecem funcionar como um espaço de poder e luta, compreendendo-se como um lugar ocupado por relações de forças entre posições sociais que asseguram aos seus participantes – escritores e intelectuais – um *quantum suficiente de força, ou de capital, de forma que estes tenham possibilidade de entrar na luta pelo monopólio do poder no campo literário* (BOURDIEU, 2001).

Assim, não se trata apenas de entidades e políticas literárias, mas de lugares de produção de sentido – um sistema de representação social. Os integrantes das academias não são apenas acadêmicos, eles participam e compartilham da ideia de literatura e de campo literário tal como representado em sua cultura nacional. Uma academia torna-se, assim, uma comunidade simbólica, e é isso que parece explicar o seu poder para gerar um sentimento de identidade, característica primordial para a identificação de determinados bens como inerentes ao patrimônio literário nacional. Além

disso, o levantamento das academias literárias constitui, ao meu ver, uma oportunidade para compreender as diferentes estruturas por meio das quais a produção literária brasileira contribui para o trabalho de dominação (MICELI, 2001).

Outro aspecto que se pretendeu investigar foram as *premiações literárias* que, da sua forma, se constituem em mecanismos que procuram exercer a função de validação institucional da literatura (REIS, 1999). As *premiações literárias* recebidas pelos titulares do acervo são, sobretudo, distinções sociais e profissionais que parecem formar, em última instância, marcas biográficas, assegurando identidades individuais e coletivas, demarcando espaços e estabelecendo meios de atuação, o que muito contribui para compor o caleidoscópio por meio do qual o perfil do acervo irá se constituindo. Os prêmios parecem representar princípios de diferenciação que estabelecem fronteiras socioculturais e que determinam a força dos titulares, assim como suas posições no campo literário; em última instância, para os agraciados, significa a admissão em uma seleção de notáveis da literatura nacional (BOURDIEU, 2001).

Os prêmios literários, especialmente a partir do século XIX e do estabelecimento da propriedade literária, quando a literatura passa a ter um valor de troca, adquirem outra dimensão e alcance. Para além das premiações materiais, os prêmios literários podem ser considerados – nos dizeres de Carlos Reis – como uma extensão das instituições que os concedem. É muito significativa a publicação de obras em que é possível encontrar listagens dos principais prêmios literários do mundo, dentre elas o curioso *Guide de Priz Litteraire* (Paris, Cercle de La Librairie, 1966), o livro *International Dictionary of Literary Awards* (de Janne Clapp, 1963, Nova York) e a obra *Foreign Literary Prizes – Romance and Germanic Languages* (Nova York; Londres, 1980). Todas essas ocorrências mostram que os prêmios literários, por sua abundância e pela projeção pública que conferem aos premiados, constituem-se fortemente em um instrumento de afirmação institucional da literatura.

Como estudo de caso, tratarei do processo de musealização ocorrido no Arquivo Museu de Literatura Brasileira criado com o objetivo de guarda e preservação da memória literária. O AMLB se constitui em uma importante vertente na constituição de formação do patrimônio literário porque confere aos escritores e membros do campo a condição de candidatos à apreciação estética por parte do público e mesmo de seus pares. Os integrantes do campo literário passam, dessa forma, a ocupar determinada posição no espaço social.

Além disso, à medida que o AMLB se constitui como arquivo literário, ele põe em jogo: os produtores de obras classificadas como artísticas, grandes ou pequenas,

célebres – ou seja, celebradas – ou desconhecidas; os críticos, eles próprios constituídos em campo; os colecionadores; os intermediários; e os conservadores. Todos aqueles que têm relação com a arte e vivem para a arte e da arte passam a opor-se em lutas de concorrência que têm como aposta a definição do sentido e do valor da obra de arte, portanto, a delimitação do mundo da arte (aqui leia-se literatura) e dos verdadeiros artistas e escritores, colaborando, por essas próprias lutas, com a produção do valor da arte e do artista (BOURDIEU, 1992).

Nos museus, os objetos, musealizados, retirados de seu contexto original, passam a desempenhar uma função propriamente artística. No âmbito de uma função artística adquirida pelo objeto musealizado, o princípio da diferença entre as obras de arte (nesse caso tratamos da literatura e dos objetos a ela associados) e os objetos ordinários se constitui na própria instituição museal, que confere aos escritores e membros do campo a condição de candidatos à apreciação estética e, dessa forma, determinada posição no campo literário, em que a maior ou menor inserção relaciona-se com a posição e a trajetória do autor no campo e no espaço social.

O resultado é que papéis sociais são distribuídos de acordo com esse jogo. Os sujeitos, de muitos modos, apropriam-se desses papéis, atribuindo a eles um significado singular – o que Stuart Hall (2003) denomina identidade. Assim, os museus se constituem em verdadeiros espaços de aclamação e, por isso, trataremos deles neste trabalho.

O tema torna-se mais relevante para a determinação do patrimônio literário que se quer identificar ao considerarmos que, no Brasil, verifica-se o surgimento dos denominados “museus literários”, segundo as categorias estabelecidas no *Guia dos Museus* do Instituto Brasileiro de Museus. No âmbito nacional, em 2003, destaca-se o incentivo à área com o lançamento da Política Nacional de Museus pelo Ministério da Cultura. Por meio da política, foi criado o Sistema Brasileiro de Museus, que propôs melhorar a organização, gestão e desenvolvimento dessas instituições e dos processos museológicos, assim como valorizar saberes e fazeres específicos do campo museal (Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004). No âmbito internacional, o Comitê Internacional para Museus Literários do Icom (ICLCM-Icom) ocupa-se em desenvolver atividades como pesquisa, publicação, exibição e educação para museus históricos/biográficos literários e museus de compositores.

Não obstante o fato de que aqui abordaremos as instituições museais com seus acervos e objetos, há que se destacar ainda neste trabalho que o quadripé da memória e da musealização desse patrimônio completa-se com os Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação. A questão dos acervos literários transita, dessa forma, por espaços

“cujas interfaces não podem ser descoladas” e que, no entanto, possuem especificidades e fronteiras definidas (SPINELLI, 2009). Um trabalho sobre a constituição do patrimônio literário não poderá se furtrar a alavancar essa discussão, sob o risco de incorrer em um reducionismo conceitual daquilo que se compreende como patrimônio relacionado ao fazer literário. Com isso, quero dizer, em sintonia com Johanna W. Smith, que a organização da informação encontra-se justamente na interface do trabalho do campo da museologia, biblioteconomia e documentação, respectivamente. As “Três Marias”, assim batizadas pela autora, se constituem, dessa forma, nos pilares das instituições de memória, por meio dos quais o patrimônio literário manifesta-se (SPINELLI, 2009).

O conceito de memória, na constituição do patrimônio literário, é crucial, pois trata-se do elemento fundamental da identidade. Os arquivos de escritoras e escritores, não raro, com suas bibliotecas particulares, documentos, coleções e objetos pessoais, deslocam-se do espaço doméstico para centros de documentação e pesquisa de instituições, onde ganharão vida pública (MARQUES, 2015). Nesse movimento pendular que se constitui em lembranças e esquecimentos, memórias passadas e projeções futuras, a memória não é depositária passiva de fatos, mas um processo ativo de criação de significações. O passado, uma vez regido, conservado, narrado, odiado e glorificado, torna-se peça fundamental do presente. Tudo isso está em cena para definir os elementos de consagração, aquilo que se constitui como patrimônio literário.

A título de ilustração, tomemos como exemplo o papel desempenhado pela estátua dos escritores, por exemplo, a de Carlos Drummond de Andrade, um dos principais poetas da segunda geração do Modernismo brasileiro – escultura construída em 2002 como homenagem ao seu centenário, inaugurada na orla da praia de Copacabana, região da cidade do Rio de Janeiro.⁴

Esse fenômeno, mesmo que, à primeira vista, possa “objetivamente” desempenhar um reforço da identidade carioca na indústria turística, trata-se, ao meu ver, de ocupar importante papel na definição da identidade da cidade. Ele consiste muito mais na irrupção de sentimentos acumulados no tempo e de uma memória de uma geração de modernistas que representou a cidade do poeta, a paisagem cultural, o contexto, os bares, a moda.

Com isso, quero dizer que essa memória, por meio da presença sutil de Drummond, passa a ocupar a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação,

⁴ Atualmente, também, há representações do escritor em outras esculturas, como é o caso das estátuas Dois poetas, na cidade de Porto Alegre, e O Pensador, na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, além de um memorial em sua homenagem na cidade de Itabira.

acoplando-se a uma memória coletiva cuja referência ao passado se constitui em um elemento importante para a coesão interna dos diferentes grupos e para a defesa das fronteiras daquilo que os cariocas têm em comum. É muito comum observar filas de pessoas que se sentam ao lado dessa escultura para tirar fotos, conversar ou simplesmente olhar a paisagem, “fazendo companhia ao poeta”. A estátua de Drummond se constitui, sobretudo, em um ponto de referência que estrutura nossa memória e que a insere na memória da coletividade a que pertencemos. Assim como a consagração de Drummond, outros exemplos na cena carioca também vêm à tona, levantamento que renderia o sugestivo título “o patrimônio literário na paisagem carioca”. Decorrentes de um mesmo processo de consagração, podem ser citadas ainda as estátuas de Machado de Assis, João do Rio, Nelson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade e Clarice Lispector (O RIO..., 2017). Trata-se não somente de uma ocorrência nacional. Podemos enumerar a presença de esculturas na paisagem urbana em Dublin, com a estátua de James Joyce; em Paris, com a de Victor Hugo; e em Londres, com a de Patrick Modiano e Virginia Woolf, só para citar alguns exemplos.

Todas essas ocorrências nos mostram que, uma vez que as memórias conseguem invadir o espaço público – nesse caso evocadas pela presença de esculturas representando imagens de escritores –, reivindicações múltiplas se acoplam a essa disputa da memória – nessa ocasião, a imagem do Rio de Janeiro, ligada à boemia, à leveza. Dessa forma, essas lembranças, antes confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não somente por meio de publicações, permanecem vivas. Nesse sentido, escritores, poetas e intelectuais são frequentemente chamados a definir seu lugar no campo literário. E uma pergunta que se poderia fazer é: em que medida a memória cultivada tem fundamentação histórica, o que é comumente lembrado e o que se deve esquecer no que diz respeito a tal patrimônio?

Para compreender o patrimônio literário brasileiro, julgo ser necessária uma incursão por tais elementos constitutivos, não obstante o fato de a institucionalização da literatura ter sobretudo como objeto a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Na abordagem que proponho, assinalarei um esforço de elaboração do conceito de patrimônio literário *a partir de seu domínio institucional*. Trabalharei no levantamento e no inventário tentativo do referido patrimônio, assim como tentaremos identificar elementos que contribuam para sua definição e que fazem do patrimônio literário uma instância que é, em grande medida, partilhada por todas as instituições artísticas, literárias, educacionais e, em última instância, museológicas, pois trabalham em conjunto pela musealização desse patrimônio.

O exame empreendido durante o curso do mestrado aponta mais elementos que me parecem significativos o bastante para que intente um aprofundamento da reflexão. Na análise preliminar desenvolvida, observou-se ser *necessário dar maior amplitude ao escopo do patrimônio literário brasileiro*. Isso significa criar condições para que instituições, grupos de intelectuais e ideias localizados no processo de formação desse patrimônio possam ser explorados e, conseqüentemente, incluídos em sua memória. Também significa explorar arquivos e fontes. Por muito tempo, a ênfase das interpretações e daquilo que se entende como patrimônio recaiu sobre o importante papel assumido pelas instituições federal, estaduais e municipais; nesses casos, o ângulo de análise do observador é o do Estado, ao passo que o objeto a ser buscado e valorizado são as transformações significativas operadas no entendimento e no escopo real do que seria esse patrimônio.

Ocorre que o exame dos instrumentos e métodos definidores do patrimônio literário no contexto brasileiro, bem como as controvérsias que movimentaram as instituições de produção e guarda na definição do que se constituía como patrimônio, ainda não se consolidaram como objeto de estudo mais sistemático.

Com isso, o estudo também se justifica por *explorar arquivos e fontes que ainda não foram incorporados em pesquisas do campo do patrimônio literário*. Como tentarei demonstrar, a realização de um inventário tentativo a partir de uma abordagem institucional justifica um olhar mais atento e cuidadoso por parte do pesquisador, assim como um esforço de pesquisa para trazê-la aos debates do campo da Museologia, já que se trata de tema novo, ao qual os trabalhos acadêmicos parecem ainda não ter dedicado maior atenção. Examinar o campo literário brasileiro por meio do mapeamento de suas instituições contribui para a história dos museus e do patrimônio no país, pois evidencia as estratégias utilizadas por seus membros, assim como contribui para entender a gênese do campo do referido patrimônio que se pretende mapear e estudar.

Alguns autores já demonstraram que a formação e definição do que se compreende por patrimônio brasileiro estão relacionadas à constituição do Estado, sobretudo a partir dos anos 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que disseminou no país a prática do tombamento, ato de reconhecimento do valor histórico de um bem, transformando-o em patrimônio oficial público e instituindo um regime jurídico especial de propriedade (CHUVA, 2009; FONSECA, 1994, 1996, 2009). Também demonstraram que o patrimônio nasceu no debate e na constituição desse mesmo movimento. Nesse caso, instâncias como o Conselho Consultivo do Iphan, que aprovam os bens a serem tombados, se constituem

em um instrumento para subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas públicas relacionadas ao campo da preservação do patrimônio brasileiro (SOPHIA, 2013). Chamou-se atenção também para o caráter simbólico na constituição de tal patrimônio (BORGES, 2009, 2011; BORGES; CAMPOS, 2012; GONÇALVES, 1996, 2005, 2007). Destaca-se, nesse ínterim, o hercúleo trabalho que resultou na publicação do *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie*, elaborado sob a direção de André Desvallées e François Mairesse (2011), resultado de uma discussão suscitada pelo Comitê Internacional para Museologia (Icofom) do Conselho Internacional de Museus (Icom).

Aqui também devemos ressaltar que a constituição do patrimônio literário relaciona-se também ao grau de investimento de cada nação no que diz respeito a aspectos como cultura e educação. Desse modo, os indicadores do IBGE e, no cenário internacional, os relatórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) se constituem em uma fonte primordial na determinação e no grau de ressonância dos membros de cada comunidade imaginária em relação à matéria. É muito significativo, por exemplo, que, não obstante a magnitude e o tamanho do *National Palace Museum*, em Taiwan, seja o Museu Nacional de Literatura uma das principais instituições inspiradoras no âmbito cultural da sociedade taiwanesa. Destaca-se que o fenômeno deve-se, em grande parte, ao nível educacional e ao grau de formação da população e ao investimento em políticas educacionais.

Voltemos ao caso brasileiro. No Brasil, acredito que, apesar dos argumentos que se remetem ao nível educacional e à formação do povo brasileiro, algumas perguntas ainda não foram suficientemente respondidas, principalmente no que diz respeito: ao conceito de patrimônio literário e ao modo como a sociedade brasileira constrói seu patrimônio literário; à relação do patrimônio literário brasileiro com o fazer literário e com a formação da literatura brasileira; e à construção da memória institucional. Com base nas reflexões abertas por este trabalho, posso me perguntar, por exemplo: o que define o patrimônio literário? O que compreendemos como patrimônio literário? Que formas ele toma? E, finalmente, em que medida a musealização do patrimônio literário pode contribuir pra a reinvenção da própria literatura?

O trabalho torna-se importante se forem consideradas as mudanças políticas e administrativas recentemente concretizadas no país e os desafios apresentados à gestão pública na determinação dos melhores e mais eficazes procedimentos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, o que tem imposto novos desafios à área do patrimônio. É muito significativo perceber, desde já, que o Estado, por meio de

políticas públicas, torna-se um dos atores fundamentais na delimitação daquilo que se pode compreender como patrimônio brasileiro. Isso ocorreu sobretudo a partir da década de 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e com o estabelecimento de instrumentos oficiais como a prática do tombamento, uma das alternativas possíveis para a preservação de bens culturais/ambientais, na medida em que impede legalmente a destruição e descaracterização destes. No Iphan, vêm sendo discutidas, por representantes dos gestores governamentais setoriais e da sociedade civil, as principais estratégias nacionais de operacionalização da política de preservação do patrimônio (SOPHIA, 2013).

Ora, é necessário que o Estado brasileiro, antes, eleve o grau de racionalidade das políticas públicas (COHEN; FRANCO, 2002). Nesse sentido, é fundamentalmente importante a elaboração de metodologias adequadas para a formulação e avaliação de projetos na área de preservação e conservação, já que, em uma situação de escassez de recursos e necessidades incrementadas, será ainda mais imprescindível a função de identificar, comparar, escolher e descartar objetos que serão alçados à condição de patrimônio a ser tombado e preservado.

Com isso, quero dizer que é preciso, sobretudo, estabelecer prioridades por meio de diagnósticos adequados (COHEN; FRANCO, 2002). Não é possível, pois, que as ações relacionadas ao patrimônio literário sejam efetivas e que os recursos existentes sejam utilizados de forma efetiva se não se dispõe de uma análise objetiva do patrimônio a ser preservado. Não bastam, pois, as descrições quantitativas. É necessário possuir outra informação que permita a sua determinação e identificação. O diagnóstico deve ser feito levando-se em conta aquilo que o campo literário denomina patrimônio, abordagem que permite, ao Estado brasileiro, estabelecer prioridades.

Nesse contexto, faz-se imperioso examinar o *corpus* inerente àquilo que se denomina patrimônio literário brasileiro, subsidiando a discussão com instrumentos e métodos que permitam obter informações mais detalhadas sobre o perfil e o montante inventariado, como algo de utilidade para delinear o diagnóstico e, conseqüentemente, as ações que deverão ser empreendidas na gestão pública voltada à identificação, conservação, guarda e preservação desse patrimônio.

O aprofundamento da investigação a partir do conceito de *campo* do sociólogo Pierre Bourdieu (1992,2001) tem a vantagem de tomar a abordagem institucional do patrimônio sem desprezar as singularidades que marcam as diferentes trajetórias individuais. Nessa perspectiva, é possível desenvolver uma pesquisa mais fina,

contemplando as muitas fontes disponíveis e examinando o fato de que, diante do assalariamento crescente, muitos escritores viram-se envolvidos em atividades diversas, vindo a assumir múltiplos papéis que, por sua natureza, parecem, inclusive, contrastar com um estilo de vida que lhes parecia próprio.

As possibilidades de reflexão a partir desta investigação não se encerram no levantamento realizado no âmbito das academias literárias, das revistas, das premiações concedidas e, sobretudo, dos museus. Elas também se guiam por outras fontes a serem percorridas neste trabalho, considerando que os escritores transitam por outros lugares de sociabilidade, o que provoca um forte desdobramento em relação ao que se denomina patrimônio literário – como as universidades, as confrarias literárias e as bibliotecas públicas e particulares, reconhecidamente locais de produção literária. Entendo, assim, que o processo de musealização desse patrimônio – objeto central da presente pesquisa – não se vê limitado ou recluso aos museus e não se configura como resultado unicamente da ação dos seus agentes.

Outro ponto que justifica sobremaneira a realização de tal trabalho é o fato de que a história da constituição do patrimônio literário é, sobretudo, a história da maneira como uma sociedade constrói esse patrimônio, nos dizeres de Poulot (2009). Com relação ao Brasil, tal história parece confundir-se com uma história político-administrativa. Não obstante, a conceituação de patrimônio orienta-se não somente pela realidade física dos objetos, pelo valor estético – na maior parte das vezes documental, inclusive de valor sentimental – que lhe atribui o saber comum por um estatuto legal ou administrativo. Para além dessa definição, a conceituação de patrimônio depende também de uma reflexão erudita e de uma vontade política (SCHLANGER apud POULOT, 2009), amparada sobretudo por instituições que materializam e conformam essa noção, razão por que releva-se a primeiro plano, neste trabalho, a identificação dos locais em que a produção literária contribui para o trabalho de definição e formação de um patrimônio, dissimulado em um campo intelectual dotado de uma relativa autonomia em seu funcionamento – o campo literário.

Há que se considerar, ainda, que tomar como objeto de estudo o patrimônio literário brasileiro e sua delimitação conceitual não significa trabalhar com um tema bem desenvolvido do ponto de vista histórico e historiográfico. A existência do patrimônio e dos objetos patrimoniais não pode ser considerada evidente por si só, não pode ser definida com base na descrição estatística de propriedades ou historicizada no tempo e espaço de forma independente das trajetórias e das experiências sociais dos sujeitos – membros do campo literário – que definem esse patrimônio. Ao contrário, percebo que

meu desafio dependerá da minha capacidade de integrar meu estudo aos debates mais atuais no âmbito da Museologia, do Patrimônio e da pesquisa empírica, cujo principal objetivo é superar as análises generalistas até aqui mais recorrentes nas reflexões sobre patrimônio, como tentei mostrar. É preciso apreendê-las, pois, por intermédio das estratégias individuais, das trajetórias biográficas, familiares e sociais dos homens que foram postos diante desse patrimônio (REVEL, 1998). Deve-se fazer aparecer, por trás da tendência geral mais visível, o papel desse patrimônio na formação da identidade do campo, examinando percursos e trajetórias nos quais estiveram envolvidos seus integrantes – escritores, poetas, leitores, docentes, pesquisadores e gestores, uma lacuna que esta pesquisa tentará preencher.

Em resumo, acredito que os estudos sobre o patrimônio ainda não se debruçaram sobre a identificação e delimitação do patrimônio literário. A constituição do patrimônio literário brasileiro é, por si só, um atrativo para o pesquisador do patrimônio, principalmente se levarmos em consideração o reduzido número de trabalhos que contam com uma aproximação do tema, o qual se constitui em fonte inesgotável para estudos sobre a produção científica, sobre as diferentes conjunturas governamentais na área do patrimônio, assim como sobre as relações, redes e alianças que escritores, gestores e intelectuais estabeleceram e têm estabelecido para obter visibilidade no meio literário.

Examino, portanto, aqui, o domínio institucional do patrimônio literário brasileiro. Desenvolvo, nesta dissertação, estilo expositivo peculiar à investigação historiográfica, com realização de um vasto levantamento, elegendo como matéria crucial os lugares institucionais de formação desse patrimônio. Pretendo, assim, responder a uma expectativa pessoal quanto à sistematização de ideias sobre patrimônio, que tenho há alguns anos compartilhado por meio de meu trabalho em órgãos de pesquisa voltados à área. Trata-se de uma pesquisa viável, uma vez que as fontes estão disponíveis. Trabalharei principalmente com base em informações contidas nos dicionários enciclopédicos de literatura e em dados disponíveis na internet. Do mesmo modo, recorrerei a publicações científicas constantes na base do Portal de Periódicos da Capes, na Biblioteca Nacional e na base de dados da Fundação Casa de Rui Barbosa.

O curso de mestrado possibilitou reconhecer e listar uma vasta gama de fontes disponíveis que contribuem para a elaboração desse inventário tentativo como base para a análise proposta. Esses dados incluem correspondências pessoais, assim como a própria produção científica das pessoas vinculadas à área do patrimônio, materializadas na *Revista Museologia e Patrimônio*. Esse trabalho já foi iniciado no âmbito das

atividades do Projeto História e Memória do Arquivo Museu de Literatura Brasileira, tendo-se identificado o perfil do acervo do AMLB, quando foram demarcadas suas singularidades e regularidades observáveis.

Feitos tais comentários, sigamos à apresentação dos capítulos.

No capítulo 1, examinaremos a forte presença de escritores 'consagrados' entre os titulares com acervo no Arquivo Museu de Literatura Brasileira a partir de levantamento dos titulares de acervo no AMLB integrantes de Associações Literárias. Apresentaremos *um breve histórico das academias e associações literárias – com destaque para o surgimento das academias literárias no Brasil Colônia (séculos XVII e XVIII) – e identificar e mapear as academias literárias brasileiras* que tiveram um importante papel na formação e circulação de ideias no país nos seguintes períodos: 1890-1930, 1930-1945, 1945-1964, 1964-1985, 1990-1995, 1995-2003 e 2003-2016.

Uma vez que consideramos aqui os prêmios literários, de modo geral, como mecanismos que exercem a função de validação institucional da literatura, no *capítulo 2* temos a intenção de examinar as premiações e seu impacto sobre a consagração e musealização do patrimônio literário por meio de um inventário tentativo das premiações literárias existentes no país, não obstante a pluralidade e diversidade dos inúmeros casos existentes e aqui não mapeados. Apresentaremos um breve relato do incentivo à produção literária no Brasil no século XIX; identificaremos os prêmios concedidos por academias literárias, associações profissionais de escritores e editoras.

No capítulo 3, por meio dos processos de aquisição de acervo abertos no Arquivo Institucional da FCRB, tentaremos elencar os motivos pelos quais tais elementos encontram-se fortemente presentes como característica biográfica dos titulares dos arquivos. Os processos que levaram às doações ao acervo oferecem interessantes elementos porque nos mostram as razões pelas quais o acervo se constituiu. Com isso, queremos mostrar que, a despeito de aqui tratarmos do caso do AMLB, o mesmo mecanismo há de ser observado levando-se em consideração a existência de uma realidade da qual não podemos escapar ao tratarmos do processo de musealização do patrimônio literário brasileiro.

CAPÍTULO 1

AS ASSOCIAÇÕES LITERÁRIAS NA CONFORMAÇÃO DO ACERVO LITERÁRIO DO AMLB

No espaço físico do Arquivo-Museu de literatura brasileira, um objeto chama atenção: localizado no que um dia se constituiu em um móvel na entrada da Editora José Olímpio, em exposição o visitante depara-se com o colar de acadêmico ofertado pela Academia Brasileira de Letras ao poeta e escritor Manuel Bandeira, terceiro ocupante da Cadeira 24, eleito em 29 de agosto de 1940, na sucessão do escritor Luís Guimarães. O objeto, entregue em sessão solene após assinatura do livro de posse, faz parte do cerimonial de chegada do novo 'eleito', seguido por um discurso de recepção proferido por um confrade acadêmico. A seguir, somos levados a conhecer o chapéu de acadêmico do escritor Gilberto Amado, ocupante da Cadeira 26, eleito em 3 de outubro de 1963, na sucessão de Ribeiro Couto. Também, relevante objeto que mostra os eleitos em posse em sessão solene, nas quais todos os membros vestem o fardão da Academia, de cor verde-escura com bordados de ouro que representam os louros, complementado justamente por um chapéu de veludo preto com plumas brancas.

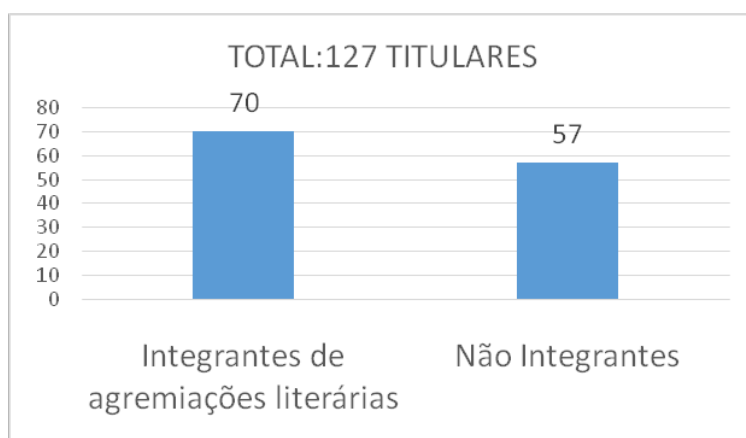


Figura 1: Colar de acadêmico pertencente a Manuel Bandeira obtido na ocasião de ingresso na Academia Brasileira de Letras.



Imagem 2: Chapéu de acadêmico pertencente a Gilberto Amado utilizado durante cerimônia de posse na Academia Brasileira de Letras.

O construção do imaginário em torno dos titulares do Arquivo-Museu de Literatura traduz-se em um elemento interessante por meio do qual inicia-se aqui nosso questionamento com relação aos critérios utilizados na seleção de titulares integrantes do acervo do Arquivo Museu de Literatura Brasileira, a saber, a de que uma grande parte dos titulares com acervo no AMLB eram integrantes de Academias Literárias. Muito significativo que a passagem, como membro e acadêmico, em alguma associação literária, integrou a nota biográfica constante no Guia de Acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira de 65 dos 134 escritores, se constituindo em uma marca biográfica de parte dos titulares, garantindo aos escritores um espaço no qual poderiam desenvolver, munidos de mais ‘reconhecimento’, suas produções intelectuais.



Quadro 1: Quantitativo dos titulares integrantes de associações literárias. Fonte: Sophia, 2017.

Parece-nos, de fato, relevante, perceber que os lugares de sociabilidade- como as academias literárias, no caso em questão, são uma condição para a elaboração intelectual, a organização do grupo em função de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades que alimentam o desejo e o gosto de conviver e o estreitamento de vínculos, através de um certo tipo de rede que varia conforme as épocas e os subgrupos de intelectuais estudados (SIRINELLI, 2003). Aqui, ressalta-se, em sintonia com François Sirinelli, a importância da existência desses locais na formação de um intelectual. Não há, é certo, um meio intelectual sem um espaço público que dê sentido à sua atividade de criação cultural, garantindo-lhe certa autonomia.

Nessa linha, cabe mencionar uma questão a ser delineada **como elemento definidor do patrimônio literário a ser musealizado**: Trata-se da reconstrução das **possibilidades institucionais de agregação** e de lugares afinados com a manutenção da memória pelos quais tais funções foram, enfim, levadas a cabo em relações políticas, institucionais e afetivas vivenciadas como ocorre no âmbito da sociabilidade vivida em Academias Literárias. O pertencimento à agremiações literárias, cujo objetivo é o cultivo da língua e da literatura nacionais significou, na formação de parte dos intelectuais literatos do AMLB que dela fizeram parte, um importante espaço de formação e de sociabilidade, definindo identidades e percursos. Ainda mais se considerarmos que a consagração permite não somente uma ascensão no campo mas também a manutenção do intercâmbio e das trocas intelectuais com outros escritores e grupos políticos, contribuindo para a construção de uma rede de conhecimento e trocas sociais que uniria em sua complexa trama, rendendo frutos muito promissores para seus integrantes.

Dentre elas, citamos primeiramente a passagem que uma parte dos titulares do acervo do AMLB tiveram pela Academia Brasileira de Letras. Dos titulares de acervo do AMLB, cita-se que 27 escritores haviam sido eleitos para ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Tal ocorrência aparecera, com destaque, nas notas biográficas publicadas no Guia do Acervo do AMLB como marca distintiva de suas atuações como literatos. Abaixo, a título de ilustração, destacamos a lista contendo os titulares membros da Academia Brasileira de Letras com acervos pessoais no AMLB. São eles:

INTEGRANTES DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL)	
Abgar Renault	cadeira 5
Afonso Arinos	cadeira 25
Afonso Pena Jr	cadeira 7
Alberto Faria	cadeira 18
Álvaro Moreyra	cadeira 21
Antônio Calado	cadeira 8
Augusto Meyer	cadeira 13
Carlos Castelo Branco	cadeira 34
Carlos de Laet	cadeira 32
Cyro dos Anjos	cadeira 24
Genolino Amado	cadeira 32
Gilberto Amado	cadeira 26
Graça Aranha	cadeira 38
João Cabral de Melo Neto	cadeira 37
Lúcio de Mendonça	cadeira 11
Luís Viana Filho	cadeira 22
Manuel Bandeira	cadeira 24
Marques Rebelo	cadeira 9
Peregrino Júnior	cadeira 18
Raimundo Magalhães Júnior	cadeira 34
Ribeiro Couto	cadeira 26
Rodrigo Otávio Filho	cadeira 35
Salvador de Mendonça	cadeira 20

Quadro 2: Titulares integrantes da Academia Brasileira de Letras com acervo no AMLB. Fonte: Guia de Acervo do AMLB.

Sobre a relevância da Academia Brasileira de Letras, o escritor Machado de Assis, durante sessão inaugural da ABL, pronunciara um curto discurso que se tornou célebre. Ao destacar os objetivos e valores da ABL, os objetivos e valores, destacara que deveria ser a Academia justamente um “lugar de consagração”, após uma vida dedicada à literatura e visaria “conservar, no seio da federação política, a unidade literária” (MACHADO DE ASSIS, 1897). De fato, a ABL teve importante papel na trajetória intelectual de parte desses titulares. Ainda mais se considerarmos que essa consagração permitira não somente uma ascensão no campo mas também a manutenção do intercâmbio e das trocas intelectuais com outros escritores e grupos políticos, contribuindo para a construção de uma rede de conhecimento e trocas sociais que uniria em sua complexa trama, rendendo frutos muito promissores para seus integrantes.

A importância da presença de membros acadêmicos como titulares de acervos no AMLB fez-se notar fortemente por ocasião da inauguração de exposição especialmente dedicada à Academia Brasileira de Letras. Entre as peças expositivas, um poema manuscrito de Machado de Assis (primeiro presidente da ABL); um poema manuscrito de José de Alencar e os originais do Romance Til de José de Alencar (patrono da cadeira 23 da ABL). O texto introdutório do catálogo expositivo foi assinado pelo Presidente da Casa Rui Barbosa – Americo Jacobina Lacombe- diga-se de passagem, membro da ABL a partir de 24 de janeiro de 1974. Coincidentemente ou não, a exposição ocorrera em março de 1975, um ano após sua posse.

Além da ABL, registra-se também, a partir das informações constantes no Guia de Acervo do AMLB (2012), a participação de titulares em Academias literárias localizadas em diferentes estados e municípios também se constituem em relevantes espaços de encontro. São elas: Academia Mineira de Letras (Abgar Renault, Afonso Pena Junior, Cyro dos Anjos, Maria José de Queiros) , Academia Paulista de Letras (Alberto Faria e José Geraldo Vieira), Academia Fluminense de Letras (Antônio Carlos Vilaça), Academia Cearense de Letras (Antônio Sales), Academia Piauiense de Letras (Carlos Castelo Branco), Academia Maranhense de Letras (Dunshee de Abranches), Academia Petropolitana de Letras (Fernando Py), Academia de Letras do Rio de Janeiro (Joaquim Inojosa), academia Espírito-Santense de Letras (Mendes Fradique), Academia Alagoana de Letras (Povina Cavalcanti e Raul Lima), Academia Brasiliense de Letras.

Além das academias literárias, destaca-se a passagem, de membros titulares do acervo, como integrantes da União Brasileira de Escritores (UBE) e que possui uma importância estratégica na formação do campo literário⁵. Esse foi o caso dos escritores Antônio Carlos Vilaça, Fernando Py e Carlos Castelo Branco, respectivamente, membros da UBE.

Devemos citar ainda o Pen Clube do Brasil como espaço agregador de intelectuais do campo literário que, fundado em 1936 por iniciativa do escritor Cláudio de Sousa, visa reunir escritores do País, estimular a criação literária e a concepção universalista dos bens da cultura. Do Pen Clube do Brasil participam, por exemplo, os seguintes escritores titulares de acervo do AMLB: Olga Savary, Maria José de Queiroz, Moacir Feliz, Álvaro Moreyra, Antônio Carlos Vilaça e Carlos Castello Branco.

Por fim, destaca-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, criada em 1838, se constitui em uma das mais antigas e tradicionais entidades de fomento da pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do Brasil. Integrantes do IHGB, podemos citar Luís Caetano Martins, Plínio Doyle, Raul Lima, Vasco Mariz.

As representações do campo literário e a conseqüente formação de critérios constituintes de uma idéia de literatura nacional perpassa a integração – em maior ou menor grau- desses escritores a esses espaços de agregação intelectual. Dentre os objetos encontrados nos acervos pessoais, destacam-se diplomas, condecorações, fardas acadêmicas, iconografia e que, em seu conjunto, contribuem para a construção de

⁵Reunindo cerca de 3.700 escritores, tem como objetivo discutir políticas culturais que atendam os interesses dos associados e defender seus interesses em todas as manifestações literárias, em poesia e prosa. (ver mais em <http://www.ube.org.br/quem-somos/>)

uma narrativa que vai ao encontro da relevância da consagração no reconhecimento dos autores como representativos da produção literária nacional. O acervo do museu literário, dessa forma, acaba por contribuir – no limite – para reafirmar as percepções iniciais sobre os espaços de consagração, como elemento definidor do campo literário.

Com isso, figura-se aqui a seguinte questão no processo de musealização e que estão relacionadas às funções por eles atribuídas às suas próprias atividades e ao seu lugar no mundo: Trata-se do fato de que interrogar-se sobre as funções e o estatuto social dos titulares do acervo do AMLB ou sobre a utilidade social dos ofícios e atividades por eles desempenhadas é se interrogar, sobretudo, sobre a imagem que os próprios titulares possuíam acerca de seu universo pessoal e social.

Nesse sentido, o relevante não é negar a utilidade de todas as funções enumeradas, mas impregná-las das relações sociais e políticas que contribuem para a construção e manutenção de suas identidades como intelectuais e literatos. Assim que, em lugar de considerar evidente o pertencimento dos titulares do arquivo do AMLB a grupos sociais e intelectuais relacionados ao fazer literário, sugere-se inverter a perspectiva de análise e se interrogar sobre o modo pelo qual as relações criam solidariedades e alianças, criam, enfim, grupos sociais e intelectuais (CERUTTI, 1998;183); o problema é, pois, compreender o papel que as associações e academias literárias acabam por ocupar na formação de suas identidades e, conseqüentemente, acabam por criar um determinado padrão na escolha no âmbito do processo de musealização.

Uma vez que o padrão de musealização no AMLB parece possuir como alicerce a escolha baseada em critérios de consagração – como o de pertencimento às associações literárias, faz-se necessário identificar as associações literárias existentes no país. Esse é um elemento relevante para tentarmos dimensionar em trabalhos futuros o impacto das associações literárias na formação da memória literária nacional a partir de outros estudos de caso. A seguir, apresentaremos um levantamento das associações literárias existentes no país a partir dos dados constantes em enciclopédias Literárias e, mais recentemente, em informações disponíveis em redes sociais, especificamente no facebook.

1.1 Gênese e função das associações Literárias

O ano é 1452. O local, a Basílica de São Pedro, em Roma. A historiografia assim denomina o período como o momento do Renascimento italiano, expressão atribuída ao movimento humanista que teve lugar na Itália entre os séculos XIV e XVI. Naquele local, uma imagem chama atenção pelo título: um afresco – denominado *Escola de Atenas*, havia sido criado e pintado por Rafael entre os anos 1509 e 1511 na Stanza della Segnatura sob encomenda do Vaticano e passa a fazer parte de um grupo de quatro afrescos principais que simbolizam diferentes ramos do conhecimento: Filosofia, poesia, Teologia e Direito.

A *Escola de Atenas*, personificação do espírito clássico da Renascença retratada pelo pintor, oferece dois elementos importantes para exame. O primeiro é uma das temáticas apresentadas pelo quadro: Rafael retrata a escola filosófica aberta por Platão localizada nos jardins consagrados ao herói Academus, organizado como um corpo com vida própria, sobrevivendo até sua dissolução final por Justiciano em meados de 500 d.C.. A segunda questão que a evocação do quadro proporciona é o contexto em que foi pintado. Embora não se tenha certeza acerca do conhecimento de Rafael sobre Filosofia antiga, é certo que a exaltação da imagem da Escola de Atenas, no ano de 1511, é muito significativa, pois é justamente a partir do Renascimento que o nome da escola platônica foi retomada na Europa para designar as diversas sociedades eruditas cujos membros, em confraria, se reuniam para se ocupar de Filosofia, Literatura, Belas Artes e Ciências.

É justamente no momento do Renascimento – período de forte desenvolvimento das Artes e das Ciências – que, progressivamente, registra-se o aparecimento de associações em torno de interesses literários, as quais se tornaram palco para homens de letras e artistas e se constituíram em *corporações públicas, oficiais ou particulares, nacionais ou internacionais, voltadas ao cultivo da língua e da literatura* (COUTINHO, 1981). Em 1454, surge a Chorus Academiae Florentinae; em 1460, por Marsílio Ficino (Figline Valdarno, 19 de outubro de 1433 – Careggi, Florença, 1 de outubro de 1499), a Academia Platônica de Florença. Tais locais são consagrados ao estudo e, sobretudo, à batalha do Humanismo; as inscrições e as obras de arte da antiguidade eram, pois, temas recorrentes e que ocupavam importante local nas discussões intelectuais. Nessa época, a sociedade erudita mais célebre foi fundada em Florença em 1582: tratava-se da Academia della Crusca.⁶ Outras academias foram criadas na Itália no mesmo período: L'Accademie Del Cimento (início do século XVII); L'Accademie degli Inquietique, que,

⁶ *Crusca*, em italiano, quer dizer "farelo".

reunida à Academie della Trincea e ao Instituto de Bologne, transformou-se, em 1714, na Academie Clementine; a Academie degli Arcadie, fundada em 1690 em Roma; e a Royal Academia dei Lincei, que tornou-se posteriormente Accademia Nazionale dei Lincei, com sede no Palazzo Corsini alla Lungara, em Roma. Essa última é considerada uma das mais antigas academias italianas, fundada em 1603 por iniciativa de Federico Cesi com o objetivo de constituir um local de encontro e um ponto de apoio ao desenvolvimento das Ciências.⁷

No período compreendido entre os séculos XVII e XIX, foram progressivamente surgindo no Ocidente associações literárias em diferentes países – Itália, França, Inglaterra, Espanha, Portugal, Estados Unidos, Rússia, Bélgica e Suécia.⁸ Essas versões modernas se constituem como academias nacionais – a maior parte particulares, mas subvencionadas pelo poder público – e são formadas por várias seções especializadas empenhadas em diferentes tipos de pesquisa, algumas de caráter geral e outras de caráter exclusivamente literário. Possuem um número limitado de membros, que varia conforme o país, eleitos e nomeados em reconhecimento de serviços distintos. Uma das principais atividades dessas entidades é a compilação de dicionários e gramáticas, a edição de textos e a atribuição de prêmios (COUTINHO, 1981).

Na França, o nascimento da Academia Francesa⁹ deu-se a partir da reunião de um pequeno grupo literário privado, em 1626, em torno do erudito e literato Valentin Conrard (1603-1675). Em sua casa reuniam-se intelectuais que formariam o núcleo da Academia Francesa, tais como Antoine Godeau, Jean Ogier de Gombauld, Philippe Habert, Malleville Claude Francois Le Metel Bois Robert, Jean Desmarets, Nicolas Faret e Paul Pelisson. Essas reuniões passaram a inspirar e a contar com o apoio do cardeal Richelieu (1585-1642), primeiro ministro francês de Louis XIII, que desempenhou um papel de liderança na formação e fundação da academia, que ocorreu no ano de 1635 (KNECHT, 2003).

A Academia Francesa passou a ser composta por 40 membros. Aos acadêmicos atribui-se a designação de “imortais”, terminologia advinda da inscrição “*À l’immortalité*” (“Para a imortalidade”), que consta no selo oficial da corporação ofertado por Richelieu.¹⁰

⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.lincai.it/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

⁸ Registra-se ainda a criação e o funcionamento, em Tóquio, em 1879, da Academy of Japan.

⁹ Antes, registra-se o surgimento, em 1570, da Academie de poésie et de musique de Baif e, em 1576, da Academie du Palais de Ronsard.

¹⁰ A sua forma jurídica é a de uma pessoa jurídica de direito público dotada de estatuto especial sob a proteção do presidente da República. A Academia Francesa, controlada pelo Tribunal de Contas, possui autonomia financeira. Cada imortal é escolhido por seus pares para ser o “secretário permanente” da

A Academie Française, a Academie des inscriptions et Belles-Lettres (1663), a Academie des Sciences (1666) e a Academie des Beaux-Arts foram extintas no ano de 1793 e, dois anos depois, reunidas no Institut de France. A França contava ainda com um grande número de academias privadas criadas em torno da discussão literária, dentre as quais destaca-se a célebre Academie Goncourt, constituída em 1900, já em um período mais recente da história. Não obstante a criação de inúmeras associações, foi justamente o modelo francês aquele adotado na constituição do patrimônio literário brasileiro, especificamente pela Academia Brasileira de Letras, sobrelevando-se sua importância no desenvolvimento deste trabalho. A seguir, listo as academias literárias existentes no período compreendido entre os séculos XVII e XIX:

França	Academie de Poésie et de Musique	1570
	Academie du Palais	1576
	Academie Florimontane	1607
	Academia des Jeux Floraux	1323-1694
	Academie Française	1626-1635
	Academie des institutions e Belles Lettres	1663
	Academie des Sciences	1666
	Academie des Beaux Arts	1803
	Academie des Sciences Morales et Politiques	1795
	Institut de France	1795
	Academie Goncourt	1896
Espanha	Academis de los Nocturnos	1591-1593
	Academia Valenciana	1742-1751
	Real Academia Espanhola	1713
Portugal	Academia dos Generosos	1649-1668
	Academia dos Singulares	1663-1665 (fundada em 1628)
	Academia dos Anônimos	Séc. XVIII
	Academia dos Aplicados	Séc. XVIII
	Arcádia Lusitana	1756-1770
	Nova Arcádia	1790-1794
	Academia Real das Ciências	1779
	Academia das Ciências de Lisboa	1779
	Academia Real da história	1720
Inglaterra	Royal Society	1662
	British Academy	1901
Estados Unidos	American Academy of Arts and Letters	1904
	Academy of American Poets	1934
	Philosophical Society	1743
	National Institut of Arts and Letters	1898
Bélgica	Academie Royale des Sciences, des Letters et des Beau Arts	1772
Suécia	L'Academied'Upsal	1710
	Svenska Akademien	1786
Egito	L'Institutd'Egypte	1857

Academia – cargo que ocupa por toda a vida, ou até que haja resignação. Além disso, a Academia pode indicar um “secretário permanente honorário”.

Rússia	L'Academie des Science de URSS	1725
Alemanha	L'Academie du Berlin	1700

Quadro 3: Academias de Letras no mundo (século XVIII a XIX) Fonte: *Dictionnaire Universel des Lettres; Dicionário Afrânio Coutinho.*

1.1 Breve histórico das academias e associações literárias ou surgimento das academias literárias: Brasil Colônia (séculos XVII e XVIII).

Desde os tempos do Brasil Colônia, no período compreendido entre os séculos XVII e XVIII, registra-se a agregação de intelectuais em torno de grêmios, salões e academias, sociedades, associações, confrarias, conservatórios, cooperativas, ensaios, escolas, gabinetes, grupos, ordens, tertúlias, uniões, entre outras entidades – formais ou não –, cujas ações estão diretamente relacionadas com as questões políticas e sociais do período em que estiveram em funcionamento. Tal movimento foi tardio, pois, como apontou Alceu Amoroso Lima, a antiguidade do movimento academicista europeu se constituiu em um reflexo tardio do movimento europeu correspondente, explicado, em parte, pela segregação ocasionada pela política colonial portuguesa, que caracterizou-se pelo *sistemático empecilho a qualquer veleidade de emancipação ou de autonomia intelectual* (LIMA, 1959).

O pertencimento a agremiações literárias passou a definir identidades e formatar o patrimônio literário nacional. Em especial no século XVII, a historiografia registra a ocorrência de um verdadeiro movimento academicista, expressão do espírito e do estilo barroco característicos do período. As academias do “modelo brasileiro” eram compreendidas não somente como aquelas formadas por associações de pessoas da maior literatura, como também como aquelas formadas a partir dos denominados “atos acadêmicos”, de cunho panegírico, organizados em ocasiões festivas, homenagens ou comemorações (COUTINHO, 2001).

Os atos acadêmicos resultavam do propósito de fazer uma “academia”, com programa específico para um único ato, às vezes de longa duração, dias ou semanas. Tinham base num programa previamente organizado, com indicação de temas, formas poéticas e língua – português, latim e excepcionalmente espanhol, italiano e francês; eram abertos pela oração acadêmica e comportavam também representação teatral. Convocava-se a elite intelectual do centro urbano – naturalmente os mais desenvolvidos, onde foram organizados aqueles atos, com presidente, secretários e censores. Correspondia, em suma, a uma sessão da academia, realizada uma única vez, embora em horários consecutivos, contando também com a participação religiosa. (CASTELLO, 1999, p. 92).

Naquele período, a atmosfera para a produção literária era – como aponta Antonio Candido –, pouco estimulante, constituindo a literatura um subproduto da vida religiosa e da sociabilidade das classes dirigentes (CANDIDO, 1981). Ademais, não se constituía no país um grupo que se podia denominar como “escritores”. Estes estavam dissolvidos nos grupamentos profissionais, administrativos ou mesmo nas direções. A formação de agremiações e associações tornou-se uma oportunidade para destacar a especificidade daquilo que se denominara escritor, diferenciando essa função das que comumente eram reconhecidas socialmente, tais como as de magistrado, funcionários, militares, sacerdotes, dentre outras. E, na medida em que o faziam por meio da integração em associações literárias, passaram a estabelecer um critério de identificação do letrado como letrado, não como membro de um desses grupos funcionais, lançando, dessa forma, as bases para a definição do *status* e do papel do escritor.

Assim, progressivamente, as *agremiações literárias* foram galgando um importante espaço na construção e na delimitação daquilo que se compreende por patrimônio literário. Na *Bahia*, em 1724, registra-se o aparecimento da *Academia Brasílica dos Esquecidos*, que, com o apoio do vice-rei D. Vasco Fernandes César de Meneses, foi criada na cidade de Salvador. No mesmo estado, surgiu, em 1726, a *Academia Brasílica dos Renascidos*, nome dado em referência à academia dos esquecidos, esta desaparecida em 1725. A Academia Brasílica dos Renascidos foi estabelecida em 1759 na casa de José Mascarenhas Pacheco Pereira de Melo e deve-se a ela a primeira tentativa no país de congregar como acadêmicos letrados de outras partes da Colônia, dentre os quais cita-se Loreto Couto, de Pernambuco, e Claudio Manuel da Costa, de Minas Gerais (CANDIDO, 1981). Foi dissolvida em 1760.

No Rio de Janeiro, em 1736, é criada a *Academia dos Felizes* no palácio do governador Brigadeiro José da Silva Pais. A Academia foi composta por 30 membros, mas só se conhecem os nomes de Mateus Saraiva, Simão Pereira e Inácio José Mota. O principal registro da Academia de que se tem conhecimento é a carta de Mateus Saraiva a Diogo Barbosa Machado, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1865 (v. 6, p. 365-369, 2. ed. apud NIREI, 2004).

Por fim, destaca-se a *Academia dos Seletos*, criada no Rio de Janeiro, em 1752, com a finalidade de celebrar a nomeação de Gomes Freire de Andrada para o cargo de Comissário Real na questão das fronteiras do Sul (CANDIDO, 1981; LIMA, 1958). Teve como presidente o padre jesuíta Francisco de Faria; e como secretário Manuel Tavares de Sequeira e Sá, que organizou e promoveu a publicação do volume comemorativo *Júbilo da América* (SILVA, 1958). A produção desse grupo caracterizava-se por

preocupações históricas locais e pela elaboração de uma literatura meramente decorativa (LIMA, 1959).

Registra-se, ademais, no ano de 1787, a fundação, no Rio de Janeiro, da *Sociedade Literária do Rio de Janeiro*, composta por um grupo de intelectuais poetas, escritores e médicos, que debatiam novidades que chegavam de fora da então colônia portuguesa, como a Revolução Francesa, a federação dos Estados Unidos, as ideias do Iluminismo e assuntos científicos como eclipse lunar, alcoolismo, entre outros. É preciso lembrar o momento no qual a criação de tal sociedade ocorreu, em decorrência da Revolução Francesa, que teve como um de seus desdobramentos a incorporação, pelo grupo, da ideologia enciclopédica e das ideias políticas e filosóficas de pensadores da Revolução, tais como Rousseau e Voltaire (LIMA, 1959).

Formou-se também, no primeiro quartel do século XIX, no Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, a denominada *Arcádia Franciscana Fluminense* (CASTELLO, 1999). Os encontros ocorriam no salão do segundo andar do convento onde se reuniam frades que, semanalmente, recitavam poemas e improvisavam glosando motes. Registra-se a existência de tal grupo eclesiástico nos arquivos da sociedade, em publicação intitulada *Musa Franciscana Fluminense*, localizada na biblioteca do Convento (COUTINHO, 2001).

Há que se recordar ainda as atividades do grupo literário e filosófico de grande influência no estado do Ceará, constituído por Capistrano de Abreu, Raimundo Antônio da Rocha Lima, Thomas Pompeu Filho, Araripe Junior, Clóvis Beviláqua, João Lopes Ferreira Filho, Antônio José de Melo, Filino Barroso, Paula Nei e Domingos Olímpio, cujas reuniões aconteciam na residência de Rocha Lima, na cidade de Fortaleza, entre os anos de 1872 e 1875, nas quais ocorria a exposição crítica dos últimos livros lidos pelos membros do grupo. Denominavam a si mesmos de Academia Francesa, o que indica uma proximidade com as ideias francesas então em circulação na Europa e na colônia: liberalismo, positivismo e cientificismo; por isso eram apelidados de *francellos*.

Agremiação literária	Ano
Academias dos Esquecidos	Bahia, 1724
Academia Brasília dos Renascidos	Bahia, 1759
Academia dos Felizes	Rio de Janeiro, 1736
Academia dos Seletos	1752

Arcádia Franciscana Fluminense	
Sociedade Literária do Rio de Janeiro	
Academia Francesa do Ceará	1872-1875

Quadro 4: Academias Literárias (século XVIII e XIX)

A presença de associações literárias foi uma característica central na formação do patrimônio literário brasileiro. Há que se lembrar, pois, as palavras de François Sirinelli (2003), segundo as quais não há um meio intelectual sem um espaço público que dê sentido à sua atividade de criação cultural. O pertencimento a agremiações literárias, um importante espaço de formação e de sociabilidade, cujo objetivo é o cultivo da língua e da literatura nacionais, passou, portanto, a definir identidades e formatar o patrimônio literário nacional.

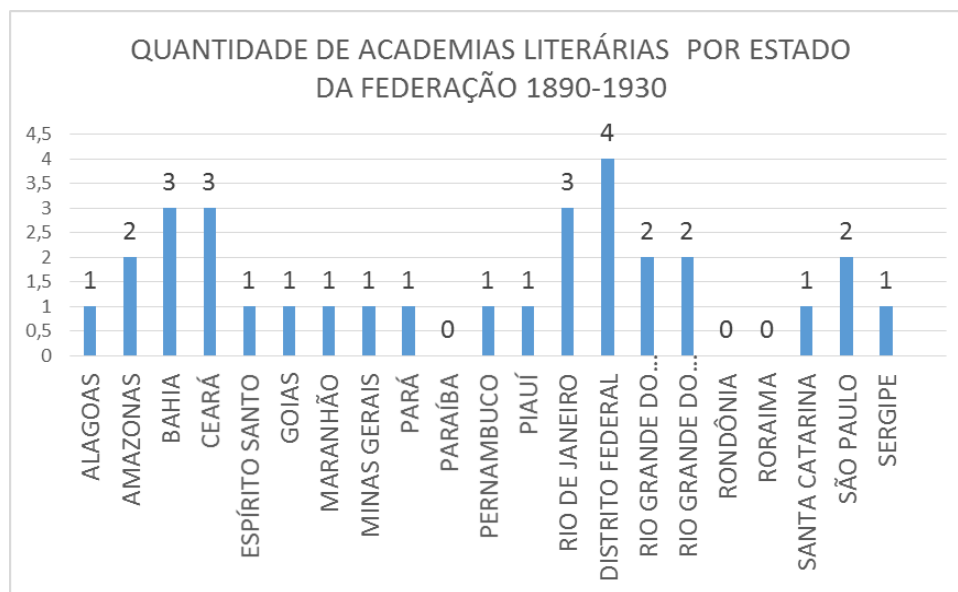
1.2 As academias literárias na Primeira República (1890-1930)

O período que vai do final dos anos 1890, especificamente a partir da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930 deve ser examinado como um momento crucial no desenvolvimento das condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, sobretudo em sua forma literária, e à constituição de um campo intelectual relativamente autônomo: o fato é que inúmeras academias e associações dedicadas à literatura e ao fazer literário foram progressivamente surgindo em todos os estados da federação brasileira.

Nessa linha, cabe mencionar uma questão a ser delineada na construção do patrimônio literário brasileiro: o levantamento dos locais e instituições afinados com a manutenção da memória, nos quais essa função foi enfim assumida, mediante o estabelecimento de relações políticas, institucionais e afetivas vivenciadas e articuladas por grupos intelectuais atuantes em torno das questões literárias e seu meio. Isso progressivamente vai definindo afinidades e alimentando o desejo, o gosto de conviver e o estreitamento de vínculos, por meio de um certo tipo de rede – o que torna seus participantes, ao mesmo tempo, criadores e criaturas na constituição do patrimônio literário nacional. No levantamento realizado, elaborou-se listagem das associações literárias com base nas informações contidas na *Enciclopédia da Literatura Brasileira*, de José Galante de Sousa e Afrânio Coutinho, e em dados fornecidos por instituições em

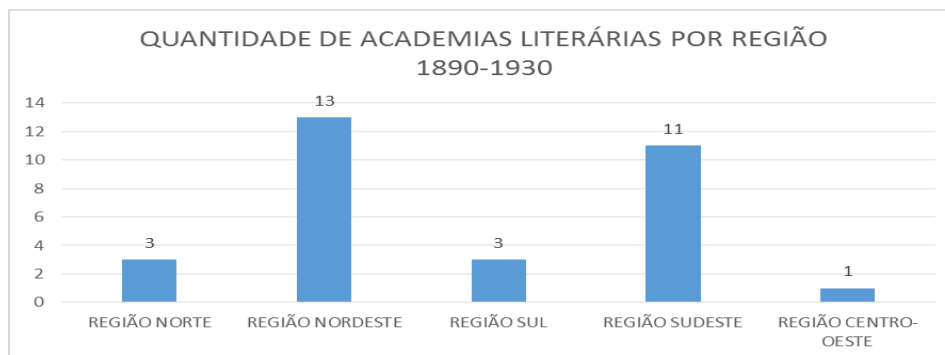
funcionamento, que puderam ser contatadas por meio de acesso a páginas da internet como o Facebook e a Wikipédia. Na pesquisa enciclopédica, utilizou-se o termo “academia” para localizar as instituições vinculadas ao fazer literário e ao seu meio. Posteriormente, essas informações foram complementadas por dados levantados nos *sítes* institucionais das associações literárias identificadas e constantes na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e da Biblioteca da Academia Brasileira de Letras.

Durante a Primeira República, foram identificados o surgimento e manutenção de 31 associações literárias localizadas em quase todos os estados da federação, sobretudo na capital federal¹¹ (quatro) e nos estados do Rio de Janeiro (três) e de São Paulo (duas). Entre 1890 e 1930, o maior número de associações literárias localizava-se na região Nordeste (treze), nos estados da Bahia (três), Ceará (três) e Rio Grande do Norte (duas); seguida pela região Sudeste (onze), nos estados do Rio de Janeiro (sete) e de São Paulo (duas); pela região Sul, no estado do Rio Grande do Sul (duas) e de Santa Catarina (uma); e pela região Centro-Oeste, com apenas uma instituição localizada no estado de Goiás. Os gráficos a seguir ilustram o levantamento realizado no período.



Quadro 5: Quantidade de Academias Literárias por estado da Federação (1890-1930)

¹¹ O Distrito Federal, personificação jurídica da capital do Brasil, foi criado pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Até 1960 localizava-se no território correspondente à atual localização do município do Rio de Janeiro. O Distrito Federal foi transferido para o Planalto Central do Brasil, em 1960, depois da inauguração da nova capital do país, Brasília, sede atual do Distrito Federal, de acordo com a Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956.

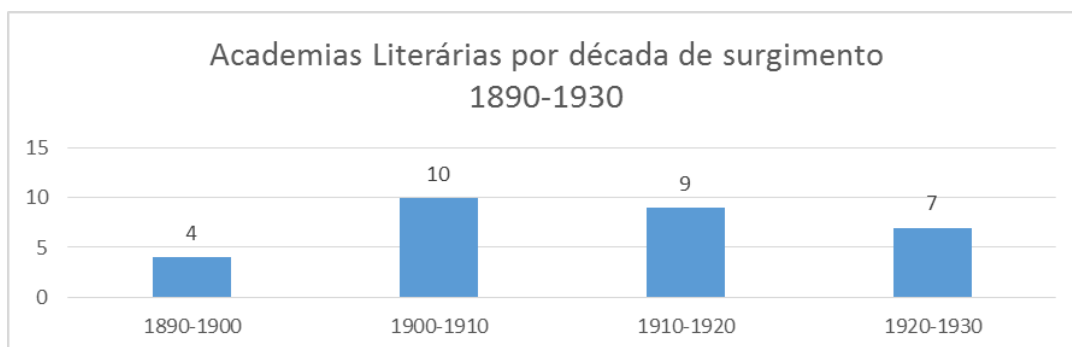


Quadro 6: Quantidade de Academias Literárias por região (1890-1930)

Nessa linha, cabe mencionar as mudanças no mercado editorial em fins de império e, sobretudo, ao longo da primeira década da república: trata-se do fato imponderável de que uma considerável parte das obras de escritores brasileiros passaram a ser impressas na França e em Portugal, gerando um importante e substancial mercado consumidor para a literatura brasileira na Europa. Tal fato motivou a vinda e instalação de filiais de editoras francesas no país, como Guarnier (1844-1934), Lammerts, Francisco Alves, o Jacinto e o Quaresma (Rio de Janeiro) e Garraux e Hildebrand (São Paulo) (MICELI, 2001).

A produção de bens culturais no período tendia, nas primeiras décadas do século XX, a se concentrar na região Centro-Sul: em 1937, por exemplo, os estados do Rio de Janeiro (então capital do país), São Paulo e Minas Gerais detinham 59% das gráficas, sendo que somente o estado de São Paulo detinha sozinho 32%. Uma tendência semelhante foi apontada por Micele (1961) com relação ao mercado editorial: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, juntos, detinham 61% das editoras de todo o país. Conclui-se daí que, em cada 10 livros editados no Brasil no ano de 1929, seis provinham da capital federal, dois de São Paulo e um do Rio Grande do Sul. Com relação às tiragens, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul detinham 94% dos exemplares. O conjunto das editoras publicou aproximadamente 4,5 milhões de exemplares em 1929, número que, em menos de uma década depois, corresponderia apenas à produção das três maiores editoras existentes em território nacional – por ordem, Companhia Editora Nacional, Editora Globo e Livraria José Olympio Editora (MICELI, 2001). É muito interessante acentuar a significativa relação estabelecida entre as associações literárias e as empresas de produção cultural. A Academia Brasileira de Letras, por exemplo, tornou-se herdeira da fortuna acumulada pelo livreiro Francisco Alves, em 1917.

As primeiras academias modernas remontam à última década do século XIX e início do século XX, como pode-se verificar no gráfico 3, a seguir.



Quadro 6: Academias Literárias por década de surgimento (1890-1930)

A primeira academia literária da qual se tem registro nesse período – a Academia Cearense de Letras – foi criada na cidade de Fortaleza, no Ceará, estado localizado na região Nordeste, em 15 de agosto de 1894, e esteve em atividade até 17 de julho de 1922, quando o escritor e político Justiniano de Serpa (1852-1923) promoveu sua reconstituição. De acordo com o estatuto registrado no Primeiro Registro Civil sob o número 141823, foi criada com a finalidade de preservar, cultivar e desenvolver a literatura no âmbito da sociedade cearense. Constituída segundo o modelo da Academia Francesa, é composta por um quadro de 40 acadêmicos titulares, além de acadêmicos honorários e acadêmicos correspondentes.

Posteriormente, em 1896, foi criada a Academia Brasileira de Letras. Foi na sessão de 10 de junho de 1847 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, que, pela primeira vez, ocorreu a tentativa de criação de uma Academia Brasileira de Letras. Lembra-se aqui da importância e do lugar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nessa ocasião. Fundado em 1838 em assembleia da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, por proposta do cônego Januário da Cunha Barbosa e do marechal Raimundo José da Cunha Matos, o instituto estava envolvido na missão de coletar e publicar documentos relevantes para a história do Brasil e incentivar o ensino público de estudos de História (COUTINHO, 2001).

No clima promovido pelas reuniões da entidade, 12 sócios do IHGB apresentaram a proposta de criação de uma sociedade que estivesse envolvida especialmente com as Belas Artes, dividida em três sessões: Literatura (poesia e prosa), Linguística e Artes

Dramáticas. A comissão composta por cinco membros do Instituto apresentou no dia 22 de junho de 1847 parecer favorável à criação de tal instituição, sugerindo substituir a denominação “Instituto Literário” por “Academia Brasileira de Letras”. A proposta, no entanto, naquele momento, não passou disso. O tema foi retomado no ano de 1878 dentro do IHGB. Uma comissão, que tinha como objetivo instalar uma sociedade literária, foi proposta. A essa iniciativa – sem êxito – seguiram-se outras tantas naquele instituto.

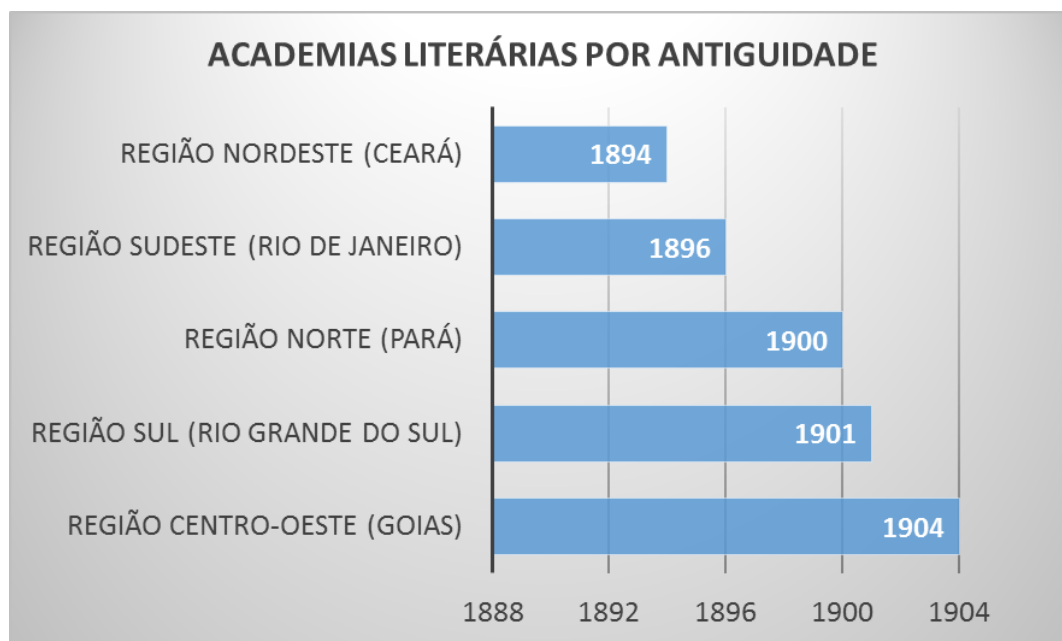
A ideia foi, ao fim, concretizada pelo grupo intelectual que se reunia no escritório da *Revista Brasileira*, coordenada pelo escritor e jornalista José Veríssimo (1857-1916). Faziam parte do grupo os intelectuais escritores Arthur Azevedo (1855-1908), Machado de Assis (1839-1908), Filinto de Almeida (1857-1945), Medeiros e Albuquerque (1867-1934), Olavo Bilac (1865-1918), Silva Ramos (1853-1930), Valentim Magalhães (1859-1903), Rodrigo Otávio (1866-1944), Joaquim Nabuco (1849-1910), dentre outros. A proposta de criação da Academia nasceu do escritor Lúcio de Mendonça (1854-1909), considerado o *pai da ABL*, que passa a participar das reuniões preparatórias, da comissão encarregada de elaborar o regimento interno e o distintivo e, depois da fundação da entidade, de outras comissões.

A Academia Brasileira de Letras foi fundada em 20 de julho de 1897 como uma instituição cultural com o objetivo de cultivar a língua e a literatura nacionais. De acordo com o Estatuto da ABL, para se candidatar a uma vaga é preciso ser brasileiro nato e ter publicado, em qualquer gênero da literatura, obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livros de valor literário. A Academia compõe-se – seguindo o modelo francês – de 40 membros efetivos e perpétuos e 20 sócios correspondentes estrangeiros .

No início, as reuniões da ABL aconteciam nas dependências do antigo Ginásio Nacional, no salão nobre do Ministério do Interior e no salão do Real Gabinete Português de Leitura; as sessões comuns eram realizadas no escritório de advocacia do Primeiro Secretário, Rodrigo Octávio, à rua da Quitanda, 47. Posteriormente, a ABL obteve a ala esquerda do Silogeu Brasileiro, composto por um prédio governamental que abrigava outras instituições culturais, tendo ali se mantido até a conquista da sua sede própria. Em 1923, em decorrência de negociações travadas entre o então presidente Afrânio Peixoto e o então embaixador da França, Raymond Conty, o governo francês doou à Academia o prédio do Pavilhão Francês, construção destinada inicialmente à Exposição do Centenário da Independência do Brasil, uma réplica do *Petit Trianon* de Versalhes, construído pelo arquiteto Ange-Jacques Gabriel entre 1762 e 1768.

A seguir, foram criadas, nos estados do Rio Grande do Norte, a Academia Literária Norte-Rio-Grandense, em fins do século XIX, e, no estado do Pará, a Academia

Paraense de Letras, em 1900. O gráfico a seguir demonstra os períodos de criação das academias literárias, ordenadas por antiguidade.



Quadro 7: Academias Literárias por antiguidade

Nas três primeiras décadas do século XX identifica-se o maior número de associações na Primeira República. Foram criadas associações literárias em todas as regiões do país, nos estados da região Norte – Amazonas (duas) e Pará (uma); na região Sudeste – Rio de Janeiro (sete), Minas Gerais (duas), São Paulo (uma) e Espírito Santo (uma); na região Sul – Rio Grande do Sul (duas) e Santa Catarina (uma); região Nordeste – Bahia (três), Ceará (dois), Pernambuco (uma), Maranhão (uma) e Alagoas (uma), Rio Grande do Norte (uma), Maranhão (uma), Piauí (uma) e Sergipe (uma).

ESTADO	ASSOCIAÇÃO LITERÁRIA	ANO DE FUNDAÇÃO
AM	Academia Amazonense de Letras	1920
AL	Academia Alagoana de Letras	1919
AM	Academia Amazonense dos Novos	1921
BA	Academia Baiana de Letras	1910
BA	Academia de Letras da Bahia	1917
BA	Academia dos Rebeldes	1920
CE	Academia de Letras do Ceará	1930
CE	Academia Rebarbativa de Letras	1910
ES	Academia Espírito-Santense de Letras	1921
GO	Academia de Letras de Goiás	1904
MA	Academia Maranhense de Letras	1908
MA	Academia Maranhense de Letras	1908
MG	Academia Mineira de Letras	1909
PE	Academia Pernambucana de Letras	1901
PI	Academia Piauiense de Letras	1917
RJ	Academia dos Novos	1911

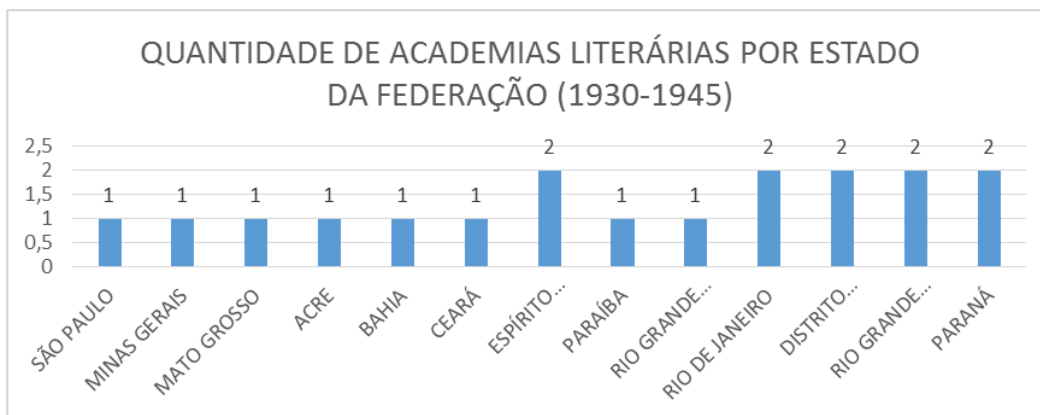
RJ	Academia Dramática Brasileira	1916
RJ	Academia Fluminense de Letras	1917
RJ	Academia Livre de Letras	1930
RJ	Academia Pedro II	1926
RJ	Academia Petropolitana de Letras	1922
RN	Academia Literária Norte-Rio-Grandense	
RS	Academia de Letras do Rio Grande do Sul	1910
RS	Academia Rio-Grandense de Letras	1901
SC	Academia Catarinense de Letras	1920
SE	Academia Sergipana de Letras	1929
SP	Academia Paulista de Letras	1909
SP	Academia Paulista de Letras	1909

Quadro 8: Associações literárias por ano de fundação

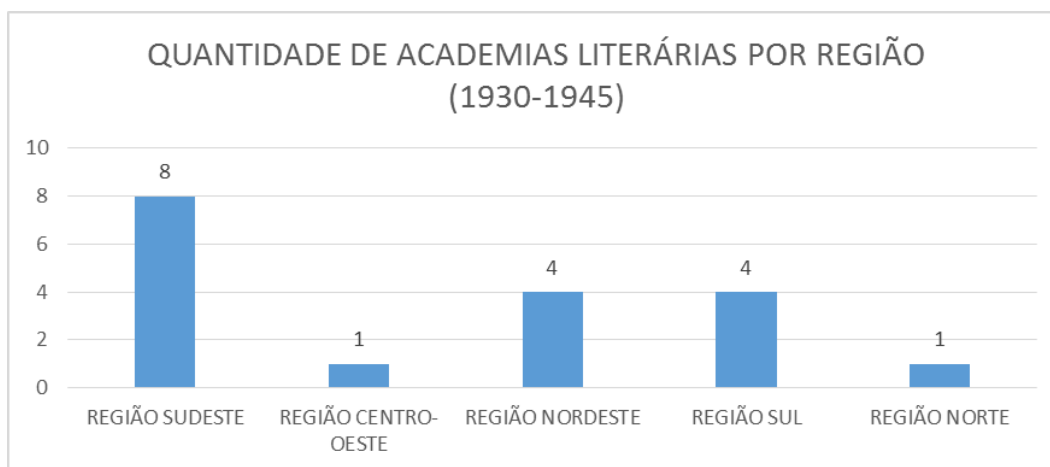
As academias criadas pareciam ter algumas características comuns. A primeira delas refere-se, não obstante o objetivo de cultivar a língua e a literatura nacionais, à manutenção e preservação da memória cultural local, característica identificada nos diferentes estatutos. É muito significativo que grande parte das academias constituídas no período tenham recebido a designação de seus estados de origem. Esse é o caso da Academia Mineira de Letras, da Academia Paulista de Letras, da Academia Fluminense de Letras, da Academia Sergipana, etc., conforme lista quadro acima. A segunda característica comum entre essas academias diz respeito ao fato de terem sido criadas no modelo da Académie Française e da Academia Brasileira de Letras, com 40 cadeiras numeradas, cada uma com o respectivo patrono permanente e imutável, 40 membros efetivos e 20 correspondentes, todos vitalícios.

1.3 As academias literárias no Estado Novo (1930-1945)

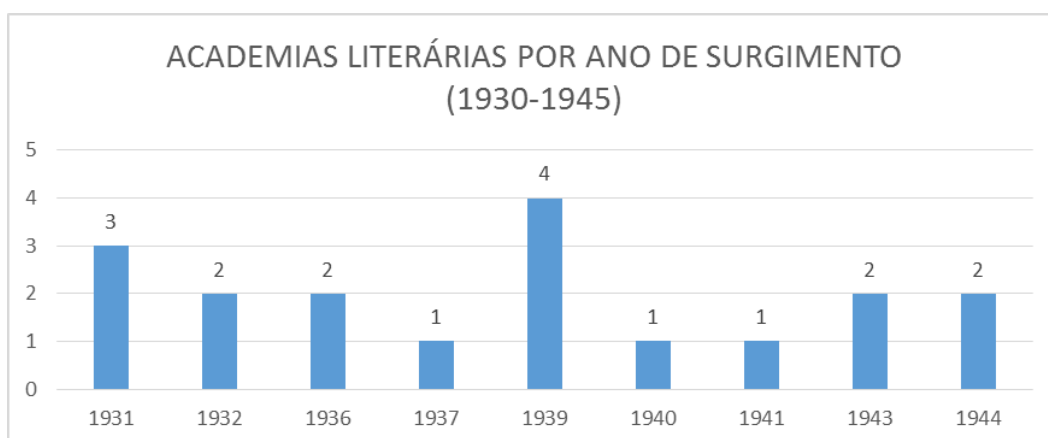
Durante o período, foram identificados o surgimento e a manutenção de 18 associações literárias, localizadas na região Sudeste (sete), na capital federal (duas) e nos estados do Rio de Janeiro (duas), Espírito Santo (duas), Minas Gerais (uma) e São Paulo (uma); seguida pela região Nordeste (quatro), nos estados da Bahia (uma), Ceará (uma), Rio Grande do Norte (uma) e Paraíba (uma); pela Região Sul, nos estados do Rio Grande do Sul (duas) e Paraná (duas); e, por fim, pelas regiões Centro-Oeste e Norte, no estado do Mato Grosso (dez) e Acre (uma). Os gráficos a seguir ilustram o levantamento realizado no período.



Quadro 9: Quantidade de Academias Literárias por estado da Federação (1930-1945)



Quadro 10: Quantidade de Academias Literárias por região (1930-1945)



Quadro 11: Academias Literárias por ano de surgimento (1930-1944)

No período que vai de 1930, especificamente da Revolução de 1930, até o fim do Estado Novo, em 1945, o surgimento de associações literárias deve ser observado em sua relação com as mudanças que foram ocorrendo no país. No âmbito da máquina pública, realizou-se uma significativa reforma administrativa, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por exemplo. A seguir, instituiu-se uma vasta legislação trabalhista, completada pela aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho no ano de 1943. Tais transformações tiveram como palco um país em fase de instabilidade, alternando-se momentos ditatoriais e regimes democráticos (CARVALHO, 2001).

Naquele momento, houve um progresso na formação de uma identidade nacional, na medida em que apareceram momentos reais de participação popular (CARVALHO, 2001). Foi o caso do movimento de 1930. A Academia dos Moços da Bahia, por exemplo, foi fundada na esteira das mudanças políticas em andamento no país, em 1931, tendo sido criada com o propósito de aglutinar valores do novo Estado e estimular a vida literária naquele contexto. O *Jornal do Brasil* de 11 de maio de 1932 registrou reunião da Liga Pró-Constituinte na sede da referida academia, relacionando os oradores com a causa constituinte. A reunião foi presidida por Bulcão Júnior, um dos integrantes da referida associação literária, que convocava os presentes à participação em um grande comício cívico a ser realizado no dia 11 de abril daquele ano. Hélio Sodré, outro membro da referida associação, publicou no diário de notícias do dia 17 de junho de 1934 artigo intitulado “Analisando a situação política do momento”.

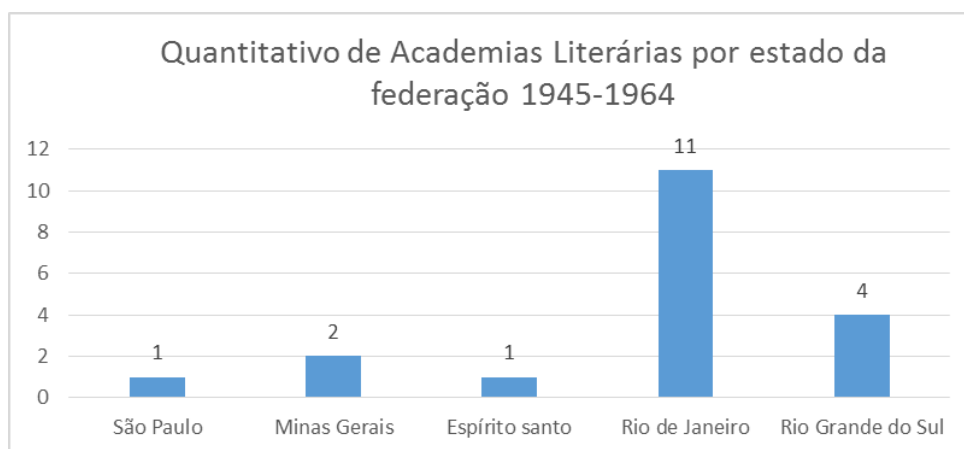
Ademais, outra característica do período parece ter contribuído para o surgimento e a manutenção de atividades em associações literárias: o grande investimento em uma política educacional. Até a República Velha, a Faculdade de Direito se constituía na instância suprema de produção ideológica, de acordo com pesquisa realizada por Sérgio Micele (2001). A partir de 1930, no plano do ensino superior, o governo – tendo à frente Francisco Campos (1930-1932) e Gustavo Capanema (1934-1945) – criou condições para o surgimento de universidades dedicadas ao ensino e à pesquisa. As principais medidas de criação de universidades surgiram no Distrito Federal e em São Paulo. Dessa forma, foram criadas a Universidade de São Paulo, em 1934 e, em 1935, a Universidade do Distrito Federal.

O investimento estatal em educação foi acompanhado por um surto editorial, marcado pelo estabelecimento, no país, de inúmeras editoras e outro conjunto de transformações que acabaram afetando a própria definição do trabalho intelectual, como a aquisição de rotativas para impressão, inovações mercadológica nas estratégias de

vendas, mudanças nas feições gráficas dos livros e, sobretudo, empenho das principais editoras em verticalizar o processo produtivo e diversificar suas atividades. Com isso, uma importante mudança no mercado de trabalho intelectual ocorreu no período compreendido entre as décadas de 1930 e 1940. Alguns escritores brasileiros passam a dedicar-se profissionalmente à produção literária, voltando-se para uma atividade especializada em determinado gênero – como Érico Veríssimo, Jorge Amado, José Lins do Rêgo – ou dividindo seu tempo em gêneros diversos – como Lúcio Cardoso (cinema) e Cornélio Pena (pintor) (MICELE, 2001).

1.4 As academias literárias em 1945-1964

Foram identificados, durante o período, o surgimento e manutenção de 17 associações literárias localizadas sobretudo na região Sudeste (treze), nos estados do Rio de Janeiro (dez), Minas Gerais (uma), Espírito Santo (uma) e São Paulo (uma); seguida pela região Sul, especificamente no estado do Rio Grande do Sul (quatro). Juntas, as academias criadas na região Sudeste no período representam 77% do total de associações criadas no país. O gráfico a seguir ilustra o levantamento realizado no período.



Quadro 12: Quantitativo de Academias Literárias por estado da Federação (1945-1964)

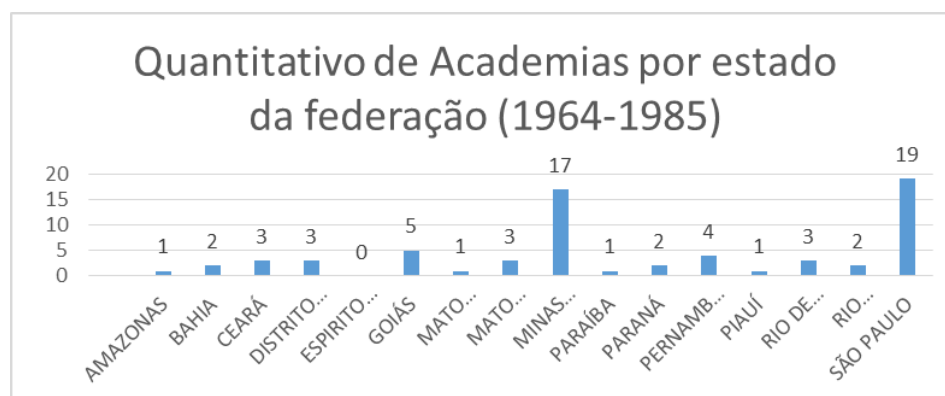
É muito interessante perceber que a maior parte das academias do período foram criadas em âmbito municipal, com a proposta de reunir e aglutinar intelectuais, escritores e poetas. Na esteira dessa “municipalização”, foram criadas academias nos municípios de Friburgo (Academia Friburguense de Letras/RJ), Valença (Academia Valenciana de Letras/RJ), Teresópolis (Academia Teresopolitana de Letras/RJ), Penedo (Academia Penedense de Letras, Artes, Ciências e Cultura/RJ), Santos (Academia Santista de

Letras/SP), Mariana (Academia Marianense de Letras/MG), Uruguaiana (Academia de Letras de Uruguaiana/RS).

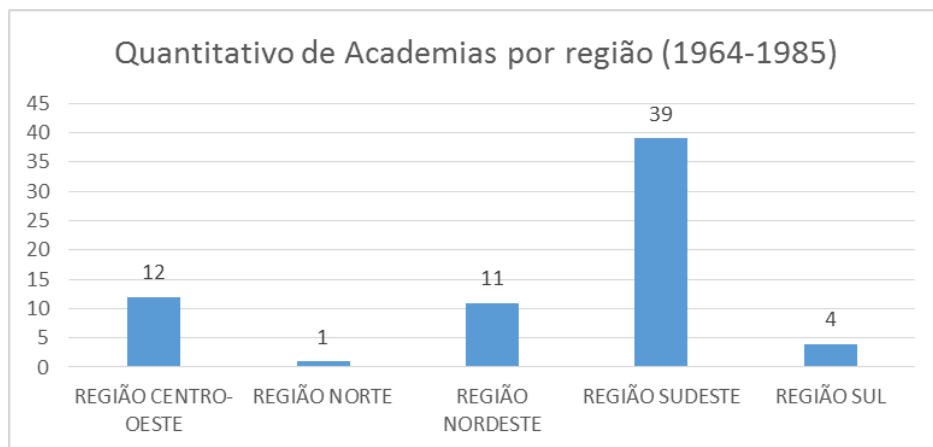
Registra-se ainda, no período, o surgimento, em Campos dos Goytacazes, município situado no norte do estado do Rio de Janeiro, da curiosa Academia Pedralva Letras e Artes, fundada em 1947 por Pedro Batista Manhães, Almir Soares e Walter Siqueira. Foi numa oficina de bicicletas, de Hermann Lessa, na antiga rua Barão de Cotequipe, atual governador Theotônio Ferreira de Araújo, onde funciona hoje a firma Neves e Irmãos, que nasceu a ideia da fundação da Academia Pedralva, formada pelas iniciais de seus três fundadores, poetas Pedro Baptista Manhães, Almir Maciel Soares e Walter Siqueira, todos, na época, jovens, inspirados e entusiastas pela poesia. Na sede da AIC, a Pedralva, que contava também com jornalistas pedralvenses, realizou importantes e memoráveis reuniões e solenidades, com a participação de intelectuais campistas e visitantes e a presença constante de convidados e populares.

1.5 As academias literárias em 1964-1985

Durante o período foram identificados o surgimento e manutenção de 67 associações literárias, localizadas sobretudo na região Sudeste (39), nos estados de São Paulo (19) e Minas Gerais (17); seguida pela região Centro-Oeste (12) e Nordeste (11). Juntas, as academias criadas na região Sudeste no período representam 58% do total de associações criadas no país. Os gráficos a seguir ilustram o levantamento realizado no período.

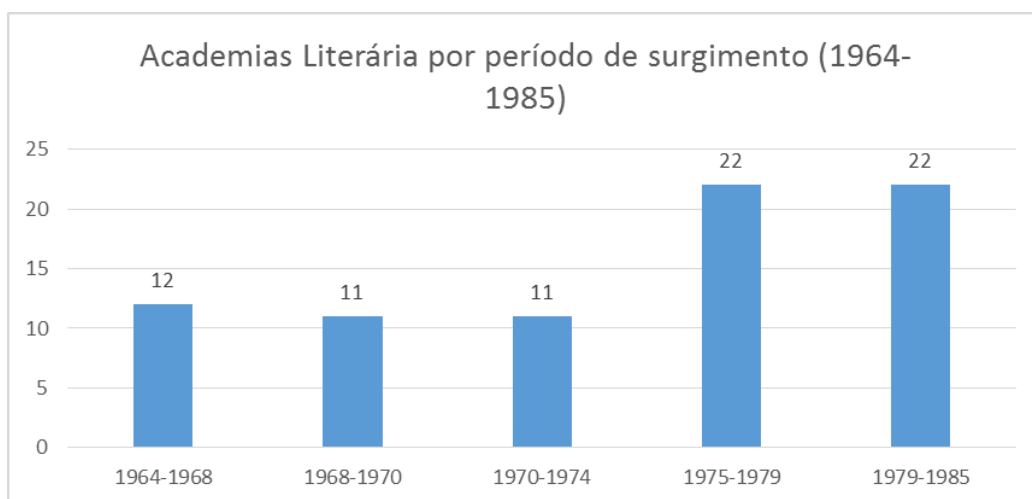


Quadro 13: Quantitativo de Academias por estado da Federação (1964-1985)



Quadro 14: Quantitativo de Academias por região (1964-1985)

O aumento no número de associações ocorreu, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos de 1970, conforme gráfico a seguir:



Quadro 15: Academias Literárias por período de surgimento (1964-1985)

Fato é que o surgimento de associações literárias nesse período deve ser observado em sua relação com as mudanças que vinham ocorrendo no país a partir dos anos 1970. Essa década tem início com o país ainda sob o comando militar e, até 1974, conheceu o ápice da repressão política. A partir daí, com a posse do general Ernesto Geisel, tem início um lento processo de abertura promovido pelo governo. Já em 1974, Geisel diminuiu as restrições à propaganda eleitoral e deu um grande salto, em 1978, com a revogação do Ato Institucional nº 5. Com a revogação do AI-5 – como ficou conhecido –, ocorreu o fim da censura. Além disso, o governo atenuou a Lei de

Segurança Nacional e permitiu a volta dos primeiros exilados políticos. De fato, o final dos anos 1970 e a década de 1980 assistiram, por toda a América Latina, a um progressivo movimento de redemocratização, com a substituição das ditaduras militares que há décadas dominavam o panorama político continental.

Ainda nesse período ocorreu o crescimento do número de associações de profissionais que acabaram tornando-se focos de mobilizações coletivas. Incluíam-se nesse grupo profissionais de classe média como professores, médicos, engenheiros e funcionários públicos. É preciso ressaltar que algumas dessas associações existiam juntamente com os respectivos sindicatos, mas, para as categorias cuja sindicalização era proibida – como a dos funcionários públicos –, se constituíram no único canal de atuação coletiva existente. Três associações foram estabelecidas como ponto de resistência ao governo. A primeira delas é a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que, a partir de 1973, assumiu uma atitude aberta de oposição ao regime. A segunda instituição é a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), fundamentada no argumento de que a profissão de jornalista exigiria liberdade de expressão e informação. A terceira é a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Todo esse processo gradativo de fortalecimento da organização social ao redor de um projeto de construção e implementação de uma sociedade democrática no país desembocaria na campanha pelas eleições diretas em 1984, considerado o ponto culminante do movimento de mobilização política.

1.6 As academias literárias em 1985-1990

O regime militar chega ao fim em 1985, com a eleição indireta da chapa de oposição liderada por Tancredo Neves. O parlamentar, eleito presidente, morre antes de tomar posse. Em seu lugar, assume o vice-presidente José Sarney. Do ponto de vista político, foram revogadas as leis que vinham do regime militar. Em maio de 1985 foram restabelecidas as eleições diretas para a presidência da República. Além disso, em 1985, realizaram-se as primeiras eleições diretas para prefeito das capitais em 20 anos. O direito de voto para analfabetos foi aprovado, assim como foram legalizados todos os partidos políticos. Por fim, uma nova Constituição seria elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte, marcada para novembro de 1986. Deputados e senadores estariam, dessa forma, encarregados de elaborar uma nova Constituição (FAUSTO, 2001).

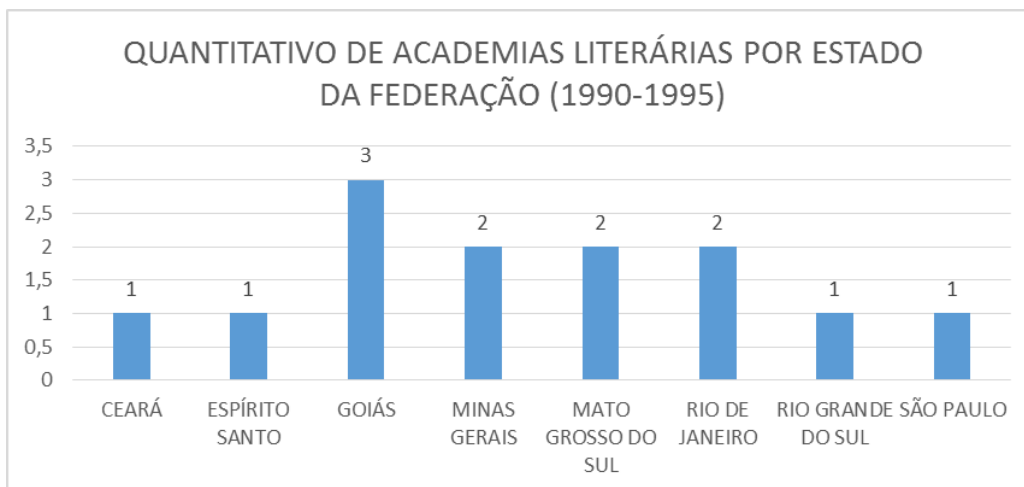
Na área econômica, o governo Sarney é marcado por dois planos, o Plano Cruzado I e o II, que tinham como objetivo combate à hiperinflação, aquisição de estabilidade e crescimento econômico. Entre as medidas de maior destaque encontram-

se o congelamento geral de preços por 12 meses e a adoção de um reajuste automático de salários sempre que a inflação atingia ou ultrapassava os 20%, o denominado “gatilho salarial”. O Plano Cruzado, a princípio, teve efeito na contenção dos preços e no aumento do poder aquisitivo da população. Milhares de consumidores passaram a fiscalizar os preços no comércio e a denunciar as remarcações, ficando conhecidos como “fiscais do Sarney”. No decorrer do ano o cruzado foi perdendo sua eficiência, com uma grave crise de abastecimento, a cobrança de ágio disseminada entre fornecedores e a volta da inflação. O governo manteve o congelamento até as eleições estaduais de 1986, tentando obter os maiores dividendos políticos possíveis do plano.

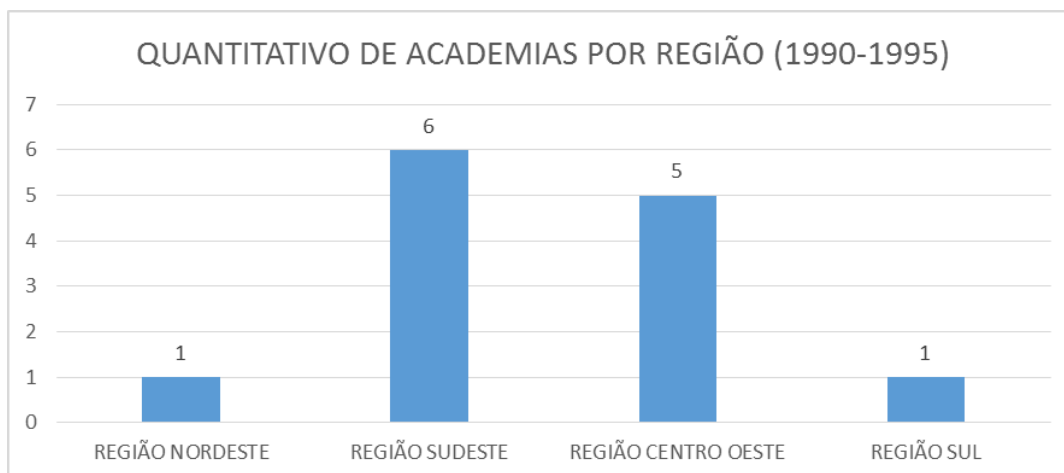
O período marca talvez um ponto de retração na evolução do surgimento das academias literárias, tendo sido identificado o surgimento de apenas duas dessas entidades nessa época: da Academia Brasileira dos Médicos Escritores (Abrames) e da Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC). A Academia Brasileira dos Médicos Escritores foi fundada no dia 17 de novembro de 1987 – dia e mês de nascimento do médico, jornalista, romancista e crítico literário Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), seu patrono –, no anfiteatro Miguel Couto do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia, na cidade do Rio de Janeiro. A Abrames é composta, em grande parte, por membros oriundos das diversas regionais estaduais da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores (Sobrames) dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Alagoas, Paraná, Amazonas, Rondônia, Ceará, Pernambuco e Goiás. Já a Academia Brasileira de Literatura de Cordel, fundada em 7 de setembro de 1988, foi constituída como uma sociedade civil de natureza cultural sem finalidade lucrativa.

1.7 As academias literárias em 1990-1995

Durante o período foram identificados o surgimento e manutenção de 13 associações literárias, localizadas sobretudo na região Sudeste (seis), nos estados do Rio de Janeiro (duas), Minas Gerais (três) e Espírito Santo (uma); seguida pela região Centro-Oeste (cinco), nos estados de Goiás (três) e Mato Grosso do Sul (dois). Os gráficos a seguir ilustram o levantamento realizado no período.



Quadro 16: Quantitativo de Academias Literárias por estado da federação (1990-1995)

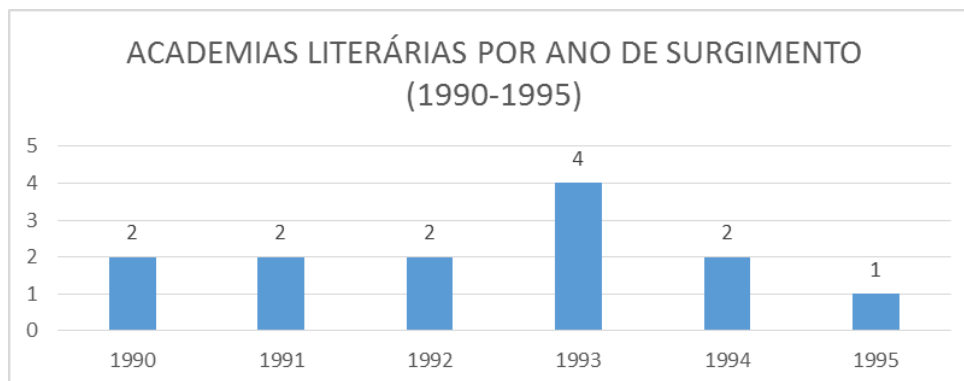


Quadro 17: Quantitativo de Academias por região (1990-1995)

O período corresponde à gestão do então presidente Fernando Collor de Mello, iniciada em 1989 e finalizada em 1992, após impedimento. Posteriormente, para conclusão do mandato, tomou posse o vice Itamar Franco (1993-1995). O período, conturbado do ponto de vista político e econômico, caracterizou-se pela tentativa de combate à inflação por meio da edição do denominado Plano Collor – tentativa de estabilização da inflação. Em fevereiro de 1994, o governo Itamar lançou o Plano Real, elaborado pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso a partir de formulação do economista Edmar Bacha, que gerou a estabilização da economia, tendo realizado o controle da então crise hiperinflacionária.

A maior parte das Academias surgidas no período foram constituídas em 1993, ano imediatamente posterior à mudança operada no Executivo federal, fato que parece

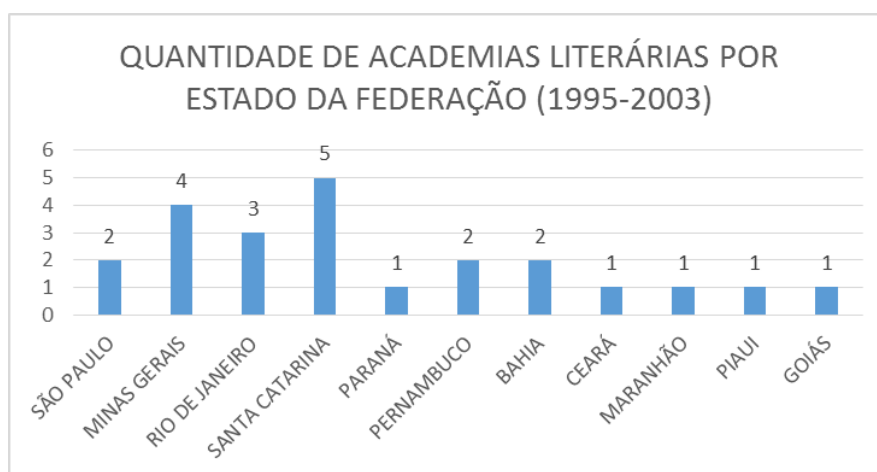
revelar o clima de otimismo vivido no país após os movimentos populares que contribuíram para alavancar a saída do então presidente Collor de Mello. O gráfico a seguir aponta a quantidade de academias literárias por ano de surgimento:



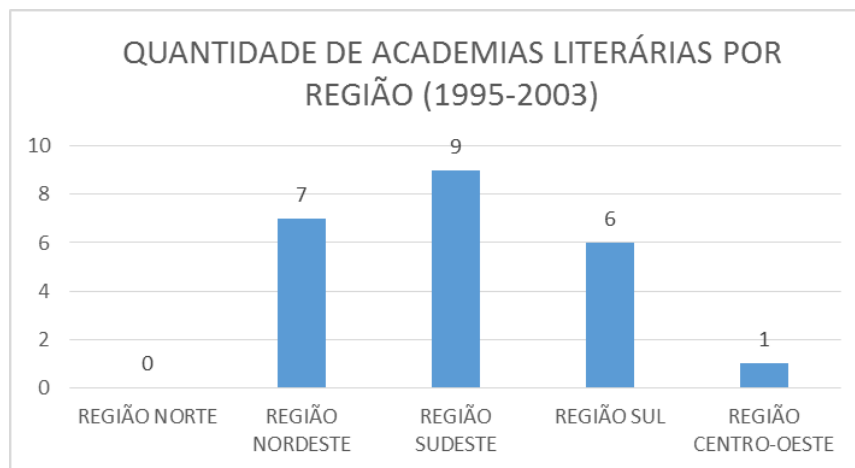
Quadro 18: Academias Literárias por ano de surgimento (1990-1995)

1.8 As academias literárias em 1995-2003

Esse período relaciona-se com a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso, compreendida entre os anos de 1995 e 2003. Durante os anos 1995-2003 foram identificados o surgimento e manutenção de 23 associações literárias, localizadas sobretudo na região Sudeste (nove), nos estados de Minas Gerais (quatro), Rio de Janeiro (três) e São Paulo (duas); seguida pela região Nordeste (sete), nos estados da Bahia (duas), Pernambuco (duas), Ceará (uma), Maranhão (uma) e Piauí (uma). Os gráficos a seguir ilustram o levantamento realizado no período.

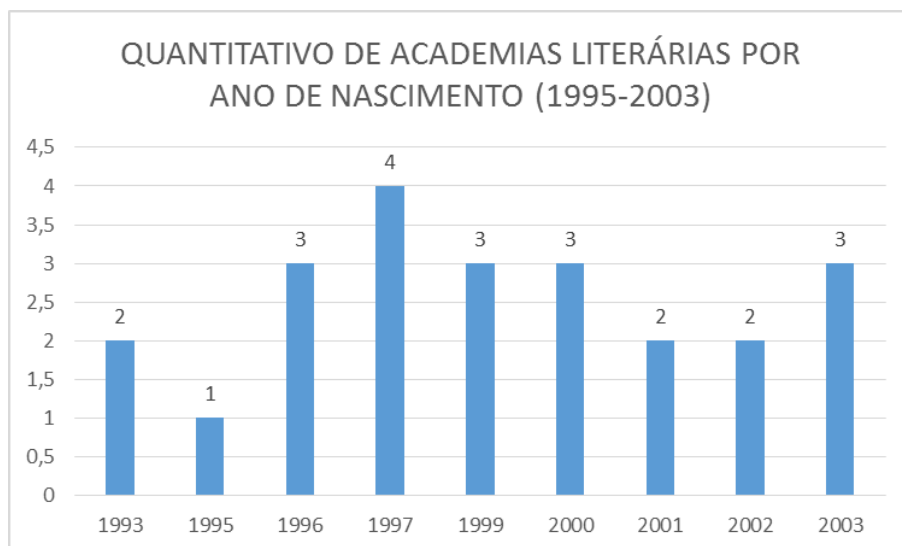


Quadro 19: Quantidade de Academias Literárias por estado da Federação (1995-2003)



Quadro 20: Quantidade de Academias literárias por região (1995-2003)

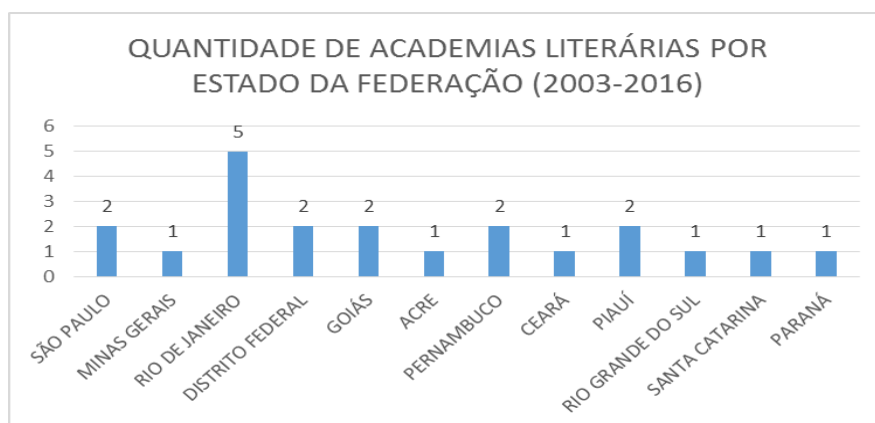
O gráfico a seguir aponta a quantidade de academias literárias por ano de surgimento:



Quadro 21: Quantitativo de Academias Literárias por ano de nascimento (1995-2003)

1.9 As academias literárias em 2003-2016

Esse período relaciona-se com o momento dos dois mandatos do então presidente Luiz Inácio da Silva, compreendidos entre os anos de 2000 e 2003. Durante os anos 1995-2003, foram identificados o surgimento e manutenção de 23 associações literárias, localizadas sobretudo na região Sudeste (nove), nos estados de Minas Gerais (quatro), Rio de Janeiro (três) e São Paulo (duas); seguida pela região Nordeste (sete), nos estados da Bahia (duas), Pernambuco (duas), Ceará (uma), Maranhão (uma) e Piauí (uma). Os gráficos a seguir ilustram o levantamento realizado no período.



Quadro 22: Quantitativo de Academias Literárias por estado da Federação (2003-2016)

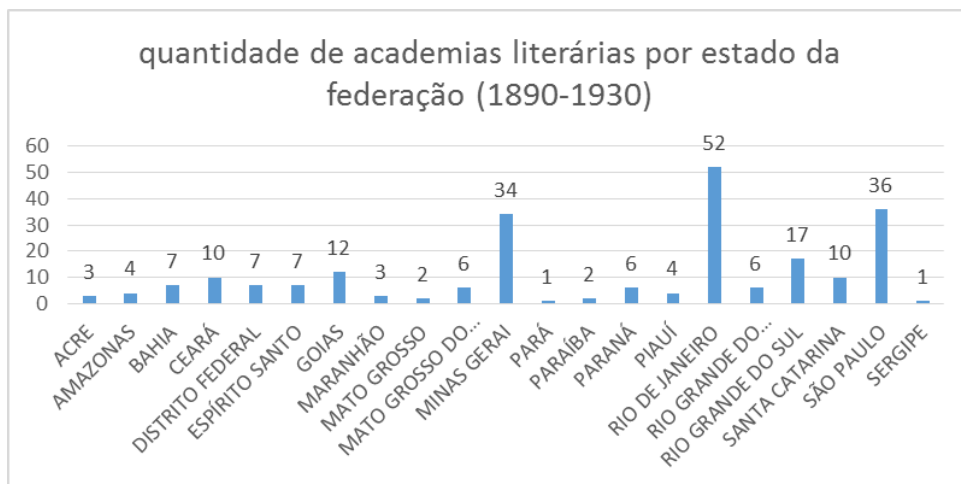
O gráfico a seguir aponta a quantidade de academias literárias por ano de surgimento:



Quadro 23: Quantitativo de Academias Literárias por ano de nascimento (2003-2016)

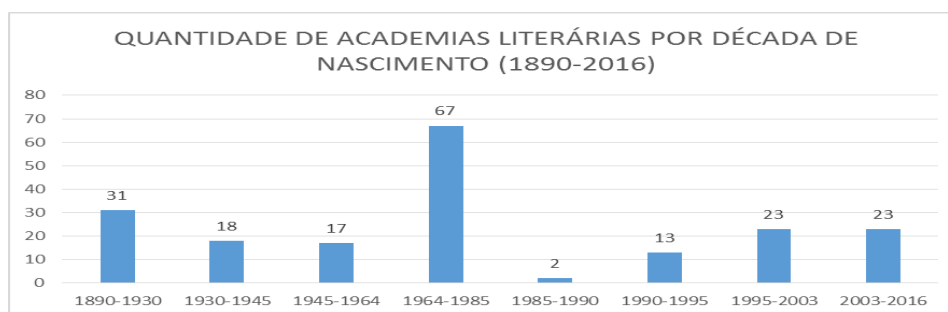
1.10 Breves comentários sobre o levantamento realizado

O último quartel do século XX e o século XXI foi, no que tange às instituições vinculadas ao patrimônio literário, um período rico na constituição do que se denominou patrimônio literário brasileiro. Ressalta-se aqui a criação de 230 associações literárias em todos os estados da federação, a maior parte delas localizadas na região Sudeste, especificamente no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais.



Quadro 23: Quantidade de academias literárias por estado da federação (1890-1930)

Além disso, ressalta-se também que o surgimento de tais academias esteve relacionado – em maior ou menor grau – ao contexto político, econômico e social do país. Destaca-se, em sintonia com essa observação, a importância do momento correspondente aos 20 anos de regime militar no país.



Quadro 25: Quantidade de Academias Literárias por década de nascimento (1890-2016)

A existência de lugares de sociabilidade é uma condição para a elaboração intelectual, para a organização do grupo em função de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades que alimentam o desejo e o gosto de conviver e o estreitamento de vínculos, por meio de certo tipo de rede que pareceu variar conforme as épocas e os subgrupos de intelectuais estudados (SIRINELLI, 1989). As *agremiações literárias* no período foram progressivamente galgando um importante papel na construção e na delimitação daquilo que se compreende por patrimônio literário brasileiro.

CAPÍTULO 2

PREMIAÇÕES E DISTINÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO LITERÁRIO DO AMLB

“[...] não posso nem quero aceitar esta distinção.”
(O escritor Jean Paul Sartre sobre a indicação
de seu nome ao Prêmio Nobel de Literatura, em 1964.)

Dia 22 de abril de 1964. Em carta publicada no jornal francês *Le Figaro*, Jean Paul Sartre apresentava as razões pelas quais ele não aceitaria o tão almejado Prêmio Nobel, oferecido pela Academia Sueca. Dizia ele que *“O escritor que aceita uma distinção deste gênero compromete, também, a associação ou instituição que a outorga [...] Renuncio, evidentemente, às 250.000 coroas porque não quero ser institucionalizado”*. A polêmica em torno do fato, divulgado nos meios de comunicação da época, tomou a aparência de um escândalo, *constituindo-se a recusa em um fator de distinção que demarcou, em seu fim, um importante espaço de atuação política. Dizia o autor:*

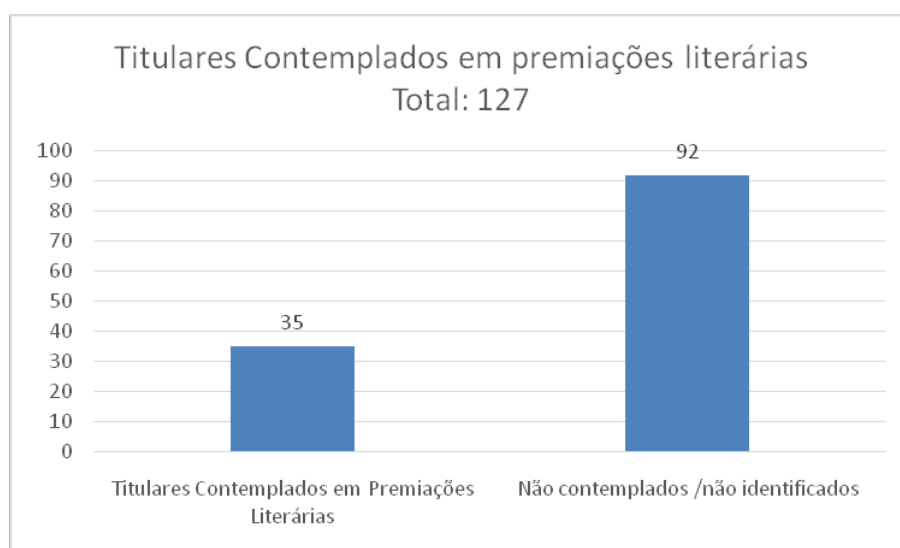
na motivação da Academia Sueca se fala de liberdade: é uma palavra que se presta a numerosas interpretações... entendo a liberdade de uma forma mais concreta, que consiste no direito de ter mais de um par de sapatos e de comer pão menos duro. Parece-me menos perigoso declinar do prêmio do que aceitá-lo.

*No Brasil, também já ocorreu a recusa a premiações literárias. Carlos Drummond de Andrade, ele próprio, sempre teve aversão a prêmios, desencorajando a indicação de seu nome ao Nobel. Além disso, teria recusado distinções em duas ocasiões: na primeira, em 1975, o Prêmio Brasília de Literatura pela publicação de *Amor, Amores*; posteriormente, em 1983, quando declinou do troféu *Juca Pato*. Mais recentemente, Marcelo Rubens Paiva teria rejeitado a Ordem do Mérito Cultural concedida pelo*

Ministério da Cultura por “razões morais” e por “não querer receber a comenda pelas mãos de um governo” que considera “ilegítimo”.

Nota-se que um ponto em comum ligaria esses três escritores, mesmo que de diferentes gerações e ligados a distintas correntes literárias: a posição dos três parece ser motivada por uma luta com a finalidade de impor ou fazer impor suas categorias de visão e divisão do mundo social. Apesar das recusas de muitos escritores a premiações, a consagração por meio de premiações literárias se constitui, no mínimo, em um espaço literário e político estruturado de posições que envolvem instituições específicas e leis de funcionamento próprias, resultantes das relações de força e luta (política) entre os agentes que fazem parte desse espaço (BOURDIEU, 2001).

A segunda característica presente na biografia dos titulares de acervo no AMLB relaciona-se à presença de premiações literárias como forte elemento de consagração. Abaixo, levantamento dos titulares que apresentam no Guia de Acervo as premiações por ele recebidas.



Quadro 26: Quantitativo dos titulares contemplados em premiações literárias. Fonte: Guia de Acervo do AMLB.

Os seguintes prêmios foram recebidos e reiteradamente elencados em suas notas biográficas por titulares do AMLB: O Prêmio Machado de Assis que, desde 1941, é oferecido pela Academia Brasileira de Letras (ABL) a escritores brasileiros, pelo conjunto de sua obra. Angariaram tal premiação os escritores Andrade Murici, Antônio Carlos Vilaça, Lúcio Cardoso, Plínio Doyle e Maria Jacinta. Outra premiação citada no âmbito das notas biográficas publicadas refere-se ao prêmio Jabuti, criado em 1958 (Antônio Carlos

Vilaça, Fernando Sabino, Julieta de Godoy Ladeira, Maria Helena Cardoso, Maria José de Queiros, Marques Rebelo, Olga Savary, Wilson Martins)

Além das premiações concedidas pela ABL, destacam-se aqui as referências ao prêmio Jabuti, respectivamente feitas nas notas biográficas dos seguintes titulares: Fernando Sabino, Julieta de Godoy Ladeira, Maria Helena Cardoso, Maria José de Queiroz, Marques Rebelo, Olga Savary, Wilson Martins e Antônio Carlos Vilaça. Além desses, cita-se aqui o prêmio Fernando Chinaglia, atribuído à Caio Fernando Abreu, Maria Helena Cardoso, Stella Leonardos, Antônio Carlos Vilaça.

Nesse caso, as premiações mostram-se, sobretudo, como distinções sociais e profissionais que se constituem em marcas biográficas, assegurando identidades individuais e coletivas, demarcando espaços e estabelecendo meios de atuação, fato que muito contribui para compor o caleidoscópio por meio do qual o perfil do patrimônio literário irá se constituindo. Parecem representar, dessa forma, princípios de diferenciação. Mesmo que rejeitadas por alguns – como Sartre rejeitou o Nobel de Literatura –, as premiações passam a determinar, em seu fim, o acúmulo de forças, assim como marcam posições no campo literário; em última instância, para os agraciados, significam a admissão em uma seleção de notáveis da literatura nacional (BOURDIEU, 2001).

Os prêmios literários constituem, de modo geral, mecanismos que exercem a função de validação institucional da literatura. Como afirma Carlos Reis:

do que parece não haver dúvidas é de que os prêmios literários, pela sua abundância, pela projeção pública que conferem ao escritor e até pelos valores materiais que muitas vezes envolvem, constituem um instrumento de afirmação da literatura. (CARLOS REIS, 1999, p. 31).

A “competência” literária, na conformação do patrimônio literário, define-se, dessa forma, pela possibilidade de indicação e obtenção de premiações literárias e pela representação simbólica que tal fato representa no universo literário. Dessa forma, o grau de aptidão para ingresso e aceitação no campo não depende somente do teor e do fazer literário, mas ainda do grau de aceitação concedido pelo sistema de premiações, tornando-se esses prêmios um meio de ingresso no campo literário.

As recompensas dadas a autores que se distinguem pela realização de obras notáveis não é um fato novo, mas remonta à Antiguidade romana e envolvia homens dotados de gosto e cultura. O termo “mecenate” – derivado do nome de Caio Mecenas (68–8 a.C.), um influente conselheiro do imperador Augusto em torno do qual formara-se um círculo de intelectuais e poetas – designa o costume de proteger e patrocinar um escritor, sustentando dessa forma sua produção artística. A prática do mecenate teve sua grande expressão na Itália renascentista, na figura de Lourenço de Médici, um dos

principais mecenas da época, citado na obra de Christopher Hibbert, *Ascensão e Queda da Casa dos Médici* (1983).

Em época moderna, os escritores encontravam a mesma receptividade por parte dos nobres, que não apenas patrocinavam a publicação como também acolhiam em seus castelos os escritores. É, sobretudo, a partir do século XIX que a premiação de um escritor o qual obteve a vitória sobre outros concorrentes se desenvolveu como uma maneira de controlar o gosto, a língua, a ideologia, ou mesmo de responder a certas leis do mercado (DIDIER, 1994). Lembra Carlos Reis (1999) que, sobretudo a partir do século XIX e do estabelecimento da propriedade literária, a literatura passa a ter também certo valor de troca, os prêmios literários adquirem uma outra dimensão e alcance.

No caso dos livros, tal fato foi incentivado pelos editores, que utilizaram o mecanismo das premiações como importante impulso desse mercado em decorrência da repercussão que a obra agraciada desperta junto ao público leitor; nesse caso, figura-se a ideia do prêmio como uma mola promotora para êxito nas vendas. Para garantir o sucesso comercial, em um mundo em que o público é cada vez maior e mais exigente, é mister uma seleção mais rigorosa por parte das editoras, assim como uma cobertura publicitária mais ampla, por meio de anúncios, notícias, resenhas, artigos e reportagens envolvendo os autores.

Dessa forma, ao sistema de publicidade somou-se o sistema de premiação literária, que, se no princípio visava primordialmente honrar um feito literário, tornou-se posteriormente um instrumento de propaganda utilizado pelas editoras para alavancar vendas e atingir o público consumidor (COUTINHO; SOUSA, 2001). O sistema de premiações, ademais, favorece os escritores, pois, além de divulgar sua obra entre o público não especializado, colabora também para a conquista de autonomia financeira, em decorrência do valor do prêmio, se esse for pago em dinheiro, e do crescimento das vendas, das quais advêm direitos autorais (ZILBERMAN, 2017).

Como afirma Maria Hemínia Laurel (2009), “a premiação literária constitui hoje uma das principais instâncias de legitimação da produção literária na sociedade”. Essas premiações são objeto central das publicações *International Dictionary of Literary Awards*, editado por Jane Clapp, em 1963 (The Scarecrowpress); *Guide de Prix Littéraires* (Cercle de la Librairie, 1966); *Literary and Library Prizes* (R. R. Bowker, 1976); e, por fim, *Foreign Literary Prizes – Romance and Germanic Languages* (R. R. Bower Co, 1980). Nelas, é possível identificar que o mecanismo de premiações tem sido utilizado em diferentes países, e sua existência e funcionamento nos dão a dimensão do patrimônio literário existente e em conformação em distintas localidades. Na França, por exemplo, mais de

1.500 prêmios são concedidos todo ano, dentre os quais destacam-se: Gouncourt (1903), Fémina (1904), Renaudot (1925), Interallié (1930) e Le Gran Prix de Littérature de L'academie Française (1911). Listam-se, a seguir, os prêmios existentes em diferentes países, de acordo com levantamento realizado no *Dictionnaire Universel des Lettres*, no *Dicionário Afrânio Coutinho* e na Wikipédia:

País	Premiação literária
França	Prêmio Gouncourt; Prêmio Apollo; Prêmio Femina; Prêmio Médicis; Prêmio Renaudot; Prêmio Erckmann-Chatrian; Prêmio Contrepoint; Prêmio Ève Delacroix; Prêmio Mundial Cino Del Duca; Interallié; Le Gran Prix de Littérature de L'academie Française; Prêmio Sant Jordi de romance.
Espanha	Prêmio Príncipe das Astúrias; Prêmio Miguel de Cervantes; PrêmioPlaneta; Prêmio Nadal; Prêmio de poesia Fiz Vergara Vilariño; Prêmio Nacional das Letras Espanholas; Prêmio Herralde; Prêmio Alfaguara; Prêmio Nacional de Narrativa (Espanha); Prêmio Andrómeda de narrativa; Prêmio Sant Jordi de romance; Prêmio Rainha Sofia.
Portugal	Prêmio José de Figueiredo; Grande Prêmio de Romance e Novela APE/IPLB; Prêmio Literário António Paulouro; Prêmio Aristides de Sousa Mendes; Prêmio Vergílio Ferreira (Gouveia); Prêmio Literário Fnac/Teorema; Grande Prêmio Sophia de Mello Breyner Andresen; Grande Prêmio Gulbenkian de Literatura para Crianças e Jovens; Prêmio Literário José Saramago; Prêmio Literário Glória de Sant'Anna; Prêmio de Poesia Luís Miguel Nava; Prêmio Vergílio Ferreira (Évora); Grande Prêmio de Conto Camilo Castelo Branco; Prêmio Correntes d'Escritas; Prêmio Clube Literário do Porto; Prêmio Ricardo Malheiros; Prêmio Pessoa; Prêmio Antero de Quental; Prêmio Literário Florbela Espanca; Prêmio António Quadros; Prêmio Branquinho da Fonseca Expresso/Gulbenkian; Prêmio D. Dinis, da Fundação Casa de Mateus; Prêmio Jacinto do Prado Coelho, do Centro Português da Associação Internacional de Críticos Literários; Grande Prêmio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa; Grande Prêmio de Tradução Literária, P.E.N. Clube Português/Associação Portuguesa de Tradutores; Prêmio P.E.N. Clube Português de Ensaio; Prêmio P.E.N. Clube Português de Novelística; Prêmio P.E.N. Clube Português de Poesia; Prêmio Raul Proença, da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD); Prêmio Revelação de Ensaio Literário APE/IPLB; Prêmio Revelação de Ficção APE/IPLB; Prêmio Revelação de Literatura Infanto-Juvenil APE/IPLB; Prêmio Revelação de Poesia APE/IPLB; Prêmio União Latina de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa; Prêmio Nacional de Literatura Juvenil Ferreira de Castro; Prêmio Literário Pedro Ferro; Concurso Literário Nacional da Trofa – Conto Infantil; Prêmio Bordalo de Literatura da Casa da Imprensa; Prêmio da Crítica da Associação Portuguesa de Críticos Literários; Prêmio Seiva de Literatura; Prêmio Literário Orlando Gonçalves; Prêmio Literário Almeida Firmino; Prêmio Branquinho da Fonseca de Conto Fantástico; Prêmio Literário Miguel Torga; Prêmio Américo Lopes de Oliveira para Estudos Histórico-Sociais de Âmbito Local ou Regional; Prêmio Literário Maria Amália Vaz de Carvalho; Prêmio Nacional Trindade Coelho; Prêmio de Poesia Cesário Verde; Prêmio Gaspar Frutuoso; Prêmio Literário Oliva Guerra; Prêmio Literário Ferreira de Castro; Prêmio Literário Edmundo Bettencourt; Prêmio Ler do Círculo de Leitores; Prêmio Internacional de Poesia Léon Filipe; Prêmio Nacional Alberto Sampaio de História Contemporânea; Prêmio Mário António, da Fundação Calouste Gulbenkian; Prêmio Morgado de Mateus; Prêmio A. de Almeida Fernandes, da Fundação Mariana Seixas; Concurso Jovens Cientistas e Investigadores 2005; Prêmio Primeira Obra do P.E.N. Clube Português; Prêmio Máxima de Literatura; Prêmio Fernando Namora, da Sociedade Estoril Sol; Prêmio Livro da Sociedade Histórica da Independência de Portugal; Prêmio Monografia da Sociedade Histórica da Independência de Portugal; Prêmio de Consagração de Carreira da Sociedade Portuguesa de Autores; Prêmio de Crónica João Carreira Bom, da Sociedade de Língua Portuguesa; Prêmio Victor de Sá de História Contemporânea para jovens investigadores; Prêmio de Poesia Daniel Faria; Grande Prêmio Vida Literária APE/CGD; Grande Prêmio de Crónica APE/C.M. Beja; Grande Prêmio de Ensaio Literário APE/PT; Grande Prêmio de Literatura Biográfica;; Grande Prêmio de Poesia APE/CTT; Prêmio Eixo Atlântico de Narrativa Galega e Portuguesa; Prêmio Internacional de Literatura

	(categorias “Peça de Teatro” e “Ensaio sobre o Teatro de Amadores”), da Associação Nacional de Teatro de Amadores; Prémio Literário Afonso Duarte, da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho; Prémio Literário Afonso Lopes Vieira, da Câmara Municipal de Leiria; Prémio Literário António Palouro da Câmara Municipal do Fundão; Prémio Literário Carlos de Oliveira; Prémio Literário Vasco Branco, da Câmara Municipal de Aveiro; Prémio Manuel Andrade da Câmara Municipal de Estarreja; Prémio Novas Dramaturgias, do Dramat (Centro de Dramaturgias Contemporâneas do Teatro Nacional São José); Prémio PALOP do Livro em Língua portuguesa; Prémio Verbo/Semanário; Prémio da Associação dos Naturais de Angola; Prémio de Ensaio David Mourão-Ferreira, da Câmara Municipal de Cascais; Prémio de Poesia Ana Hatherly; Prémio de Poesia Natércia Freire, da Câmara Municipal de Benavente; Prémio de Revelação na Literatura Infantil e Juvenil Matilde Rosa Araújo, da Câmara Municipal de Cascais; Prémio Cidade de Lisboa; Prémio Literário Município de Lisboa
Inglaterra	Lancashire Children's Book of the Year; Carnegie Medal; Arthur C. Clarke Award; James Tait Black Memorial Prize; National Book Critics Circle Award; Bad Sex in Fiction Award; British SF Award; Prémio George Orwell; James Tait Black Memorial Prize
Estados Unidos	Prémio Pulitzer; Neustadt International Prize for Literature; Newbery Medal; Newbery Honor; Caldecott Medal; National Book Award; Agatha Awards; Prémio Nebula; John W. Campbell Memorial Award; Caldecott Honor; Prémio Bollingen; Whiting Writers' Award; Prémios Rhysling; Prémio John Dos Passos; John W. Campbell Award for Best New Writer; Locus Award
Suécia	Prémio Nobel de Literatura; Prémio Nobel de Literatura; Prémio August; Prémio Literário do Conselho Nórdico; Prémio Chave; Prémio Memorial Astrid Lindgren; Prémio Nórdico da Academia Sueca; Prémio Ivar Lo-Johansson; Prémio Pierre; Prémio Bellman; Prémio Selma Lagerlöf; Prémio Pilot; Prémio Voz de África; Prémio Sixten Heyman
Alemanha	<u>Prémio Goethe</u> ; <u>Prémio Georg Büchner</u>

Quadro 27: Lista de premiações literárias por país

2.1 Século XIX e o incentivo à produção literária no Brasil: breve relato

No Brasil, a partir do século XIX, registra-se o apoio dado a escritores e intelectuais que se ocupavam da criação artística e literária. Assumindo como modelo o *Institut Historique*, fundado na França em 1834, o então imperador dom Pedro I criou, em 1838, no Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), local que passou a reunir a elite econômica e literária carioca da época. O IHGB, no período, se afirmaria como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais. É justamente esse recinto que abrigará, a partir da década de 40 daquele século, os românticos brasileiros, quando o então jovem monarca dom Pedro II frequentará assiduamente o IHGB, assim como passará a incentivar a produção artística e literária, revelando-se um mecenas. O próprio imperador propõe a criação de gramáticas e dicionários, assim como também inicia estudos de tupi e guarani, que lhe seriam úteis durante os litígios com o Paraguai, na década de 1860. Cunhava-se aí a representação do sábio mecenas (SCHWARCS, 1998).

2.2 Prêmios concedidos por academias literárias

Os primeiros prêmios concedidos por associações relacionam-se às atividades da Academia Brasileira de Letras. Em 1909, foi criada uma comissão, solicitada pelo então governo do Distrito Federal, para julgar o concurso de peças brasileiras a serem apresentadas no Teatro Municipal. No ano subsequente, foram criados os seguintes prêmios no âmbito da ABL: Medeiros e Albuquerque (1910), Gazeta de Notícias (1910), Machado de Assis (1911), Raul Pompéia (1911) e Prêmio Academia Brasileira (1912).¹²

Em 1998, em decorrência de uma reforma nos estatutos da instituição, a ABL passou a conceder os seguintes prêmios: Prêmio Machado de Assis, para conjunto de obras, Prêmio ABL de Poesia, Prêmio ABL de Ficção, Prêmio ABL de Ensaio e Prêmio ABL de Literatura Infanto-Juvenil. Recentemente foram criados o Prêmio ABL de Tradução e o Prêmio ABL de História e Ciências Sociais.

De acordo com informações constantes no *site* da ABL, a Academia distribui também prêmios com outras periodicidades, como o Francisco Alves, concedido a cada cinco anos a monografias sobre o ensino fundamental no Brasil e sobre a língua portuguesa; e ainda prêmios oriundos de dotações externas, como o Prêmio Senador José Ermírio de Moraes, instituído pela família Ermírio de Moraes e pela Indústria Votorantim, desde 1995; e o Prêmio Osvaldo Orico, sobre temas amazônicos, instituído pela família de Osvaldo Orico, vigente de 1983 a 1990. Esporadicamente, são concedidos prêmios comemorativos, como o José Lins do Rêgo (2001) e o Afonso Arinos (2005).¹³

Ao examinar a concessão de prêmios nas demais academias localizadas nos estados da federação, é possível perceber a existência do mecanismo na maior parte delas. O levantamento foi realizado a partir dos dados constantes nos *sites* e informes divulgados pelas associações na internet, destacando-se aquelas que se intitulavam como a “entidade literária máxima” de seu estado. Foram identificadas premiações em associações localizadas em 21 estados brasileiros, tendo sido contemplados editais de todas as regiões administrativas.

¹² Os seguintes prêmios foram concedidos no período 1909-1994: Olavo Bilac (poesia); José Veríssimo (ensaio e erudição); Monteiro Lobato (literatura infantil); Francisco Alves (monografia sobre o ensino fundamental no Brasil e sobre a língua portuguesa); Assis Chateaubriand (artigos literários); Afonso Arinos (contos); Artur Azevedo (teatro); Silvio Romero (crítica e história literária); Coelho Neto (romance); Joaquim Nabuco (história social); João Ribeiro (filologia, etnografia e folclore); José de Alencar (novelas); Odorico Mendes (tradução); Aníbal Freire (oratória); Carlos de Laet (crônicas e viagem); Roquete-Pinto (etnografia); e Alfred Jurzykowski (economia e política).

¹³ Ver mais em: SECCHIN, Antônio Carlos. *Os prêmios e a valorização do escritor*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/os-premios-e-valorizacao-do-escriptor>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

As premiações identificadas no levantamento dividem-se em dois formatos com objetivos distintos. No primeiro, localizam-se editais que têm como objetivo alavancar o hábito de leitura e escrita nas localidades, incentivando a reflexão e tornando-se um instrumento de incentivo educacional. Figuram, nesse caso, as seguintes iniciativas: Prêmio Literário Câmara Cascudo de Identidade Nacional e Concurso Literário da Academia Amazonense de Letras, esse último reunindo alunos de escolas municipais e estaduais de 62 municípios do Amazonas. O segundo formato é destinado a incentivar e “consagrar” obras de escritores, garantindo a publicação e divulgação da literatura e a entrada de intelectuais nesse campo. Figura, nesse caso, a maior parte das iniciativas de conagração, como o Prêmio Nacional da Academia Alagoana de Letras, que visa estimular a produção local e a descoberta de novos talentos espalhados, o Prêmio Literário da Academia Imperatrizense de Letras (Maranhão) e o Concurso Literário da Academia Pernambucana de Letras (APL). Listam-se, a seguir, algumas associações e as respectivas premiações por elas concedidas:

Estado	Premiação
Acre	Prêmio Garibaldi Brasil de Literatura
Alagoas	Prêmio Nacional da Academia Alagoana de Letras
Amapá	Nenhum
Amazonas	Concurso Literário da Academia Amazonense de Letras
Bahia	Prêmio Academia de Letras da Bahia
Ceará	Prêmio Ideal Clube de Literatura
Distrito Federal	Nenhum
Espírito Santo	Concurso Literário
Goiás	Premiação Cultural Colemar Natal e Silva
Maranhão	Prêmio Literário da Academia Imperatrizense de Letras
Mato Grosso	Prêmio Literário
Mato Grosso do Sul	Nenhum
Minas Gerais	Concurso Literário da Afemil
Pará	Prêmio Literário da Academia Paraense de Letras
Paraíba	Prêmio Literário da Academia Paraibana de Letras
Paraná	Prêmio Literário da Academia Paranaense de Letras
Pernambuco	Prêmio Literário da Academia Pernambucana de Letras
Piauí	Prêmio Literário da Academia Piauiense de Letras

Rio de Janeiro	Prêmio Literário da Academia Carioca de Letras
Rio Grande do Norte	Prêmio Literário da Academia Norte Rio Grandense de Letras
Rio Grande do Sul	Prêmio Literário da Academia Rio Grandense de Letras
Rondônia	Nenhum
Roraima	Nenhum
Santa Catarina	Prêmio Literário da Othon Gama D'Eça
São Paulo	Prêmio Literário da Sindi-Clube APL
Sergipe	Nenhum
Tocantins	Nenhum

Quadro 28: Premiações por estado

2.3 Prêmios de iniciativa de associações profissionais de escritores

Nos anos 1940, é importante destacar, especificamente no final do governo Vargas, a ocorrência de uma intensa mobilização, momento em que vários grupos sociais organizam-se criando associações e elaborando manifestos contra o Estado Novo. Na esteira dos movimentos pelo fim da ditadura no governo Vargas, é criada, em 1941, a *Sociedade Brasileira dos Escritores*, primeira iniciativa de associação profissional de escritores brasileiros com o intuito de congregar-se em torno de questões relativas a direitos autorais e à liberdade de expressão. No ano subsequente, em 1942, foi criada a *Associação Brasileira de Escritores*, com a proposta de regulamentar questões específicas do ofício de escritor (MELO, 2011). Essas duas entidades se encarregaram de dar unidade aos reclames da parcela da intelectualidade brasileira comprometida com a luta pelas melhorias da condição profissional do homem de letras, na esteira da expansão do mercado editorial e do combate à política proposta pelo governo do então presidente Getúlio Vargas (LIMA, 2010).

Em 1958, houve a fusão das duas entidades com a criação da *União Brasileira de Escritores*. Ingressaram na entidade, desde sua fundação, mais de 3.700 escritores de todo o Brasil, e ela manteve o objetivo de atuar na defesa dos interesses profissionais dos escritores, discutindo políticas culturais que atendam os interesses profissionais em todas as manifestações literárias, em poesia e prosa, além de exercer a defesa das liberdades públicas na luta contra as limitações à liberdade de expressão e censura (COUTINHO, 1989). A UBE possui seções em diversos estados, como Amazonas, Goiás, Rondônia e São Paulo. Ela também, concede prêmios como fator de distinção: Prêmio Monteiro Lobato, de romance; Prêmio Brasiliana, de ensaios; e, por fim, Prêmio Juca Pato, uma láurea conferida à personalidade que, tendo publicado livro de repercussão

nacional, tenha se destacado em qualquer área do conhecimento e contribuído para o desenvolvimento do país.

2.4 Prêmios literários brasileiros concedido por editoras

As premiações concedidas por casas editoriais tiveram uma forte repercussão na constituição do campo literário brasileiro. Antes, é preciso lembrar que, no país, ainda em tempos do império e no decorrer da primeira década da república, grande parte das obras dos escritores brasileiros eram impressas na França e em Portugal. Com a crescente proeminência do mercado sul-americano, foram instaladas no país algumas filiais de editoras francesas, como as Livrarias Garnier, no Rio de Janeiro, e Garraux Hildebrand, em São Paulo (MICELI, 2001).

Foi no final dos anos 1930 e início dos anos 1940 que o mercado editorial teve um forte crescimento no país. A produção, nesse período, envolvia os pequenos empreendimentos gráficos, que detinham 24% do mercado; as editoras menores, cujo programa de lançamento variava entre 21 e 60 títulos por ano, com apenas 5% do mercado; nove empreendimentos editoriais de porte médio (Alba, Panamericana, Jacinto, Antunes, Guanabara, Coelho Branco, Bruguier, Getúlio Costa e Martins), cujo pacote de lançamento oscilava entre 61 e 150 títulos, com 11% do mercado; e seis editoras de grande porte, que concentravam 36% dos lançamentos, sendo que, desse grupo, apenas três detinham a parcela de 25% do mercado.

Como já dito anteriormente, o sistema de premiação tem sido utilizado por editoras para validação institucional da literatura. Os prêmios literários adquirem uma outra dimensão e passam a representar um instrumento de propaganda utilizado pelas editoras para alavancar vendas e atingir o público consumidor (COUTINHO; SOUSA, 1989). Nesse movimento, destaca-se, no Brasil, a criação, em 1946, da Câmara Brasileira do Livro (CBL), com o objetivo de defender e difundir o livro e ampliar o mercado editorial por meio da democratização do acesso e da promoção de ações para estimular a leitura. A CBL é responsável pela implementação do Prêmio Jabuti, hoje em sua 59ª edição, criado, por volta de 1958, em um período repleto de desafios para o mercado editorial, com recursos escassos e baixa articulação do segmento. As discussões foram comandadas pelo então presidente da entidade, Edgar Cavalheiro, e pelo secretário Mário da Silva Brito – intelectuais e estudiosos da literatura brasileira –, além de outros membros da diretoria do biênio 1955-1957 interessados em premiar autores, editores, ilustradores, gráficos e livreiros que mais se destacassem a cada ano. A seguir, alguns prêmios literários brasileiros concedidos por editoras:

Editoras	Prêmios
Hermes Fontes	Prêmio Hermes Fontes http://www.infographics.com.br/premio-hermes-fontes/
Vivará Editora Nacional	Concurso Nacional Novos Poetas http://seduc.to.gov.br/noticia/2017/1/4/inscricoes-abertas-para-o-concurso-nacional-novos-poetas-2017/
Livraria Asabeça	Prêmio Literário Livraria Asabeça

Quadro 29: Premiações concedidas por editoras

2.5 Premiações literárias como instrumento de políticas públicas

No país, além dos prêmios concedidos por academias literárias e associações profissionais de caráter literário e por empresas, destaca-se uma modalidade por meio da qual o Estado institui políticas públicas destinadas a promover e alavancar a produção literária nacional, com a destinação de recursos orçamentários da União, dos estados e dos municípios para produções em diferentes modalidades literárias.

No âmbito do governo federal, nos anos 1930, especificamente a partir de 1937, já no início do Estado Novo – período como ficou conhecido o Estado de caráter centralizador e autoritário liderado por Getúlio Vargas –, tiveram forte relevância as atividades do *Instituto Nacional do Livro*, órgão responsável pela política nacional das bibliotecas e do livro, criado por meio do Decreto nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Dentre os objetivos do instituto, destacam-se a

“edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais e, finalmente, a expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas” (BRASIL, 1937).

Ademais, ressalta-se que, no âmbito dessa entidade, foram instituídas premiações literárias nesse período.

Durante os governos militares, especificamente a partir dos anos de 1966, foram aprovadas legislações que tinham como objetivo instituir premiações literárias e desenvolver, dessa forma, a produção literária nacional. A primeira ação se constituiu na edição da Lei nº 5.353, de 8 de novembro de 1967, durante a gestão do então *presidente Costa e Silva* (BRASIL, 1967). De acordo com o texto legislativo, foram criados no Ministério da Educação e Cultura os Prêmios Literários Nacionais, destinados a distinguir obras publicadas e inéditas, em língua vernácula, em sete categorias: ficção (romance, novela, conto); poesia; teatro; estudos brasileiros; história do Brasil e ensaio literário; crítica literária; e, linguística. Aprova-se, na mesma gestão, nova conformação por meio do Decreto-Lei nº 445, de 3 de fevereiro de 1969. Passam a ser concedidas seis

premiações, nas seguintes categorias: romance; poesia; conto e novela; estudos brasileiros; história do Brasil e ensaio literário; e linguística.

Já na gestão do então *presidente Médici*, o então ministro da Educação Jarbas Passarinho implementa o disposto na Lei nº 5680, de 20 de julho de 1971, com recursos provenientes do orçamento da União. De acordo com a legislação, foram criados, no Ministério da Educação e Cultura, os seguintes Prêmios Literários Nacionais, destinados a distinguir obras publicadas e inéditas, em língua vernácula: Prêmio Nacional de Poesia; Prêmio Nacional de Ficção (romance, novela e conto); e Prêmio Nacional de História ou Ensaio. O original inédito vencedor do prêmio recebeu, além de valor financeiro destinado ao respectivo autor, também a garantia de coedição da obra pelo Instituto Nacional do Livro e por editora de livre escolha do autor premiado, com tiragem não inferior a 5 mil exemplares. O incentivo à produção literária nacional se constituiu em instrumento de política pública no governo do *presidente Ernesto Geisel*, de igual maneira tendo sido priorizado pelo Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultura. Os critérios foram estabelecidos, **sob a gestão de Ney Braga, à frente do MEC**, por meio da **Lei nº 6.511, de 19 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os prêmios literários nacionais; e, pela Lei nº 6.842, de 3 de novembro de 1980**, editada na gestão do então ministro Eduardo Portella.

A década de 1980, no país, caracterizou-se por uma crise fiscal, econômica e política. A partir de 1985, chega ao fim a ditadura militar no Brasil, tendo assumido Tancredo Neves e, posteriormente, José Sarney. Destaca-se, no período, a criação do Ministério da Cultura, que passou a conduzir especificamente as políticas de difusão cultural no país, antes sob a égide do denominado Ministério da Educação e Cultura.

A partir de 1988, a Biblioteca Nacional – órgão integrante da estrutura do Ministério da Cultura – passa a promover a premiação e o reconhecimento de autores em língua portuguesa. Foi criado naquele ano o *Prêmio Camões de Literatura*, de caráter binacional (Brasil e Portugal), contemplando não somente autores brasileiros, mas aqueles integrantes dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A partir de 1994, foi criado o prêmio literário da Biblioteca Nacional, que contempla autores, tradutores e projetistas gráficos brasileiros, reconhecendo a qualidade intelectual e estética da produção editorial brasileira nas categorias poesia, romance,

conto, ensaio social, ensaio literário, tradução, projeto gráfico, literatura infantil e literatura juvenil.¹⁴

Ademais, destaca-se a promulgação da *Lei n° 7.505, de 2 de julho de 1986*, que dispõe sobre benefícios fiscais no imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. De acordo com o constante na lei, o contribuinte do imposto de renda poderia abater da renda bruta, ou deduzir com despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos, inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizados por meio ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Cultura. No que concerne às doações e ao patrocínio, consideram-se atividades culturais, por exemplo, sujeitas a regulamentação e critérios do Ministério da Cultura, a concessão de prêmios a autores, artistas técnicos de arte, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas, em concursos e festivais realizados no Brasil.

Adiante, em 1991, é criado o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela *Lei n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991*, com a finalidade de captar e canalizar recursos de modo a estimular a produção e difusão de bens culturais. Implementado com recursos do Fundo Nacional da Cultura (FNC), do Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e do Incentivo a Projetos Culturais, o programa abrangeu também a edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes e a concessão de prêmios a criadores, autores e artistas.

Mais recentemente, outra estratégia de indução à produção literária refere-se à premiação de autores inseridos no âmbito das ações destinadas à ampliação do Programa Brasil para Todos, concebido pelo governo federal a partir de 2003. Tratou-se da realização de edições do Concurso Literatura para Todos – no total de 5 – como uma das estratégias da Política de Leitura do Ministério da Educação, que procurou democratizar o acesso à leitura, constituir um acervo bibliográfico literário específico para jovens, adultos e idosos recém-alfabetizados e criar uma comunidade de leitores. O concurso teve por objetivo selecionar nove obras de natureza literária para produção, publicação, divulgação e distribuição, com recursos do MEC, nas modalidades prosa, (conto, novela, crônica), poesia, textos de tradição oral (em prosa ou em verso), perfil biográfico e dramaturgia. A premiação, além de valor em dinheiro, incluiu a distribuição das obras vencedoras, pelo Ministério da Educação, às entidades parceiras do Programa,

¹⁴ Para saber mais sobre o Prêmio Literário da Biblioteca Nacional, ver informações disponíveis em: <<https://www.bn.gov.br/explore/premios-literarios/premio-literario-biblioteca-nacional>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

às escolas públicas que oferecem a modalidade Ensino de Jovens e Adultos (EJA), às universidades que compõem a Rede de Formação de Alfabetização de Jovens e Adultos, aos núcleos de EJA das instituições de ensino superior e às unidades prisionais que ofertam tal modalidade de ensino.

2.5.1 As premiações no âmbito das políticas públicas estaduais

Nos governos estaduais, o mesmo mecanismo de premiação, por meio de editais, pode ser verificado no âmbito das políticas públicas do Poder Executivo, sob responsabilidade das secretarias estaduais de cultura e, em alguns casos, das secretarias estaduais de educação, com o objetivo de alavancar a produção literária nas respectivas áreas de abrangência administrativas. Nas 26 unidades da federação e no Distrito Federal, foi possível identificar editais formulados em 17 estados, o que corresponde a 62% da totalidade: Amapá (Prêmio Literário Cordeiro Gomes), Ceará (Prêmio Literário para autores cearenses), Distrito Federal (Prêmio Brasília de Literatura), Espírito Santo (Edital de produção e difusão de obras literárias), Goiás (Edital de fomento à literatura nº 1/2016), Mato Grosso (Prêmio Mato Grosso de Literatura), Mato Grosso do Sul (Prêmio Guavira de Literatura de Mato Grosso do Sul), Minas Gerais (Prêmio Governo de Minas Gerais de Literatura), Paraíba (Prêmio Literário José Américo de Almeida), Paraná (Prêmio Paraná de Literatura), Pernambuco (Prêmio Pernambucano de Literatura), Rio de Janeiro (Prêmio Rio de Literatura), Rio Grande do Sul (Prêmio Moacyr Scliar de Literatura), Roraima (concursos Dorval de Magalhães, de poesia; Roraima – Contos e Lendas; e Jovens Escritores da Literatura), Santa Catarina (Prêmio Cruz e Sousa), São Paulo (Prêmio São Paulo de Literatura) e Sergipe (Concurso Literário Ofenísia Soares Freire).¹⁵

É possível verificar que em todas as regiões brasileiras identificam-se editais de premiações literárias. Além disso, destaca-se que, em todos os estados localizados na região Sudeste, os governos estaduais utilizaram o sistema de premiação como mecanismo de indução de políticas públicas. O Prêmio São Paulo de Literatura, por exemplo, foi criado em 2008, concebido pelo governo do estado de São Paulo por meio de um projeto criado pela Secretaria de Estado da Cultura, com o objetivo inicial de estimular a leitura. O prêmio surgiu por meio de um edital regido pela Lei Estadual nº 6.544/1989 e pela Lei Federal nº 8.666/1993. O prêmio Minas Gerais de Literatura, lançado em 2007 pelo governo de Minas Gerais, visa homenagear autores brasileiros

¹⁵ Não foram identificados editais de premiações literárias no âmbito do Executivo estadual nos seguintes estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Tocantins.

vivos e promover a nova geração de escritores mineiros. O prêmio **Rio de Literatura** foi desenvolvido por meio de uma parceria entre a Fundação Cesgranrio e a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, com a intenção de reconhecer a qualidade da produção literária nacional. Por fim, no Espírito Santo, é lançado um edital para produção e difusão de obras literárias que tem como objetivo estimular a produção literária capixaba, valorizar o autor local e contribuir para a formação e ampliação do público leitor no estado.

A despeito do forte incentivo dado pelos estados localizados na região Sudeste, é possível identificar que, dos sete estados localizados na região Norte, apenas Amapá (Prêmio Literário Cordeiro Gomes) e Roraima (concursos Dorval de Magalhães, de poesia; Roraima – Contos e Lendas; e Jovens Escritores da Literatura) utilizam o mecanismo de premiações literárias. Segue listagem contendo os prêmios criados no âmbito dos governos estaduais como incentivo ao aprimoramento da cultura e educação.

Estado	Premiação literária	Descrição
Acre	Nenhuma	
Alagoas	Nenhuma	
Amapá	Prêmio Literário Cordeiro Gomes	No âmbito da Política Estadual para o Livro, instituída pela <i>Lei nº 1751, de 12 de junho de 2013</i> . ¹⁶
Amazonas	Nenhuma	Prêmio Literário Cidade de Manaus
Bahia	Nenhuma	Plano Estadual do Livro e Leitura.
Ceará	Prêmio Literário para autores cearenses	O concurso objetiva garantir a democratização do acesso aos recursos do Tesouro do Estado para, conforme a Lei nº 13.549, de 23 de dezembro de 2004, estimular a produção e valorização dos autores e editores radicados no estado do Ceará, promover a circulação do livro, preservar o patrimônio literário, incrementar a produção editorial estadual e regulamentar as inscrições para apresentação de propostas e seleção de projetos em Literatura e Cultura em 14 categorias, disponibilizando o valor da ordem de 2 milhões de reais. ¹⁷
Distrito Federal	Prêmio Brasília de Literatura	http://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/premio-brasilia-de-literatura-abre-inscricoes/
Espírito Santo	Edital de produção e difusão de obras literárias	Edital de seleção de projetos nº 7/2006. Tem como objetivo estimular a produção literária capixaba, valorizar o autor local e contribuir para a formação e ampliação do público leitor no Estado. ¹⁸
Goiás	Edital de fomento à literatura nº 1/2016	http://www.fundoculturalgoias.seduc.go.gov.br/?page_id=23
Maranhão	Nenhuma	Concurso Literário Cidade de São Luís (secretaria municipal). O objetivo é selecionar, premiar e publicar trabalhos inéditos de autores maranhenses.
Mato Grosso	Prêmio Mato Grosso de Literatura	Prêmio concedido pelo estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Cultura, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 10.363/2016 (Plano Estadual de Cultura) e da Lei nº 8.666/93. ¹⁹

¹⁶ Informação disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=39829>. Acesso em: 24 mar. 2018.

¹⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.secult.ce.gov.br/index.php/outros-editais/premio-literario-para-autora-cearense>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

¹⁸ Informações disponíveis em: <<https://secult.es.gov.br/Containers/Item/Display/597>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

¹⁹ Informações disponíveis em: <<http://www.cultura.mt.gov.br/-/5044591-2-premio-mato-grosso-de-literatura-encerrado>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

Mato Grosso do Sul	Prêmio Guavira de Literatura de Mato Grosso do Sul	http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/fundacao-de-cultura-lanca-edital-do-premio-guavira-de-literatura-de-ms-2015/
Minas Gerais	Prêmio Governo de Minas Gerais de Literatura	http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/premio-governo-de-minas-gerais-de-literatura-abre-inscricoes
Pará	Nenhuma	
Paraíba	Prêmio Literário José Américo de Almeida	http://static.paraiba.pb.gov.br/2014/06/Edital-Edi%C3%A7%C3%B5es-FUNESC-2014.pdf
Paraná	Prêmio Paraná de Literatura	http://www.candido.bpp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=104
Pernambuco	Prêmio Pernambucano de Literatura	Prêmio concedido pelo governo do estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Cultura (Secult) e da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe Editora), instituído por intermédio da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico (Fundarpe). O prêmio tem como objetivo fomentar a produção literária em todas as macrorregiões de Pernambuco, mediante uma política editorial que visa democratizar o acesso ao livro e à leitura, e apresentar-se como uma estratégia para promover a distribuição e circulação da literatura contemporânea pernambucana, aliando-se a outras atividades de fruição e formação de público leitor desenvolvidas pelo sistema Secult-PE/Fundarpe. ²⁰
Piauí	Nenhuma	
Rio de Janeiro	Prêmio Rio de Literatura	O Prêmio Rio de Literatura foi desenvolvido por meio de uma parceria entre a Fundação Cesgranrio e a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, com a intenção de reconhecer a qualidade da produção literária nacional.
RN	Nenhuma	
RS	Prêmio Moacyr Scliar de Literatura	http://www.cultura.rs.gov.br/v2/wp-content/uploads/2012/09/Edital-no-24-de-2012-Premio-Moacyr-Scliar-de-Literatura-2012-Conto.pdf Prêmio Apolinário Porto Alegre de Literatura (em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura).
Rondônia	Nenhuma	
Roraima	Concursos Dorval de Magalhães, de poesia; Roraima – Contos e Lendas; e Jovens Escritores da Literatura	http://www.secult.rr.gov.br/site/?governoderoraima=noticias_ver&id=92
Santa Catarina	Prêmio Cruz e Sousa	http://www.fcc.sc.gov.br/index.php?mod=pagina&id=7227
São Paulo	Prêmio São Paulo de Literatura	http://www.premiosaopaulodeliteratura.org.br/
Sergipe	Concurso Literário Ofensia Soares Freire	http://seed.se.gov.br/arquivos/Regulamento_Concurso_Literario_Ofensia_Freire.pdf
Tocantins	Nenhuma	

Quadro 30: Premiações concedidas pelos governos estaduais

Nesta seção, tivemos a intenção de fazer um inventário tentativo das premiações literárias existentes no país, não obstante a pluralidade e diversidade dos inúmeros casos existentes e aqui não mapeados. Optamos por não incluir as premiações concedidas no âmbito das secretarias municipais de cultura e educação, assim como das demais instituições de pequeno porte existentes nos mais de 5 mil municípios brasileiros, tarefa que, por si só, renderia um amplo espectro de pesquisa e investigação, aqui somente iniciada. De fato, embora a pesquisa não tenha contemplado experiências conduzidas por

²⁰ Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/editais/5o-premio-pernambuco-de-literatura/#sthash.5sUwIYPy.dpuf>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

secretarias municipais, destacamos aqui dois municípios com iniciativas relacionadas à elaboração de editais de premiações literárias. São eles: Ribeirão Preto, que organiza o Prêmio Ribeiro das Letras de Literatura em parceria com a Fundação Instituto do Livro; e, Porto Alegre, que organiza o Prêmio Açorianos de Literatura Adulta e Infantil do Instituto do Livro, que em 2016 teve sua 23ª edição.

CAPÍTULO 3

OS ELEMENTOS DE CONSAGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LITERÁRIO: O CASO DO ARQUIVO-MUSEU DE LITERATURA BRASILEIRA DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

“Colecionador ou não colecionador, que tenha em casa um retrato ou uma carta, um poema, um documento de escritor brasileiro digno de nome de escritor, e pode com ele *enulentar*[sic]o arquivo-museu menino, dirigido pelo espírito público de Plínio Doyle na Casa de Rui Barbosa: faça um ‘beau geste’, mande isso para São Clemente 134, e terá oferecido a si mesmo um prêmio de uma satisfação generosa. (ANDRADE, 1973, p.5)”²¹.

O trecho da crônica acima foi escrita por Carlos Drummond de Andrade e publicado no Jornal do Brasil no ano de 1973. Na passagem, o autor referia-se ao recém-criado Arquivo-Museu de Literatura Brasileira e pedia aos leitores, gentilmente, que fizessem o “belo gesto” de enviar materiais – tais como manuscritos, poemas e obras ao acervo do Arquivo-Museu de Literatura (AMLB) recém criado na Fundação Casa de Rui Barbosa. Como afirmara a atual gestora do AMLB, Rosângela Rangel, a doação do arquivo de Carlos Drummond – feita pelo próprio- foi um caso à parte. Ele- desde a criação do AMLB, no ano de 1972, - já vislumbrava destinar seus escritos para aquela Fundação. O que nos surpreende na colocação acima é que, a despeito do espírito democrático e universal que nascia junto à instituição recém-criada, os gestores do AMLB, parecem ter reproduzido um padrão- ao fim e ao cabo-, que se caracterizaria pela seleção de ‘eleitos’ a compor o universo de titulares com acervo ali depositado. A partir dessa pequena contradição a que tivemos acesso por meio das palavras de Drummond, passamos a nos perguntar os motivos pelos quais somente alguns eleitos tiveram a entrada garantida- sobretudo nos primeiros anos de existência do Arquivo-Museu?

Neste capítulo, motivada pelas atividades arquivísticas e museológicas do Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa (AMLB/FCRB) tentaremos examinar as possíveis respostas a essa pergunta, à luz dos desafios

²¹No contexto do AMLB, destaca-se ainda o encontro de intelectuais na casa do então diretor do Arquivo-Museu, Plínio Doyle, que desde 1964 realizava, em sua residência na Rua Barão de Jaguaripe, encontros literários que compunham o “Sabadoyle” e contavam com um expressivo número de intelectuais.

apresentados pelo processo de musealização dos arquivos literários. No intuito de compreendermos as razões em torno das quais os elementos de consagração encontraram-se fortemente presentes como característicos na biografia dos titulares dos acervos do AMLB, por meio dos processos de aquisição abertos na FCRB, tentaremos elencar os critérios pelos quais tais elementos encontram-se fortemente presentes como característica biográfica dos titulares dos arquivos. Os processos que levaram às doações ao acervo oferecem interessantes elementos porque nos mostram as razões pelas quais o acervo constituiu-se.

Uma primeira conclusão a que podemos chegar é a de que os elementos de consagração parecem encontrar-se muito presentes no processo de delimitação do acervo do AMLB e aqui tentaremos compreender os motivos que poderiam ter resultado na formação de um arquivo com tal característica. Há que se notar, primeiramente, os motivos que resultaram na criação do AMLB, amplamente divulgado nos trabalhos sobre o tema (RANGEL, 2008, 2018; VASCONCELLOS E XAVIER, 2012). Em primeiro lugar, de que o AMLB teria sido criado sob um apelo do próprio Drummond em sua coluna de 11 de julho de 1972 e que se lamentava ele pela *falta de um museu de literatura como defesa contra as perdas [de nossa] da memória literária* (VASCONCELLOS & XAVIER, 2012). O contexto de sua criação se relaciona com a publicação, em 11 de julho de 1972, no Suplemento Caderno B do Jornal do Brasil, da crônica intitulada “*Museu: Fantasia?*”, de Carlos Drummond de Andrade. Nela, o poeta ressaltava a necessidade de criação de um *órgão especializado, de um museu vivo que preservasse a tradição escrita brasileira, constante não só de papéis como de objetos relacionados com a criação e a vida dos escritores* (ANDRADE, 1972). Dizia Drummond: “*Meu sonho é ver reunidos, em sala bem arrumada, o manuscrito de Iracema, o tinteiro de Alphonsus de Guimarães, o caderno de exercício de alemão de Machado de Assis e uma lembrança de Lima Barreto e mais isso ou aquilo que nos restitua a presença, o esforço criador, a esquecida memória dos que, no Brasil, praticavam o ofício da palavra*” (ANDRADE, 1972).

Ocorre que, se Drummond se constitui no idealizador do AMLB, teria sido o advogado e bibliófilo Plínio Doyle o responsável pela execução de sua ideia:

“Em 1972, ainda no Sindicato, por sugestão de Carlos Drummond de Andrade, iniciei as providências necessárias à criação de um órgão ou entidade que pudesse, no futuro, conservar nossos arquivos, com outros que fossem obtidos. Nossa primeira tentativa foi o José Olímpio, com sua livraria-editora, que a princípio aceitou a idéia da criação de uma fundação com seu nome. Pedi então a Lacombe [Americo Jacobina Lacombe] cópia do documento de criação da Fundação Casa de Rui Barbosa e, explicando a razão do pedido, ele logo se mostrou favorável à idéia de ser levado o assunto para a própria Casa.[...] Voltei para a Casa Rui, e o Lacombe, juntamente com Irapoan Cavalcanti de

Lira, diretor executivo, e o Maximiano de Carvalho e Silva, diretor do Centro de Pesquisa, criaram o Arquivo-Museu de Literatura”, cujo ato foi assinado a 28 de dezembro de 1972 com uma pequena exposição na Sala da Constituição” (DOYLE, 1999;124)

A trajetória biográfica de Plínio Doyle é um importante elemento para examinarmos no intuito de compreendermos a presença de elementos de consagração em tantos perfis. A começar, advogado de formação, entre os anos de 1935 e 1960, trabalhara para a Editora José Olímpio. Importante destacar a importância desse trabalho na formação do círculo intelectual ao redor de Plínio. Como afirmara Rangel a respeito da Livraria: “A José Olympio foi muito mais que uma livraria e editora; foi um espaço de convívio, de bate-papo, de troca de ideias [...]e foi ainda um importante ponto de encontro de escritores e intelectuais “(RANGEL, 2008; 24).”*Os novos autores tinham a José Olímpio como referência e sonhavam ser editados por ela*”(RANGEL, 2008;25). José Olímpio foi o editor de Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Luiz Jardim. O contato de Plínio com o escritor Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, esteve fortemente relacionada à Livraria. Os dois eram velhos conhecidos dos tempos em que frequentavam o local. Além disso, o próprio José Olímpio – amigo pessoal de Plínio- doara pessoalmente parte do acervo da Livraria ao Arquivo-Museu. O próprio Plínio afirmara em seu livro autobiográfico: “*Lá conheci todos os autores da época, e nos almoços de quarta feira conversávamos muito*” (DOYLE, 1999;43). Esse trabalho lhe abriu portas, possibilitando a Plínio a criação de fortes vínculos com nomes consagrados da literatura brasileira à época.

Além do círculo social que o trabalho na Livraria representara, há que se destacar que esteve à frente do Sábado Doyle – nome dado em alusão ao anfitrião Plínio Doyle que protagonizara, em sua residência, a começar na Rua Barão de Jaguaribe, em Ipanema, Zona Sul do Rio de Janeiro, reuniões literárias, ocorridas sistematicamente entre os anos de 1964 e 1998. Tais reuniões parecem ter conferido estrutura ao campo do patrimônio literário relacionado ao AMLB pelas amizades que naquelas reuniões foram formadas, pelas posições tomadas e pelos debates que ali sucederam. Consideradas pela imprensa da época como os acadêmicos sem fardão (RANGEL, 2008; 12), elas se constituíram, antes de tudo, no lugar por excelência da fermentação intelectual em torno da constituição do AMLB e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, contribuindo para a constituição do perfil do acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Uma das conseqüências observáveis tange a influência do grupo na escolha, para a composição do acervo, de escritores que se constituem justamente em ‘ícones da cultura letrada’. “Como diretor do Arquivo-Museu, Doyle estimulou as

doações de arquivos para o departamento recém criado, sendo as reuniões do Sabadoyle o ambiente propício para a solicitação de tais doações (RANGEL, 2008;31).

Além do Sabadoyle, Rangel registra a passagem de Doyle pela Academia Brasileira de Letras onde assistiria aos discursos de Afrânio Peixoto, Silva Ramos, Carlos de Laet- tendo sido alguns, inclusive, seus professores (RANGEL, 2008; 17). Também foi registrada passagem de Doyle pelos salões de leituras da Biblioteca Nacional. O significativo convite feito em 1971 por Adonias filho (RANGEL, 2008;32) para que Doyle organizasse a Associação Profissional dos Escritores do Estado da Guanabara também mostra a forte aproximação deste com o círculo literário. A Associação funcionaria na mesma sala do Sindicato dos Escritores do Estado da Guanabara (RANGEL, 2008;32)

O terceiro fator deve-se à relação que estabeleceria entre ele e a Fundação Casa de Rui Barbosa, dirigida à época por Américo Jacobina Lacombe. Eles teriam cursado juntos o Colégio Ateneu. Nesta época, Plínio conhecera Americo, que se tornaria seu amigo por toda a vida e que – diga-se de passagem – também participara do núcleo fundador do Sabadoyle: *“a relação de Plínio Doyle com a Fundação Casa de Rui Barbosa teve sua origem na amizade com Américo Jacobina Lacombe, iniciada na mocidade de ambos, a partir de 1926. Passaram juntos para os exames da banca do Colégio Pedro II”*(RANGEL 2008;14). Também teriam freqüentado a mesma faculdade de Direito. Além da relação pessoal e afetiva de tempos escolares, os dois estabeleceram algumas promissoras parcerias profissionais. Lacombe, que, ao longo dos anos, em seus cadernos, fizera anotações que contribuiriam para a elaboração do roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa²², recebera ajuda de Plínio na revisão. Além disso, cita-se a relação hierárquica existente entre os dois na Casa Rui: enquanto Americo dirigira a Casa – no período correspondente aos anos de 1939 a 1993 - , Plínio Doyle teria sido, naquela mesma instituição, membro do Conselho Consultivo (Portaria publicada em 31.08.1970) e Diretor do Arquivo Museu de Literatura entre os anos de 1972 e XXX (RANGEL, 2008;31).

²² LACOMBE, Américo Jacobina. Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa, vol II e II. Rio de Janeiro: Ministério da educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1974.



Figura 3: Fotografia Plínio Doyle abraçando Americo Jacobina Lacombe no Sabadoyle, Rio de Janeiro. S.d. In Memória Literária XIV – Dedicatórias: Falam os amigos- Homenagem a Plínio Doyle.

Além do círculo intelectual criado ao redor de Plínio Doyle, muitos desses escritores com os quais se relacionava estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, com a questão das políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, *quer na atuação direta na Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Sphan/Dphan²³ e na relação que mantinham com seu dirigente ou funcionários, quer participando das publicações do órgão e, ainda, divulgando a iniciativa com manifestações na imprensa*, fato que explica também a atenção dada à manutenção e guarda de seus arquivos pessoais. Do grupo intelectual ao redor de Plínio, podemos citar Prudente de Moraes Neto, Manuel Bandeira e Pedro Nava (FERRANDO, 2018).

²³ Muito importante destacar a participação do SPHAN que, criado em 1937 por meio do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro, se constitui no órgão responsável pela formulação e implementação de ações e políticas na área do patrimônio cultural brasileiro.

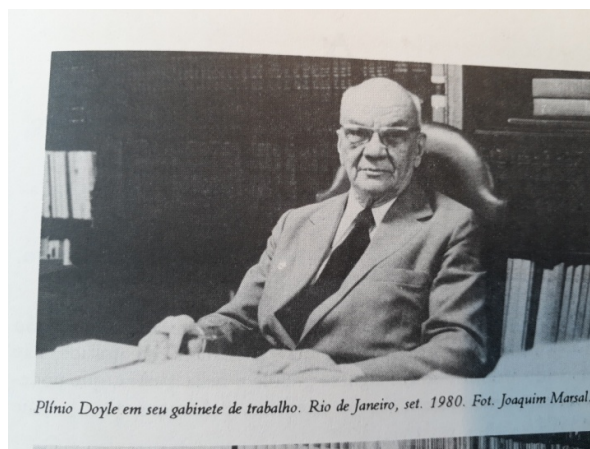


Figura 4: Fotografia Plínio no seu gabinete de trabalho, set. 1980. In Memória Literária XIV – Dedicatórias: Falam os amigos- Homenagem a Plínio Doyle.

Surge, com isso, uma série de negociações a partir de relações estabelecidas em diferentes instâncias que culminará não somente com a efetiva criação do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, mas, sobretudo – e nesse caso é o que aqui nos importará – aquelas negociações para a composição do acervo literário. Podemos notar, no caso aqui em questão, que os acervos recebidos pela Casa passam a relacionar-se a escritores integrantes do círculo social e de convivência do primeiro diretor do Arquivo-Museu, o advogado e bibliófilo Plínio Doyle. Naquela época, não havia práticas administrativas de registro em documentos de doação. De acordo com relato realizado pela atual gestora do AMLB, Rosângela Florido Rangel, ele solicitava pessoalmente aos doadores, e a eles apresentava o a proposta do AMLB. Em contrapartida à doação, familiares e titulares recebiam, do próprio Plínio, uma carta padrão que registrava o agradecimento e destacava a relevância da doação do arquivo para o AMLB, conforme documento abaixo:

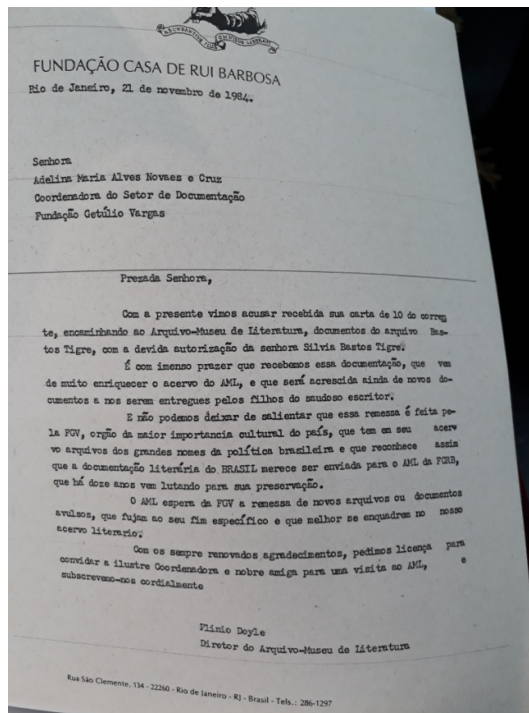


Figura 5: Correspondência oficial de Plínio Doyle contendo agradecimento pela doação do acervo. 25.11.1986. In Arquivo institucional FCRB.Processo n 10/88.pg.41. Instrumento de compra e venda

As cartas trocadas entre o diretor do Arquivo-Museu e os titulares de acervo e seus familiares mostram a proximidade que existia na determinação dos arquivos que ali seriam recebidos. Além dessa correspondência ‘padrão’ a que era destinada aos titulares doadores, nos processos de doação - que se encontram no Arquivo Institucional da Fundação para consulta- encontramos, em cartas trocadas, a expressão de afetos e de um círculo social estabelecido em torno do bibliófilo.

“Devo confessar que se hoje aqui estou isto se deve a Plínio Doyle. Não é que ele me fez prometer – com testemunhas e tudo – doar para a Casa Rui Barbosa: 1) uma lista completa dos livros publicados; 2) todo meu arquivo literário.

- Mas Plínio...

- Sim, sim sim, mãos à obra.

Pois é. Fui organizar a lista de livros e o próprio Plínio se admirou:215 títulos. Fui espiar meus álbuns de recorte e deparei 47 álbuns deste tamanho. De modo que aqui estão 70 anos de testemunhos literários. De uma autora do século XX cujos escritos começaram a ser publicados quando a autora tinha dezesseis anos....

Amigos: em memória da dedicação providencial de minha mãe e, cumprindo a promessa feita a Plínio Doyle, deixo em vossas mãos esses arquivos não implacáveis.

Carta de Stella Leonardosa Plínio Doyle em 30.03.2001. (ANEXO1)

Nesse período, registra-se a entrada de escritores integrantes ou próximos ao seu círculo social. Dos elementos de consagração estudados nesse trabalho, ou seja, a presença de escritores premiados e pertencentes a academias literárias, podemos facilmente identificá-los entre os amigos de Plínio. Podem ser enumerados os seguintes amigos de Plínio e que se constituem titulares com acervo no AMLB: Pedro Nava, Paulo Gurgel Valente (filho da Clarice Lispector), Andrade Muricy, Cyro dos Anjos, Gilberto Amado, Homero Homem, Lúcio de Mendonça, Luís Jardim, Luis Viana Filho, Manuel Bandeira, Maria José de Queirós, Murilo Araújo, Murillo Miranda, Olga Savary, Paulo Rangel, Pedro Nava, Peregrino Júnior, Péricles Madureira de Pinho, Prudente de Moraes Neto, Raimundo Magalhães Junior, Raul Lima, Renato Almeida, Rodrigo Otávio Filho, Rosário Fusco, Rubem Braga, Sílvio Meira, StellasLeonardos, Tânia Serra, Thiers Martins Moreira. Do total de 134 titulares constantes no Guia de Acervo do AMLB, 33 tinham com ele uma relação direta ou indireta (familiares).

“ O primeiro grande arquivo foi o de José Candido de Andrade Murici, doado ainda em vida pelo escritor, e que eu próprio, em companhia de Galante de Sousa e de Cláudia Silveira, fui apanhar em sua residência à Rua Pires de Almeida, em Laranjeiras[...]. Depois, com o correr dos anos, vieram outros arquivos, como o de Carlos Drummond de Andrade, que cada sábado, na reunião do Sabadoyle, me entregava um pouco da sua documentação. A seguir, os de Pedro Nava, Manuel Bandeira, Lúcio Cardoso, José Olímpio, Augusto Meyer, Thiers Martins Moreira, Cornélio Penna, Rodrigo Otávio Filho, Cyro dos Anjos, Clarice Lispector, Wilson Martins, Osman Lins, Murilo Miranda, Joaquim Inojosa, Hélio Pelegrino, Vivaldo Coaraci, Gilberto Amado, Genolino Amado, Rui Ribeiro Couto, Paulo Rangel, Carlos Castello Branco, Rubem Braga, Antônio Callado, e outros que podem ter escapado”. (DOYLE, 1999;125)

No que tange à lista de doadores, ressalta-se o fato de ter sido o próprio Plínio um dos mais expressivos doadores de acervo ao AMLB, a começar por sua biblioteca, um composto de cerca de 25 mil livros a que, registrada à parte, teria sido denominada por “Biblioteca Plínio Doyle”, vendida à Fundação em 1988, durante o período em que esteve à frente do AMLB, pelo valor de Cz\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados)²⁴.

À época, estabeleceu-se uma comissão, nomeada pelo então ministro da Cultura Celso Furtado, para avaliar o montante da biblioteca. Percebamos o perfil da comissão e que nos mostra, de antemão, as fortes intenções por parte da Fundação na aquisição do acervo. Instituída respectivamente pelo Dr. Américo Jacobina Lacombe – já apontado anteriormente como tendo uma forte relação de amizade com Doyle; Carlos Drummond

²⁴ Arquivo institucional FCRB.Processo n 10/88.pg.41. Instrumento de compra e venda.

de Andrade – amigo pessoal, frequentador do Sabadoyle e principal ideólogo do Arquivo-Museu; José E. Mindlin – amigo e frequentador do Sabadoyle. Os outros demais membros da Comissão foram Pedro Paulo de Senna Madureira (editor) e Margarete Elizabeth Cardoso, especialista em avaliação de bibliotecas. A aquisição da biblioteca, ao fim, justificou-se por ser esta um “*excepcional conjunto de literatura brasileira dos séculos XIX e XX, formado no curso de mais de 60 anos de persistente pesquisa*” de Plínio, conforme o documento ‘Resumo do relatório da Comissão’ que aqui reproduzimos:

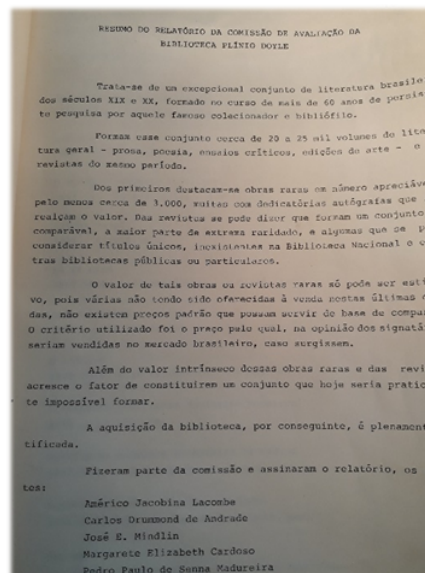


Figura 6: Documento Resumo do relatório da Comissão.s.d.InArquivo institucional FCRB.Processo n 10/88.pg.41. Instrumento de compra e venda.

O catálogo de periódicos do acervo de Plínio foi, inclusive, editado pela própria Fundação – sob a orientação do próprio Plínio- e que teve como objetivo apresentar os 1788 títulos de sua coleção, integrada a Casa em 1988 e por ele atualizada até outubro de 1999.



Figura 7: Imagem da capa da publicação intitulada “Catálogo de Periódicos da Coleção Plínio Doyle”, editado pela Fundação Casa de Rui Barbosa em 2000.

O evento de doação da biblioteca foi, também, objeto de registro nas reuniões do Sabadoyle (Rangel 2008,2018;SENNA, 2000), impressões que aqui reproduzimos:

“A ata de hoje, de número 744, não é de alegria, mas também não é de tristeza, sentimento que não existe entre os Sabadoylianos. Todos já sabem que esses livros vão sair desse nosso estimado ambiente para a Fundação Casa de Rui Barbosa em virtude da venda que fiz, do meu maior interesse, primeiro por que preservei o patrimônio cultural que tomou cerca de sessenta anos de minha vida para ser organizado, com o carinho e o amor que sempre dediquei aos livros; segundo porque não posso mais dedicar ao livro o mesmo carinho e amor de sempre, e que eles merecem e precisam. Mas todos vão ficar na Fundação, sob as minhas vistas, pois passam a fazer parte do Arquivo-Museu de Literatura ou melhor ao Centro de Literatura Brasileira em que se transformará o Arquivo-Museu de Literatura, com a incorporação de nossa biblioteca.

Aqui nesse segundo andar da rua Barão de Jaguaripe n 74, nós nos reunimos desde junho de 1972 – são portanto quase 16 anos; fatos que a memória guardou lembram que, voltando eu e esmeralda de uma viagem à Europa, logo após o aniversário de Sônia, fiz a reunião aqui ainda sem total arrumação. Mas as atas, não sei de quem foi a lembrança, só tiveram início em novembro de 1972, com um belíssimo poema de Alphonsus de Guimaraes Filho. Tivessem as atas começado em 1964 e a de hoje teria sido o número 1149. [...]

Os livros ficarão ainda algum tempo aqui no segundo andar do 74, sob a responsabilidade da Fundação; mas vai ter início o serviço de preparo das fichas, e já podemos prever a balburdia que vai pairar por aqui.[...]”

Abaixo, uma pequena nota de próprio punho, Plínio assim conclamava os integrantes do Sabadoyle:

“em tempo: todos os companheiros receberam, naturalmente, pelo correio, o convite expedido pela Casa de Rui Barbosa para a entrega simbólica do acervo bibliográfico deste nosso Sabadoyle ao Presidente da Fundação, Dr. Americo Jacobina Lacombe no dia 25 próximo”

Além de sua biblioteca, o arquivo pessoal de Plínio, que reúne aproximadamente 10 mil documentos, faz parte dos acervos que estão sob a guarda do AMLB (RANGEL, 2008;29). Integram o acervo museológico de Plínio sob a guarda do AMLB objetos, *medalhas, por exemplo, referentes a homenagens recebidas por Doyle ao longo de sua vida* (RANGEL,2008;30).

Eis um indício que mostra não somente a aproximação entre espaço público e privado mas, sobretudo, a relação afetiva estabelecida entre o Diretor do Arquivo-Museu e o acervo ali depositado. Em correspondência oficial da Casa de Rui Barbosa ao escritor Guilherme de Figueiredo, Plínio acusa o recebimento dos Romances *Viagem e 14 tilsitt*, do autor, utilizando o pronome possessivo “meu” ao referir-se ao arquivo-Museu do qual era seu diretor:

“Meu caro Guilherme. Acabo de receber mais duas preciosidades para o “meu” Arquivo-Museu de literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa: os originais datilografados, com alterações manuscritas dos seus romances: Viagem e 14 tilsitt, o primeiro com dedicatória excelente, pois conta a história do livro e as suas possíveis consequências. Tudo vai ser devidamente registrado, e logo informarei número no catálogo” (FONTE)

Muito interessante perceber a proximidade encontrada entre o espaço privado do Diretor do AMLB e aquele da Casa de Rui Barbosa. Em primeiro lugar, o próprio gestor do Arquivo-Museu transferira para o espaço público acervo pessoal do qual era o seu próprio gestor. Além disso, dentro de sua residência estivera incumbida a Fundação de preparar sua biblioteca para transferência ao espaço público. O terceiro ponto a que chamamos atenção é o convite feito aos membros de seu círculo social, o que promovera um movimento pela doação de seus acervos pessoais como veremos a seguir.

Há que se destacar ainda mais um elemento: o impacto que a presença e o trabalho de Plínio Doyle, à frente do Arquivo-Museu, representara à instituição. Sobre esse ponto, versa um catálogo de exposição organizada na própria Fundação com o título *Entre Livros e outros amigos: homenagem a Plínio Doyle*, inaugurada no dia 9 de novembro de 2001, conforme mostra a figura abaixo.

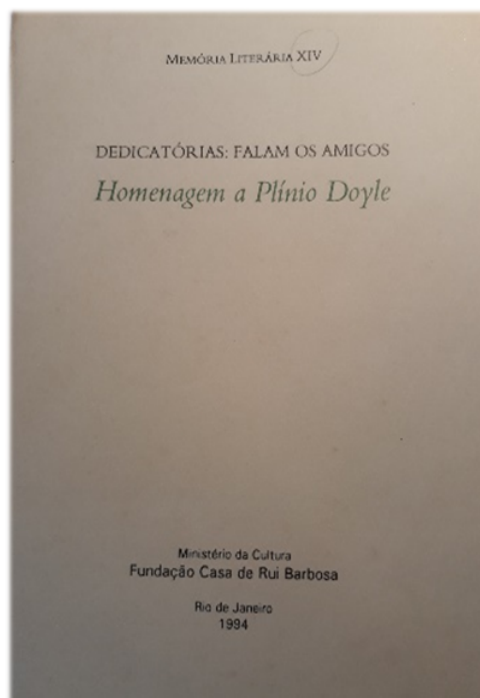


Figura 8: Foto de capa do catálogo da exposição “ Memória Literária XIV- Dedicatórias: Falam os amigos- Homenagem a Plínio Doyle”, realizada em 2001. Publicação editada pela Fundação Casa de Rui Barbosa.

A exposição oferece muitos elementos que apontam a relação afetiva entre Plínio e os potenciais titulares de acervo do AMLB. A partir de um levantamento feito pela equipe do Arquivo-Museu, foi selecionado para a exposição exemplares de livros que continham dedicatórias manuscritas de autores falecidos. Seguiu-se, a partir daí, uma segunda triagem que se constituiu na seleção daquelas que seriam postas à exposição à Plínio Mostra, ocorrida em 1994, se constituiu em uma mostra de dedicatórias à Plínio selecionadas pela equipe do AMLB (CRB, 1994;4). Essas dedicatórias oferecem interessantes elementos para examinarmos as relações sociais do bibliófilo. A seguir, apresentamos tabela contendo listagem dos autores, as dedicatórias correspondentes e, na última coluna, se eram estes titulares de acervo no AMLB.

AUTOR	DEDICATÓRIA	ENTRADA DO ACERVO PESSOAL NO AMLB
1.Guilherme de Almeida	Ao Plínio Doyle-à sua alma/irmã, esta rosa sem perfume/mas de coração. Guilherme/São Paulo, 6.V.1965	Não
2.José Américo de Almeida	Ao amigo Plinio Doyle, lembrança cordial do José Américo	Não
3.Gilberto Amado	Para meu Plínio Doyle, presença importantíssima na minha vida, companheiro do meu espírito em viagens encantadoras pelos domínios da cultura, favorito de Donana, flor de humanismo, gentilhomme de nascença, com o abraço do Gilberto Amado. 1969	1975
4.Carlos Drummond de Andrade	Esmeralda e Plinio: perdoai se errei na dose... Amai!. Rio, outubro, 1975.	1972
5.Manuel Bandeira	A Plinio e esmeralda, lembrança do Manuel. Rio 1966	1978
6.Gustavo Barroso	Para Plinio Doyle, homenagem muito cordial de Gustavo Barroso	Não
7.Raul Bopp	Ao grande Plinio Doyle que valorizou uma parte dos sábados com encontros intelectuais agradáveis, com adição de bolos e cafezinhos, e um bem-querer a todos que frequentem regularmente sua biblioteca e também os que, como eu, por motivos pessoais (médicos) poucas vezes tomam parte nessas convivências agradáveis, muito cordialmente, Raul Bopp. 1 de abril de 1977	Não
8.Lucio Cardoso	Ao amigo Plinio Doyle, esse motivo de férias a bordo. Lúcio Cardoso, Rio. 1966.	1982
9.Luis da Câmara Cascudo	Para Plínio Doyle, uma presença de admiração e ternura humana deste. Luis da Câmara Cascudo. 13-VII-76	não
10.Amando Fontes	Ao prezado amigo Plinio Doyle, com cordial abraço do Amando Fontes	não
11.Afonso Arinos de Melo Franco	A Plínio Doyle a quem tanto devem as letras brasileiras, do seu amigo, Afonso Arinos. Rio. Nov. 1965	2010
12.Gilberto Freire	A Plínio Doyle – quem mais apto a conservar com carinho esta raríssima – exemplar perfeito-edição de Casa Grande e Senzala? Abraços de Gilberto Freire. Rio.73	Não
13.Joaquim Inojosa	Ao meu caro Plinio Doyle, pela amizade que vem dos nossos primeiros contatos profissionais de advogados no Rio de Janeiro, há 40 anos, ao mais recente Sabadoyle, que é o de hoje, tudo lindo, limpo, ' sem jaça', cordialidade pessoal e familiar, considerando o Sabadoyle uma família, à qual pertenco por obra e graça de seu fundador. Rio, 15.11.75. Joaquim Inojosa.	1974
14.Luís Jardim	Para Plinio Doyle, senhor dos livros, mais este livrinho para a sua coleção. Com admiração e outro abraço do jardim. Rio – 2.6.65	sem data
15.Americo Jacobina Lacombe	Para Plinio Doyle, o mais antigo amigo que tenho, co gratidão pela colaboração que deu a este trabalho, abraça-o, Lacombe, 7-VII-986	Não
16.Orígenes Lessa	Plinio Doyle: muito desvanecido por encontrar este livro em suas mãos, dou-lhe uma boa notícia: você acaba de descobrir uma fortuna. A edição deste livro foi apenas 500 exemplares. No dia em que os ' Mercadores' se derem conta detes fato, este volume vai subir tremendamente de cotação. Sinceramente, você acaba de adquirir uma mina de outro!	Não

	21.7.74. Origenes Lessa.	
17.Álvaro Lins	A Plinio Doyle, cordialmente oferece, com estima e apreço, Álvaro Lis. Outubro-1956.	Não
18.Clarice Lispector	A dr. Plinio Doyle, minha admiração e minha estima. Clarice Lispector	1978
19.Thiers Martins Moreira	Ao Plinio, of. Este pequeno livro de um Menino, que só vale para a sua admirável coleção porque é de uma criança. Thiers	1972
20.Pedro Nava	A Plinio Doyle, esse exemplar de prova, fora de edição, do Galo das Trevas, oferece Pedro Nava. Natal 1981. Rio . * Foram tirados 3 exemplares.	1985
21.Peregrino Junior	Ao Plinio Doyle bom amigo bom vizinho, grande machadeano, cujo amor lúcido dos livros o situa na minha mais viva admiração – com o reconhecimento e aafetuosa amizade do Peregrino Junior	1966
22.Marques Rebelo	Ao Plínio, eis um livro que eu não tenho... Rebelo	2009
23.José Lins do Rego	Para o Plínio, do amigo José Lins do Rego	Não
24.João Guimarães Rosa	Meu caro Plinio Doyle: Todos os livros têm também de ser um pouco seus- de você, que os ama, co argúcia e entendimento. Como seus são a admiração e o afeto do Guimarães Rosa.	Não
25.Luís Vianna Filho	Ao querido Plinio Doyle, o grande anfitrião dos Sabadoyles com o melhor afeto do seu amigo. Luiz. 14.8.1976	Sem data

Figura 9: Tabela contendo dedicatórias à Plínio Doyle e identificação dos autores a ela relacionadas..Fonte: Memória Literária XIV – Dedicatórias: Falam os amigos- Homenagem a Plínio Doyle.

Aqui nos parece muito significativo, em primeiro lugar, que dos autores das 25 dedicatórias selecionadas e expostas na exposição, 13 se constituem como titulares de acervo do Arquivo-Museu. São eles: Gilberto Amado, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Lucio Cardoso, Afonso Arinos de Melo Franco, Joaquim Inojosa, Luiz Jardim, Clarice Lispector, Thiers Martins Moreira, Pedro Nava, Peregrino Junior, Marques Rebelo e Luiz Viana Filho. Em segundo lugar, destaca-se que a entrada no acervo do AMLB de grande parte dos titulares ocorrera no período de gestão de Plínio à frente do AMLB, com exceção da doação do arquivo de Marques Rebelo -ocorrida em 2009- e de Afonso Arinos de Melo Franco, em 2010. Além desses, duas dedicatórias são de especial destaque, dada sua importância no âmbito político. A primeira, do próprio Américo Jacobina Lacombe referindo-se à Plínio como “o mais antigo amigo”. Aqui, é preciso lembrar que era este Presidente da Casa Rui Barbosa em parte do período em que Plínio era o Diretor do Arquivo-Museu. A segunda, o de Gustavo Barroso, que fora importante personalidade no cenário nacional no que diz respeito ao seu protagonismo como Diretor

do Museu Histórico Nacional e no âmbito da arena das políticas de preservação do patrimônio cultural²⁵. Assim observa VASCONCELLOS(1994):

“Os textos das dedicatórias ressaltam a importância da coleção Plínio Doyle para o estudioso de Literatura brasileira. Nota-se na exposição a presença maciça de nossos escritores. Alguns ligados a Plínio Doyle por afeição e outros que tiveram lugar em suas estantes graças ao espírito empreendedor e dedicado às letras nacionais; uns mais próximos, ou outros menos próximos, enfim. Essas dedicatórias nos parecem indicar e fortalecer o argumento segundo o qual as relações afetivas e sociais se constituíram como um forte elemento na constituição dessa ‘memória nacional’.

Aqui, um último e não menos importante dado nos chamou muita atenção. Ao entrar nas dependências do Arquivo-Museu - atualmente localizado no térreo do edifício anexo da Fundação Casa de Rui Barbosa-, o visitante depara-se com antigos painéis, com cerca de 2mX1,5m, contendo imagens do Sabadoyle. Dentre as imagens com que se depara o visitante, a sala do apartamento de Plínio Doyle, localizado à Rua Barão de Jaguaribe, em Ipanema; outra, do grupo do Sabadoyle. No primeiro plano, encontram-se Alphonsus de Guimarães Filho e Carlos Drummond de Andrade – ambos, diga-se de passagem, doadores de acervo ao AMLB. Podemos observar na imagem abaixo:



Figura 10: Poster do Sabadoyle em exposição na sala do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira

²⁵ *Aqui, destaca-se o protagonismo de Barroso no cenário nacional em geral e carioca, em particular: “o pensamento barrosiano materializou-se em diversos projetos como o do Museu Histórico Nacional (1922), o Curso de Museus (1932), a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934), dentre outros que ficaram apenas no papel.*

Abaixo, outra imagem com a qual o visitante do Arquivo-Museu depara-se: foto da confraria durante reunião comemorativa dos 50 anos da Semana de Arte moderna, em 14.07.1973. A partir da esquerda, em pé, Prudente de Moraes Neto, Carlos Drummond de Andrade, Marins de Almeida, Pedro Nava, Afonso Arinos, Enrique de Rezende e Edmundo Lys. Sentados: Teixeira Soares, Joaquim Inojosa, Cândido Mota Filho, José Américo de Almeida, Raul Bopp, Peregrino Junior e Murilo Araújo.



Figura 11: Poster do Sabadoyle em exposição na sala do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira

Todas essas ocorrências nos parecem tratar do que Maurice Halbwachs(1990) denominou por pontos de referência do grupo, que estruturam sua memória e que a inserem na memória da coletividade, diferenciando-os dos outros, reforçando sentimentos de pertencimento e estabelecendo fronteiras socioculturais. Parece que a presença dessas imagens a compor hoje o cenário do AMLB marca um esforço de manutenção, de coerência, de unidade e de continuidade da historiografia em torno da criação do Arquivo-Museu. Isso se dá quando estão sendo recolocados não somente os valores que a instituição e seus gestores inculcam a memória produzida pelas atividades arquivísticas e museológicas que representam a existência do AMLB.

Aqui, chegamos ao seguinte ponto: Ocorre que, não obstante haver no interior do campo literário brasileiro uma pluralidade do que podemos denominar por “memórias literárias nacionais”, essa área dos valores partilhados pelo referido grupo mostrou-se bastante ampla, penetrando o espaço público e, uma vez que essa memória invadira tal espaço, reivindicações múltiplas parecem ter se formado e, por conseguinte, se acoplado a essa disputa de memória..Tudo isso está em cena durante o processo de musealização,

para manter a coesão do referido grupo e das instituições responsáveis pela definição e preservação da memória literária, definindo seu respectivo lugar, sua complementaridade, assim como suas oposições- se este for o caso.

Todas essas ocorrências nos mostram o desafio de se pensar a literatura e o escritor em suas relações, por exemplo, com a formação de sua imagem pública e o discurso midiático – de que passa cada vez mais a fazer parte - na medida que deslocam do espaço doméstico para a esfera pública seus arquivos pessoais. E aqui, cabe lembrar – em sintonia com MARQUES (2015) - que ***as imagens do escritor, ao se deslocarem para a cena pública, atuam como uma das forças motivadoras da própria formação dos arquivos literários.*** Aqui devemos lembrar que foi justamente e no período correspondente ao humanismo italiano, a partir do século XIV, que a imagem do escritor – ao lado da de heróis, nobres, santos e bispos- elevou-se ao imaginário coletivo como um dos grandes homens (MARQUES, 2015), tendo atingido seu apogeu no período correspondente ao iluminismo francês. Na sociedade caracterizada pela razão, pela ciência, pelo conceito de humanismo, escritores como Montesquieu, Diderot, Rousseau e Voltaire transformam-se em porta vozes da nação, contribuindo para a formação de um espírito nacional. Com isso, ao assumir esse novo papel, o escritor passa a ser impulsionado a uma vida pública: Opera-se, segundo MARQUES (2015), uma mudança no imaginário coletivo. O escritor passa a ser encarado como figura superior do grande homem (sobrepondo-se a figuras antigas de grandes heróis) e, com o alargamento da República das Letras e a institucionalização do meio literário- que teve as associações como elementos preponderantes- acelera-se a difusão da imagem pública dos homens de letras (MARQUES, 2015).

Comprovam-na, por exemplo, a divulgação em verbetes instados na enciclopédia Itaú Cultural; nas notas biográficas publicadas pela Academia Brasileira de Letras; ou mesmo nas informações biográficas contidas nos verbetes publicados nos dois tomos da Enciclopédia de Literatura brasileira, de Afrânio Coutinho e José Galante de Sousa. Além das obras enciclopédicas, podemos citar aqui os necrológicos e, mais recentemente, tendo em vista o papel das mídias e redes sociais, a expressão de conagração possa ser avaliada segundo critérios de acesso à sites e comunidades destinadas à determinado autor. A avaliação a partir do número de ‘curtidas’ ou mesmo na quantidade de acessos também se mostra ser hoje um indicativo de sua popularidade ou projeção pública.

Isso sem contar as inúmeras possibilidades de pesquisa e reflexão acadêmica que os arquivos pessoais suscitam, tornando-se fonte de pesquisa e produção no âmbito dos estudos universitários e pós-graduados. Outro desdobramento se constitui na publicação de inventários. Com a edição dos inventários, por exemplo, o recém-criado Centro de

Literatura Brasileira – nomenclatura que, por um período que teve início em 1988, passou o AMLB a assumir –assumiu, na apresentação do primeiro número, o intuito e a expressa intenção de *facilitar o acesso à informação e de colocar à disposição do público a documentação que constitui o seu acervo*(FCRB, 1988, p. 7). Foram produzidas as seguintes publicações: *Inventário de arquivos de Thiers Martins Moreira* (FCRB, 1988), *Augusto Meyer* (FCRB, 1988), *Manuel Bandeira* (FCRB,1989), *Lúcio Cardoso* (FCRB, 1989), *Clarice Lispector* (FCRB, 1993), *Vinicius de Moraes*(FCRB, 1995), *Carlos Drummond de Andrade* (FCRB, 1998), *Pedro Nava* (FCRB,2001) e *Antônio Sales* (FCRB, 2007).

Outra estratégia que passou a contribuir para a divulgação dos arquivos foram as exposições organizadas. No caso do AMLB em questão, desde sua criação a organização de eventos expositivos se constituiu em uma de suas principais estratégias para aproximar o público e divulgar os acervos sob sua guarda, revelando ao AMLB características inerentes a uma instituição museológica. Por meio de códigos museográficos, passa o Arquivo-Museu a divulgar informações sobre o seu acervo a fim de promover o conhecimento sobre o acervo adquirido e seu papel na sociedade(BOHMAN, 2017), atividades que serão enumeradas a seguir. A partir de 1974, as exposições passaram a ser intituladas *Memória Literária* e relacionavam-se com a divulgação de datas e eventos comemorativos concernentes à vida e obra de escritores brasileiros e com a doação de peças ao Arquivo-Museu. Entre os anos de 1972 e 1994, foi identificado um total de 10 edições do evento a partir do que se tem registro em catálogos impressos disponíveis no Arquivo Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa. A essa listagem somam-se ainda as exposições “Homenagem a Drummond”, ocorrida em 1982 em comemoração aos 80 anos do poeta; e a exposição “Pedro Nava – tempo, vida e obra”, também em comemoração aos 80 anos do escritor, realizada em 1983, prováveis sexta e sétima edição do evento. Abaixo, a listagem dos temas das exposições organizadas no período 1972-1986.

Exposição	Ano	Título
Memória Literária II	1975	Homenagem à Academia Brasileira de Letras.
Memória Literária III	1978	Homenagem a Manuel Bandeira.
Memória Literária IV	1979	Homenagem a José de Alencar (1829-1979)
Memória Literária V	1979	Os Dois Mundos de Cornelio Penna.
Memória Literária VIII	1984	Homenagem a Bernardo Guimarães.
Memória Literária IX	1985	Afonso Arinos – Exposição comemorativa dos seus 80 anos.
Memória Literária X	1986	Manuel Bandeira: um novo itinerário – Exposição comemorativa do centenário do seu nascimento
Memória Literária XI	1988	Osman Lins
Memória Literária XII	1989	Machado de Assis – comemorativa dos 150 anos de nascimento do escritor
Memória Literária XIV	1994	Dedicatórias: Falam os Amigos – Homenagem a Plínio Doyle

Figura 12: Exposições literárias (FONTE: SOPHIA, 2017)

Nesse círculo estabelecido, chegamos ao seguinte ponto: as escolhas feitas durante o processo de aquisição – como podemos notar no caso do AMLB em seus anos iniciais sob a gestão de Plínio Doyle- têm, pois, um importante protagonismo na formação da memória a ser posta em cena. O AMLB recebeu, de fato, escritores, como apontado acima, ligados fortemente à Plínio e a seu grupo literário. O caso da constituição do acervo do Arquivo-Museu de Literatura é emblemático. Por meio do papel desempenhado por Plínio Doyle, o acervo ganhou, progressivamente, forma e conteúdo. Sua delimitação esteve relacionada não somente ao conteúdo e qualidade literária dos escritores, mas a uma rede social que foi, aos poucos, sendo constituída a partir de seu contato em diversos espaços relacionados à literatura como a Editora José Olímpio, às reuniões do Sábadoyle e em espaços consagrados do campo literário.

Todos eles passaram a ter, em maior ou menor grau, forte projeção no cenário intelectual brasileiro, o que nos leva a uma questão a ser delineada neste ponto: no âmbito do processo de musealização, não seria necessário discutir as contradições que presentes nessas escolhas, caso se queira construir uma nova hegemonia no âmbito do Arquivo-Museu – ou de outra instituição a que podemos à exemplo nos reportar-organizado para avançar na luta pela concretização dos pressupostos igualitaristas estampados nas diretrizes por meio das quais os candidatos à ‘titulares’ são aceitos no AMLB? A questão relaciona-se especificamente ao papel do AMLB: Qual seria o significado contido na inauguração de um Arquivo-Museu de Literatura, no Rio de Janeiro, justamente em um local historicamente associado a uma elite cultural, política e intelectual? Nesse caso, poderíamos afirmar que a musealização do patrimônio literário do AMLB servira-se, ao fim à cabo, à processos ideológicos que constituíram as identidades dominantes?

Ocorre que o levantamento dos titulares integrantes de Academias Literárias e das premiações recebidas permite verificar a existência de uma certa hierarquia na escolha daqueles que irão compor o universo literário brasileiro. Os escritores mais talentosos reconhecidos por instituições mais prestigiosas são aqueles que obtêm o lugar na memória nacional. Aqueles que vão para o topo da pirâmide são aqueles reconhecidos entre seus pares, alçados, dessa forma, à condição de “imortais” – termo cunhado àqueles ingressantes na Academia Brasileira de Letras mas que fora incorporado ao uso corrente nas demais academias literárias. Essa tradição já antiga nas academias literárias parece ser responsável para o curioso padrão hoje observado no processo de musealização dos acervos literários, em que os arquivos são escolhidos, predominantemente, tendo em vista critérios de consagração, enquanto arquivos

'menores' acabam por permanecer, muitas vezes, no ostracismo. Em outras palavras, explica-se, desse modo, como à grande parte de pequenos escritores não foi possível – nem poderia ter sido com os poucos recursos – atrair o pólo dinâmico da força intelectual e, dessa forma, os elementos de consagração estarão na gênese da constituição do patrimônio literário como tal. A dinâmica estabelecida pelo processo de musealização que privilegia tais características, dessa forma, passara a se constituir como elemento definidor da 'memória literária' a ser preservada, contribuindo, dessa forma, para a própria definição desse legado literário a ser conservado. Poderíamos, dessa forma, definir tais elementos como se torna, destarte, esse aporte, uma regra. Tal como definida pelo sociólogo Pierre Bourdieu a respeito das regras da arte, aqui, ao vislumbrar-se a gênese do campo literário brasileiro, poderíamos igualmente definir como elementos constitutivos características simbólicas relacionadas a espaços de consagração.

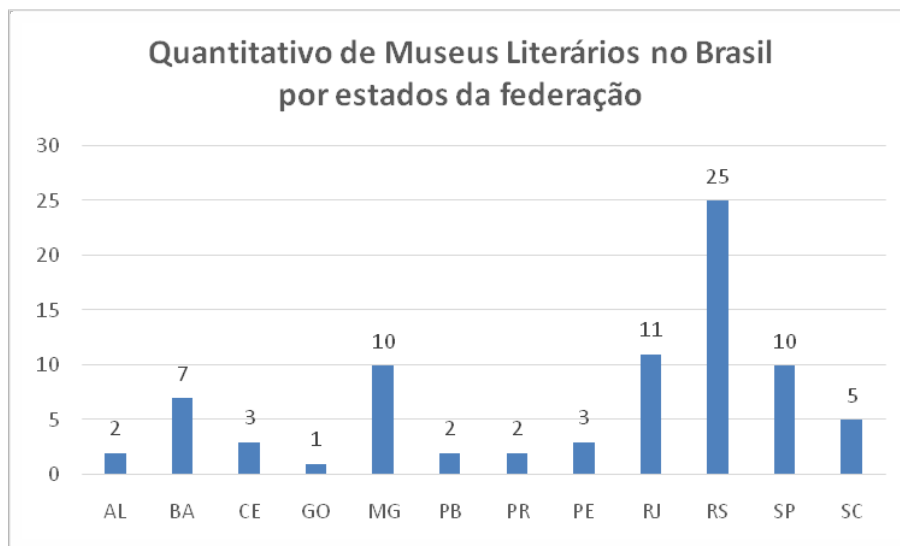
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse movimento de definição do *patrimônio a ser musealizado* ou, em outros dizeres, na definição de entrada de novos titulares ao acervo, nos obriga a fazer um balanço realista dos limites e possibilidades do próprio processo de musealização, no sentido de fortalecer sua institucionalidade e combater o cerco das práticas patrimonialistas (a gestão do acervo como assunto de interesse particular e privado). Tal fato parece apontar em direção à ideia segundo a qual a memória é muito mais do que lembrança. Ela encontra-se alicerçada em um movimento pendular que oscila entre lembrança e esquecimento: “lugares, pessoas e acontecimentos são lembrados porque inúmeros outros são esquecidos”. A dinâmica de trabalho desenvolvida deriva, assim, do contexto de cada uma das escolhas feitas, bem como do contexto político e intelectual de cada período. Nesse caso, as instituições de memória parecem se constituir em espaços fundamentalmente políticos.

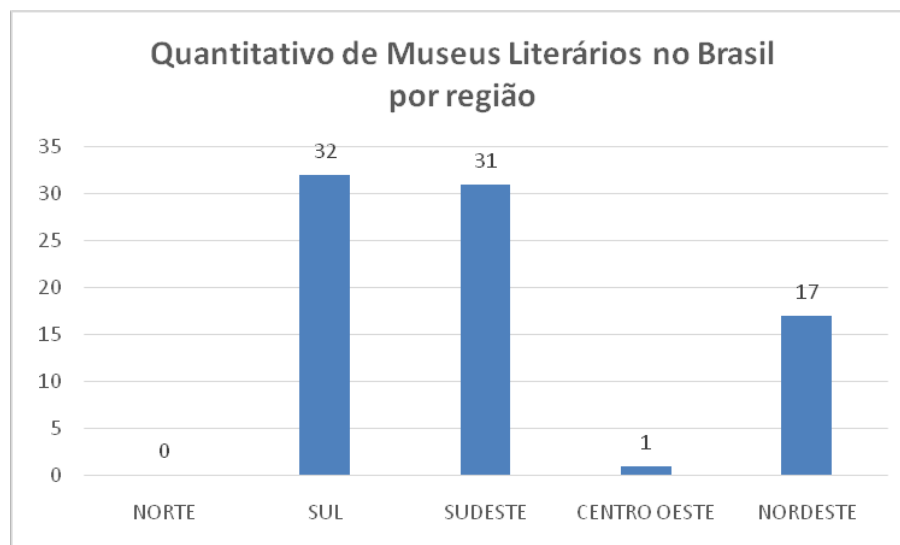
Essa característica acaba por aparecer fortemente como elemento no processo de musealização, com grande força simbólica a expressar os contrastes no perfil das escolhas feitas. Ocorre que, ao fim, se de um lado, queremos negar o modelo patrimonialista de escolha ao submeter sua aprovação à conselhos ‘diretores’ e ‘técnicos’, por outro, os critérios alicerçados nos elementos e discursos de consagração acabam por reafirmar tal modelo. É o que, no âmbito do campo das políticas públicas, denomina-se por ‘universalização excludente’. Aqui, no âmbito do processo de musealização, conceito também aplicável.

O tema torna-se mais importante ao examinarmos os lugares de memórias – aqui tratamos não somente dos museus, mas dos arquivos e das bibliotecas que são, sobretudo, instâncias de produção de representações potencializando suas imagens (MARQUES, 2015,p.100). Ocorre que tal mecanismo pode estar sendo operado nos demais lugares de memórias. Consideramos especificamente os arquivos, bibliotecas e museus responsáveis- de diferentes maneiras - pela conservação, guarda e divulgação de acervos literários arquivísticos, museológicos e /ou bibliográficos. Hoje, muito significativo constatar o número de instituições de guarda de acervos literários. Para termos noção do montante a que nos é apresentado no caso brasileiro, aqui, destacamos que, de acordo com o levantamento realizado na obra *‘Museus Literários no Brasil’*, de TenizaSpinelli (2009), existem no país 81 instituições de guarda. De acordo com o levantamento realizado, existem 81 estabelecimentos com acervo de escritores, a maior parte deles localizados na região sul nos estados do rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (32) e Sudeste nos estados de Minas Gerais, Riode Janeiro e São Paulo (31). A maior parte

dessas instituições localizam-se nas regiões sul (32) e sudeste (31), respectivamente. Mostramos os dados em tabela abaixo:



Quadro 32: Quantitativo de Museus Literários no Brasil por estado da federação. Fonte: SPINELLI, 2009.



Quadro 33: Quantitativo de Museus Literários no Brasil por região. Fonte: SPINELLI, 2009.

É preciso lembrar que esses arquivos, museus e bibliotecas – onde se encontra grande parte do patrimônio literário brasileiro – são, sobretudo, associações ao redor das quais – como podemos perceber no caso do AMLB – reúnem-se a favor ou contra diversos

grupos de interesse e indivíduos com interesses. Assim que, no âmbito das instituições de conservação e guarda de acervos literários, uma outra característica põem-se em jogo: os diferentes papéis desempenhados pelas instituições responsáveis pela musealização do patrimônio relacionado à memória literária: os arquivos, os museus e as bibliotecas nunca chegaram a ter fronteiras claramente marcadas (ALMEIDA, 2016). A questão dos acervos literários transita, dessa forma, por espaços “cujas interfaces não podem ser descoladas” e que, no entanto, possuem especificidades e fronteiras definidas (SPINELLI, 2009).

Em comum, encontra-se o fato de que se constituem os museus, arquivos e bibliotecas em instituições de memória e, “como tal, têm como funções básicas coletar, preservar, organizar e dar acesso público ao patrimônio cultural sob sua guarda, seja para fins educacionais e de pesquisa, seja para enriquecimento cultural ou entretenimento”. Além dessa característica, encontram-se em redor da ideia segundo a qual se constituem, em sua maioria, como sendo “instituições públicas ou organizações não governamentais – mantidas com recursos privados para fins públicos e, muitas vezes, também com financiamento público”(ALMEIDA, 2016).

Com isso, queremos dizer que à medida que o campo literário se constitui como tal, ele vai pondo em jogo os produtores de obras classificadas como artísticas, grandes ou pequenas, célebres – ou seja, celebradas – ou desconhecidas; os críticos, eles próprios constituídos em campo; os colecionadores; os intermediários; e os conservadores. Todos aqueles que têm relação com a arte e vivem para a arte e da arte passam a opor-se em lutas de concorrência que têm como aposta a definição do sentido e do valor da obra de arte, portanto, a delimitação do mundo da arte (aqui e leia literatura) e dos verdadeiros artistas e escritores, colaborando, por essas próprias lutas, com a produção do valor da arte e do artista (BOURDIEU, 1992).

Dessa forma, consideramos – tendo em vista as discussões apresentadas nessa dissertação – que, pensar patrimônio literário a partir do processo de musealização implica, sobretudo, no reconhecimento do caráter político das relações estabelecidas nas instituições, entre os profissionais e entre os seus gestores. Verificamos, no caso do AMLB, que o processo de musealização encontra-se impregnado por relações políticas institucionais originadas – porque não - num determinado grupo e com propostas construídas em grande parte para os interesses deste.

Diante desse cenário, onde o poder institucional não pode ser desconhecido – mas deve ser fustigado –, a disputa em alçar os elementos de consagração aqui enumerados com vistas a alcançar um lugar no AMLB exige uma mediação política, visando refrear o crescimento de uma interferência patrimonialista. Afinal, retomando a questão já colocada na introdução, precisamos nos posicionar institucionalmente diante dos setores

intelectuais mais prejudicados por essa relação estabelecida entre o padrão de musealização do patrimônio literário e os atores do campo. Nessa intervenção não estaria descartada a possibilidade de reinventar as regras do campo literário: afinal, no limite, pergunta-se: qual é, de fato, a função social do patrimônio literário a ser musealizado? Para quem serve? De que ele é servido? Essas são perguntas relevantes, ao nosso ver, a se fazer no que diz respeito ao processo de musealização do patrimônio literário.

Parece-nos que o “olhar museológico”, dessa forma, não deva se limitar à definição dos objetos a serem musealizados ou não com base em critérios de consagração; trata-se de empreender, no âmbito do processo de musealização, uma postura política que se relaciona a lançar luz ao não lugar, ao não exposto, aos objetos, enfim, silenciados nas escolhas feitas e mesmo os escritores cujos acervos permanecem incógnitos. Com isso, queremos dizer que a postura diante do processo de musealização do patrimônio literário já parece possuir uma trajetória construída, mas pode alcançar muito mais se estivermos dispostos a assumir uma postura mais crítica e política na definição do objeto e daquilo que denominaremos por ‘memória literária nacional’. Com esse estudo, pretendemos mostrar que, a despeito de aqui tratar-se de um estudo de caso, o mesmo mecanismo há de ser observado levando-se em consideração a existência de uma realidade da qual – infelizmente- não podemos escapar ao tratarmos do processo de musealização do patrimônio literário brasileiro: a realidade que parece ser caracterizada por um modelo patrimonialista no trato da coisa pública ainda fortemente presente nas escolhas institucionais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, 2016 **FALTA**

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. In: CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da (Org.). *Escrever a Nação: literatura e nacionalidade*. Guimarães: Opera Omnia, 2011. p. 45-53.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Passeios na Ilha*. Divagações sobre a vida literária e outras matérias. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

ANDRADE, Carlos Drummond. Em São Clemente, 134. *Jornal do Brasil*, 4 jan. 1973. Ed. 257. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=Em%20S%C3%A3o%20Clemente,%20134. Acesso em: 29 abr. 2016.

ANDRADE, Carlos Drummond. Museu: fantasia? *Jornal do Brasil*, 11 jul. 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=Museu%20:%20Fantasia. Acesso em: 29 abr. 2016.

ARAUJO, Evandro Rosa de. A carta de Caminha: documento histórico ou literário? *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, Goiás, ano 1, n. 2, jul. 2011, pg.132-138.

ARAÚJO, Inesita. *A reconversão do olhar: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social*. Editora UNISINOS, São Leopoldo, 2000.

ASSIS, Machado de. 1897. **FALTA**

BARAÇAL, Anaildo Bernardo. O Objeto da museologia: A via conceitual aberta por Zbynek Zbylav Stránský. Dissertação. Mestrado. Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio- UNIRIO-MAST. Stránský / Anaildo Bernardo Baraçal. - 2008. Disponível em http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/anaildo_bernardo_baracal.pdf . Acesso realizado em 29.04.2018

BATAILLE, G. O Erotismo. Porto Alegre: L&PM, 1987. Disponível em <https://salsichaotainha.files.wordpress.com/2011/05/georges-bataille-o-erotismo.pdf>. Acesso realizado em 27 de abril de 2018.

B EGLIOMINI, Helio. *Imortais da Abrames*. São Paulo: Unisinos; Expressão e Arte, 2010. Disponível em: <http://www.abrames.com.br/abrames/ab/imortais.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987. v. 1.

BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 24. ed. Petrópolis, 2004.

BORGES, Luiz Carlos. *A fala instituinte do discurso mítico Guarani Mbyá*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 375 pg.

BORGES, Luiz Carlos. Museu como espaço de interpretação e de disciplinarização de sentidos. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*, Unirio, Mast, n. 1, v. 4, p. 37-62, 2011. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>>. Acesso em: 5. jan. 2012.

BORGES, Luiz Carlos. Patrimônio cultural intangível, discurso e preservação. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Márcio (Org.). *Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia*. Rio de Janeiro: Mast, 2009. p. 357-374.

BORGES, Luiz Carlos; CAMPOS, Marcio D’Oliveira. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. In: ENCONTRO ANUAL DO SUBCOMITÊ REGIONAL DE MUSEOLOGIA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – ICOFOM LAM, 2012, Petrópolis. *Documentos de trabalho...* Petrópolis: Unirio/Mast, 2012. Disponível em: <<http://www.sulear.com.br/textos/BORGES%20e%20CAMPOS%20Patrimonio%20como%20Valor%20IV%20SIAM.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.17-59.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte-gênese e estrutura do campo literário*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. *Decreto nº 93*, de 21 de dezembro de 1937. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=103227>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BRASIL. *Lei nº 5.353*, de 8 de novembro de 1967. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=192894>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BRASIL. *Lei nº 5680*, de 20 de julho de 1971. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/65614-dispue-subre-os-prumios-literurios-nacionais.html>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BRASIL. *Lei nº 6.511, de 19 de dezembro de 1977*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6511-19-dezembro-1977-366489-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BRASIL. *Lei nº 6.842, de 3 de novembro de 1980*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6842.htm>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BRASIL. *Lei nº 8.313*, de 23 de dezembro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8313cons.htm>. Acesso em: 6 jun. 2017.

BRASIL. *Lei nº 7.505*, de 2 de julho de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7505.htm>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BRASIL. *Portaria nº 29*, de 21 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/legislacao/-/asset_publisher/siXl1QMnIPZ8/content/portaria-n%C2%BA-29-2009-minc/10937>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BRASIL. FCRB. *Portaria 05*, de 18 de outubro de 1972.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: 1981, Editora Itatiaia. v. I.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978. v. I.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Luciana Menezes de *Do museu a museologia: constituição e consolidação de uma disciplina* /Luciana Menezes de Carvalho. – Rio de Janeiro, 2017. Disponível em http://ppg-pmus.mast.br/teses/luciana_menezes_de_carvalho.pdf . Acesso realizado em 26.04.2018

CASA DE RUI BARBOSA. CRB. *Convite para as solenidades de 28 de dezembro de 1972*.

CASA DE RUI BARBOSA. CRB. *Processo nº 405/1973*. 1973. Disponível no arquivo institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa.

CASA DE RUI BARBOSA. CRB. *Relatório de Gestão*. FCRB, 1973.

CASA DE RUI BARBOSA. CRB. *Relatório de Gestão*. FCRB, 1974.

CASA DE RUI BARBOSA. CRB. *Relatório de Gestão*. FCRB, 1975.

CASA DE RUI BARBOSA. **Memória Literária XIV – Dedicatórias: Falam os amigos- Homenagem a Plínio Doyle**.

CASA DE RUI BARBOSA. *Processo*

CASCUDO, Câmara. *História da Literatura Oral no Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio, 1978.

CASTELLO, José Aderaldo. *A Literatura Brasileira: origens e unidade (1500-1960)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. 2 vol.

CAUNE, Jean. *Cultura e comunicação: convergências teóricas e lugares de mediação*. 1. ed. Tradução de Laan Mendes de Barros. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CERUTTI, Simona. Processos e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 173-201.

CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006.

CHUVA, Maria R. R. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

COUTINHO, Afrânio. *Conceito de Literatura Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1981.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Ministério da Cultura; Global, 2001. 2 v.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Ministério da Cultura; Global, 1989. 2 v.

CLARAC, Pierre. *Dictionnaire Universel de Lettres*. Sociétés d'Édition de Dictionnaires et Encyclopédies, 1961.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares; Marília Xavier Cury. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Dir.). *Concepts Clés de La Muséologie*. Paris: Armand Colin; Icom, 2009.

DEVALLEES, André; MAIRESSE, François (Dir.). *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Armand Colin, 2011.

DEVALLEES, André; MAIRESSE, François (Dir.). *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Armand Colin, 2011.

DOYLE, Plínio. **Uma vida**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.131 p.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983.

FERRANDO, Ellen Marianne Röpke. **O acervo do Arquivo-Museu de Literatura brasileira: desafios para a preservação de um conjunto artístico em arquivos e coleções literárias do século XX**. Dissertação. Programa de Pós Graduação de Memória e Acervo. FCRB. Rio de Janeiro, 2018.

FONSECA, Leonardo Bastos. *Crescimento da indústria editorial de livros no Brasil e seus desafios*. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração)–Instituto Coppead de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 232 pg.. Disponível em: http://www.snel.org.br/wp-content/themes/snel/docs/pesquisa_na_integra.pdf. Acesso em: 26 jun. 2017.

FONSECA, Maria C. L. *A construção do passado*. Política cultural no Brasil – anos 70/80. 1994. (Doutorado em Sociologia)–Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

FONSECA, Maria C. L. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 153-164, 1996.

FONSECA, Maria C. L. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1 ed. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: Departamento de Museus e Centro Culturais, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp.25-33, 2009

GOB & DROUGUET. *La muséologie -Histoire Développement Enjeux actuels*. Paris: Armand Colin, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GRAFTON, Anthony; MOST, Glenn W.; SETTIS, Salvatore. *The classical tradition*. Harvard University Press.

GREENBLATT, Stephen. *Ressonance and wonder*. Disponível em: <<http://stephengreenblatt.com/sites/default/files/Karp-Levine.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2015.

GUARNIERI, Waldisa Russio. (1981). A interdisciplinaridade em Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri*. Textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Governo do Estado De São Paulo; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010. v. 1 – A evidência dos contextos museológicos.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, M. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

HEINICH, Nathalie. *La fabrique du patrimoine. De la cathédrale à la petite cuillère*. Maison des Sciences de l'Homme, 2009. 286 p. (Coll. Ethnologie de la France).

IGNATIEFF, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 185-193, mar./ago. 1987.

Kanitz, Andréia; FRANK, Ingrid. "O ponto de vista cria o objeto": relacionando a máxima saussuriana e a perspectiva teórico-metodológica da análise da conversa etnometodológica. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n.º 46, junho de 2013. p. 229-243. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/viewFile/36020/pdf> . Acesso realizado em 29.04.2018.

ICOM, ICOFOM. *La museology: science ouseulement travail pratique du musée*. Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM/Museum of National Antiquitiesv. 1, 1980. Disponível em [http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/DoTraM_MuWoP_%20\(1980\)%20Fre.pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/DoTraM_MuWoP_%20(1980)%20Fre.pdf) . Acesso realizado em 27.04.2018

KNECHT, Robert. Cardinal Richelieu: hero or villain? Robert Knecht looks at the "eminence rouge" and considers how his image, carefully crafted during his lifetime, has become that of a demonic schemer. *History Today*, Cengage Learning, v. 53, n. 3, p. 10, March 2003.

LACOMBE, Américo Jacobina. **Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa**, vol II e II. Rio de Janeiro: Ministério da educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1974.

L'ACADEMIE Française en question. *Le Monde diplomatique*. 11 abr. 2014. Disponível em: http://www.lemonde.fr/culture/article/2014/04/11/a-quoi-sert-l-academie-francaise_4400052_3246.html>. Acesso em: 16 mar. 2017.

LAUREL, Maria Hermínia Amado, La littérature: pourquoi? pourquoi?... De l'utilité du beau, aujourd'hui. *Carnets*, Cultures littéraires: nouvelles performances et développement, n. spécial, p. 23-52, automne/hiver 2009. Disponível em: <http://carnets.web.ua.pt/>>. Acesso realizado em 22.03.2018.

LERNER, L. *The frontiers of Literature*. London: Basil Blackwell, 1988.

LIMA, Alceu Amoroso. *Quadro sintético da literatura brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1959.

LIMA, Felipe Victor. *O Primeiro Congresso Brasileiro de escritores: movimento intelectual contra do Estado Novo*. 2010. 229 f. Dissertação (Mestrado em História Social)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02082010-194935/pt-br.php>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

LOPES, Silvana Rodrigues. *A legitimação em Literatura*. Lisboa: Cosmos, 1994. Disponível em: <https://literaturaefilosofia.files.wordpress.com/2013/03/a-legitimac3a7c3a3o-em-literatura-a.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

MARQUES, Reinaldo. *Arquivos Literários: teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MELO, Ana Amelia de Moura Cavalcanti. Associação brasileira de Escritores: a dinâmica de uma disputa. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 711-732, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n46/16.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

MENSCH, Peter Van. *Towards a methodology of museology*. Tese. Universidade de Zagreb, 1992. Link: <http://www.emuseum.cz/admin/files/Peter-van-Mensch-disertace.pdf> . Acesso realizado em 26.04.2018.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1955. Disponível em: <https://ia601700.us.archive.org/25/items/AntenorNascentesDicionarioEtimologicoDaLinguaPortuguesaTomol/DicionarioEtimologicoDaLinguaPortuguesa.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

NIREI, Cavalcanti. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

O RIO de cinco grandes nomes da literatura. *Jornal O Globo*. 28 abr. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/o-rio-de-cinco-grandes-nomes-da-literatura-21617823#ixzz57nnXCjAA>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

THE OXFORD Classical Dictionary. Edited by M. Cary. Oxford: Clarendon Press, 1950.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. (v. 1 – Memória – História).

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RANGEL, Rosangela Florido. *Sabadoyle: uma academia literária alternativa?* 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em História, Políticas e Bens Culturais)–Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2150/CPDOC2008RosangelaFloridoRangel.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18/08/2016

RANGEL, Rosangela Florido 2018. **O Sabadoyle**. Tese (Doutorado em Letras no Programa de Pós Graduação em Letras)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários*. Coimbra: Livraria Almedina, 1999.

REVEL, J. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Marco A. *Contos da vida burocrática: o funcionário público na narrativa curta de ficção brasileira*. 2015. 164 f. Tese (Doutorado em Literatura)–Universidade de Brasília, Brasília.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58.

SCHEINER, Tereza. Museu, museologia e a 'relação específica': considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. *Inf.*, Brasília, DF, v. 42 n. 3, p.358-378, set./dez., 2013. Disponível em <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1368>. Acesso realizado em 26.04.2018.

SCHEINER, Tereza C. Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. **Apontamentos, Memória e Cultura: Revista do Mestrado em Administração de Centros Culturais**, v.4, n.1, p.14-34, 1994.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Para além do Museu: museologias e Meta(?)teorias. Notas sobre a contribuição de Stránský para o pensamento latino-americano.** in: SOARES, Bruno Brulon; BARAÇAL, Anaildo Bernardo. *Stránský: uma ponte Brno – Brazil*. Paris, ICOM, 2017. Disponível em http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/images/Icofom_Stransky_couv_cahierFINAL.pdf. Acesso realizado em 20.04.2018

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Disponível em: <<http://edmundomonte.com.br/wp-content/uploads/2015/02/As-Barbas-do-Imperador-Lilia-Moritz-Schwarcz.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

SENNA, Homero. **O Sabadoyle**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

SIQUEIRA, Graciele K. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978. O perfil acadêmico profissional**. 2009. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). UNIRIO-MAST, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Domingos Carvalho da. Poetas da Academia dos seletos. *Estado de São Paulo*, 5 ago. 1958. Suplemento literário, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098116x&pesq=Academia%20do%20seletos>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

SIRINELLI, Jean. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV; UFRJ, 2003.

SOARES, Bruno César Brulon. Máscaras guardadas: musealização e descolonização / Bruno César Brulon Soares. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2012. 448 f. Disponível em <http://ppgantropologia.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/07/BRUNO-C%C3%89SAR-BRULON-SOARES.pdf>. Acesso realizado em 28 de abril de 2018.

SOARES, Bruno César Brulon. Caminhos da musealização: a fabricação de museália no ocidente. *Revista Tempo Amazônico*. V.3, n.1, Julho-dezembro, 2015. P.42-61.

SOARES, Bruno Brulon; BARAÇAL, Anaildo Bernardo. *Stránský: uma ponte Brno – Brazil*. Paris, ICOM, 2017. Disponível em http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/images/Icofom_Stransky_couv_cahierFINAL.pdf. Acesso realizado em 20.04.2018

SOPHIA, Daniela Carvalho; NIEMEYER, *Maria Lúcia de*. A produção científica da área da museologia no Portal de Periódicos da CAPES. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-*

Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 5 no 1 – 2012,
Link:
<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/213/185>

SOPHIA, Daniela Carvalho. Divulgação em cultura: levantamento preliminar das estratégias do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 102-107, 2018.

SOPHIA, Daniela Carvalho. O acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira: histórico, perfil e função. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 128-144, 2017.

SOPHIA, Daniela Carvalho; SALDANHA, Mayla Ramos. A invenção do patrimônio: o papel do Conselho Consultivo do Iphan (1990-2009). *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*, Unirio, Mast, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 109-125, 2013.

SPINELLI, Teniza. *Os Museus Literários no Brasil: história, ideias e Guia de Acervos*. Porto Alegre: Ediplat, 2009.

THIESSE, Anne-Marie. O papel da literatura na criação das nações da Europa. In: CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da (Org.). *Escrever a nação: literatura e nacionalidade*. Guimarães: Opera Omnia, 2011. p. 69-77.

THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales. Europe XVIII^e-XIX^e siècle*. Paris: Seuil, 2001.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Convenção para proteção do Patrimônio Mundial, Cultural, e Natural*. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

VASCONCELOS, Eliane. Manuscritos Literários e pesquisa. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 20-24, out./dez. 2010.

VASCONCELOS, Eliane; XAVIER, Laura Regina. *Guia do Acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

VASCONCELLOS, Eliane. **Memória Literária XIV – Dedicatórias: Falam os amigos-Homenagem a Plínio Doyle. Introdução. Pg.4**

ZILBERMAN, Regina. O romance brasileiro contemporâneo conforme os prêmios literários (2010-2014). *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 50, p. 424-443, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/elbc/n50/2316-4018-elbc-50-00424.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

Notícias de jornais

<http://sibila.com.br/critica/drummond-recusou-dois-premios-literarios/2115>

<http://homoliteratus.com/carta-de-jean-paul-sartre-recusando-o-premio-nobel-de-literatura/>

<https://oglobo.globo.com/cultura/tres-artistas-recusaram-premio-do-minc-por-considerar-governo-ilegitimo-20465796#ixzz4jK9DKgks>

<http://www.academia.org.br/artigos/os-premios-e-valorizacao-do-escriptor>